Giovanni Alves

Trabalho e Mundialização do Capital

A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização

Editora Praxis

Trabalho e Mundialização do Capital

- A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização

Giovanni Alves

Trabalho e Mundialização do Capital

A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização

2º Edição

Praxis
Londrina
1999

Sumário

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1
Os Fundamentos Ontológicos da Reestruturação Capitalista

CAPÍTULO 2
O Que é a Mundialização do Capital

CAPÍTULO3
Mundialização do Capital e Acumulação Flexível - A Nova Ofensiva do Capital na Produção

CAPÍTULO4
Toyotismo e Mundialização do Capital

CAPÍTULO5
Racionalidade (e desrazão) do Toyotismo

CAPÍTULO6
Um Admirável Mundo Novo do Trabalho? - As Metamorfoses do Trabalho Industrial

CAPÍTULO 7
A Fragmentação de Classe
- Desemprego Estrutural e Trabalho
Precário

CAPÍTULO 8
Perspectivas Políticas do Novo (e Precário)
Mundo do Trabalho

APÊNDICE

Uma Dimensão da Cultura Global:
A Internet como o arcabouço midiático da era da
financeirização

Apresentação

O nosso objetivo é apresentar algusn ensaios, escritos nos últimos anos, de 1995 a 1999, que procuram pensar (e repensar) as *metamorfoses do mundo do trabalho* numa perspectiva materialista, buscando vinculá-la com a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial denominada *mundialização do capital*.

Este pequeno livro surgiu da necessidade urgente de uma publicação que pudesse expressar, de modo sintético, a nossa interpretação sobre as transformações do mundo do trabalho. Estavámos preparando a disciplina "Trabalho e Globalização", que iriamos dar no 2º semestre de 1999, no Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UNESP-Marília, quando decidimos reunir alguns ensaios escritos nos últimos anos. Alguns deles são inéditos, tais como o Capítulo 2 e Capítulo 8 ("O Que é Mundialização do Capital" e "Perspectivas Políticas do Novo -e Precário- Mundo do Trabalho"). O Capítulo 1 ("Os Fundamentos Ontológicos da Reestruturação Capitalista") e o Apêndice ("A Internet como o arcabouço midiático da era da financeirização") sairam publicados nas revistas *Estudos de Sociologia* (da FCL/UNESP-Araraquara) e *Novos Rumos* (do Instituto Astrojildo Pereira), respectivamente. Os demais capítulos são partes revisadas e adaptadas da minha tese de doutorado intitulada "Reestruturação Capi-

talista e Crise do Sindicalismo no Brasil" (no prelo, para ser publicada, no ano 2000, pela editora boitempo).

A nossa pretensão é meramente introdutória, apresentando algumas sugestões de pesquisa que possam ir além do caldo empiricista da sociologia (ou da economia) do trabalho, procurando recuperar, a partir da boa tradição da critica da economia política, uma perspectiva da totalidade histórico-ontologica subjacente as transformações do mundo do trabalho.

Para isso, o cerne da nossa analise é retomar (e reconstituir) o conceito de *toyotismo*, indo além da sua significação original e procurando vincula-lo com o complexo ideológico que molda as organizações capitalistas no limiar do século XXI. A partir procuraremos analisar o novo perfil do mundo do trabalho, cada vez mais complexificado, fragmentário e heterogêneo.

Agradecemos o incentivo e apoio do Prof. Dr. Ricardo Antunes, da Area de Sociologia do Trabalho, no IFCH/UNICAMP. Salientamos o precioso intercâmbio intelectual com o Prof. Francisco Teixeira e Prof. José Meneleu Neto, da UECE; com o Prof. Dr. Marcos Del Roio, da UNESP; com o Prof. Dr. Juarez Brandão Lopes e com o Prof. Dr. Octávio Ianni, ambos da UNICAMP; e ainda com o Prof. Ruy Braga e Jose do Hamatari Arrais.

Com certeza, o século XXI irá colocar no centro do debate intelectual (e político) as transformações do mundo do trabalho e as perspectivas do gênero humano diante do crescente avassalamento do capital. Para isso, acredito que tais ensaios preliminares (e fragmentários) possam dar alguma contribuição a tal debate no Brasil.

Marília, 7 de setembro de 1999

Things fall apart;
the centre cannot hold;
Mere anarchy is loosed upon the world

W.B.Yeats

A globalização é a ordem absurda
em que o dinheiro é a única pátria
Subcomandante Marcos

O movimento do capital é insaciável

Karl Marx

1

Os Fundamentos Ontológicos da Reestruturação Capitalista

Fundação (e Subversão) da Modernidade pelo "sujeito" Capital

Procuraremos delinear considerações gerais sobre as bases ontológicas do processo de modernização capitalista, buscando responder as seguintes interrogações: o que está subjacente às transformações da economia política do capitalismo mundial no limiar do século XX ? É possível apreender suas conexões causais originárias e determinar seus impactos duradouros sobre o ser social capitalista, principalmente sobre o complexo social do trabalho? Finalmente, quais os novos problemas e desafios para a reflexão e a práxis humano-crítica postos pela constituição do novo complexo societário mundial, subjacente à mundialização do capital ?

De início, procuramos apreender o processo de modernização capitalista a partir de dois níveis de abstração: do ponto de vista do *capital em geral* e do ponto de vista dos *múltiplos capitais*, cuja distinção, vale dizer, é apenas heurística.

O primeiro momento de abstração, mais elevado, apreenderia o movimento do *capital em* geral e trataria o processo de modernização capitalista como sendo um *produto histórico-ontológico do "sujeito" capital*.

O capital é uma categoria complexa, com múltiplas expressões. Podemos dizer que ele é o *valor em movimento*, cujo processo de valorização, em seu andamento frenético e desesperado, cria (e recria) a sociabilidade moderna. Ou seja: o capital é uma forma social, à primeira vista muito mística, que transforma todo conteúdo concreto da produção da riqueza social que surge como *mercadoria,* numa forma abstrata de riqueza - a *forma dinheiro*. Dinheiro que se valoriza. Que cria mais dinheiro. Que almeja, com intensa e incansável pressão, "fazer" mais dinheiro. E que, sob as condições da mundialização do capital, tende a se autonomizar, sob a forma de *capital financeiro*, cujo fluxo contínuo tende cada vez mais a desprezar as restrições de tempo e de espaço. (Harvey, 1991).

Marx, em sua obra clássica, representou o movimento do capital, do "valor que se auto-expande", de um modo preciso, através da fórmula geral D-M-D', sendo D, dinheiro e M, mercadoria, onde D'= D + DD (e DD é a mais-valia). Ou ainda: M é um tipo particular de mercadoria - a força de trabalho, cujo portador é o trabalhador assalariado. No caso do capital financeiro, teríamos um tipo particular da fórmula geral D-D' (onde M não estaria posto). Nesse caso, o empreendimento capitalista volta-se para obter lucros estritamente financeiros sem dar importância à produção real (Marx, 1984).

O que Marx procurou demonstrar é que o capital é uma *forma sócio-histórica*, um modo de sociabilidade humana, que cria (e reproduz) a cisão entre os produtores e suas condições de trabalho, que surgem, para eles, como *potências alheias autônomas*. É uma relação social de produção que toma forma de *coisa*, uma quase-*físis*. É um "fetiche" social, criado pela ação humana, mas que uma vez criado, adquire uma *forma objetiva e autônoma*, regido por leis próprias (cuja personificação sob a mundialização do capital é representada em nossos dias, pelo *capital financeiro*).

Nesse caso, estamos tratando de um nível de apreensão mais geral (e mais elevado) da modernização capitalista que permite discernir apenas o movimento de um único "sujeito" - o *capital em geral*. A partir daí podemos compreender o cerne íntimo do processo sócio-histórico do capitalismo moderno, onde o movimento do capital, do "valor que se auto-expande", em seu processo contraditório, tende a incrementar um complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais.

Por outro lado, num segundo momento de abstração, mais concreto e não menos essencial (e que está contido - e contém- o primeiro momento, o do *capital em geral*), é possível apreender o movimento dos *múltiplos capitais* e tratar o processo de modernização capitalista como *resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes.*

A partir daí, o que parecia ser - e é - o movimento de um único "sujeito" - o *capital em geral* - pode ser apreendido como o movimento de *múltiplos capitais*. O movimento do capital em processo aparece como um complexo societário constituído, em seu íntimo, por *múltiplas contradições* entre os possuidores de capital, ou ainda (e principalmente) entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados.

É neste nível de abstração que se põem as mediações político-institucionais - os *modos de regulação* - do processo de acumulação do capital, que surgem no decorrer do desenvolvimento capitalista (como constataram os teóricos da Escola da Regulação) (Aglietta, 1979; Boyer, 1990; Lipietz, 1987).

É a percepção da variabilidade sócio-histórica dos modos de regulação da acumulação capitalista que nos permite considerar que presenciamos hoje, no período do capitalismo tardio em crise, a passagem para um novo regime de acumulação do capital e de modo de regulação social e político onde predomina a denominada *acumulação flexível* (na acepção de Harvey), ou ainda, o período da mundialização do capital que caracterizada por um novo regime de acumulação predominantemente financeira (Chesnais, 1994).

A passagem do *fordismo* para a *acumulação flexível* implica em transformações sócio-políticas (e culturais) relevantes que atingem os vários mecanismos de regulação social e política das múltiplas contradições que permeiam *os possuidores de capital* e, principalmente*, entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados.* Deste modo tendem a ocorrer alterações importantes nos *padrões de concorrência intercapitalista e nas relações entre capital e trabalho* (Harvey, 1992; Lipietz, 1992).

No decorrer da nossa exposição, privilegiaremos a *base ontológica do processo de modernização*, abstraindo, poderíamos dizer assim, o complexo institucional, político e cultural que tendem a acelerar – ou obstaculizar - a lógica do capital em processo, além de constituir, de modo concreto, a complexidade particular de cada sociedade capitalista.

O que tentamos apresentar aqui, num primeiro momento. é apenas um esboço da *lei geral* do processo de moderni-

zação capitalista, que, sob as condições políticas da luta de classes sob a mundialização do capital (com o predomínio das estratégias neoliberais), tende a se manifestar em sua maior plenitude.

1. Uma ruptura histórica?

Muitos autores consideram que o complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais que atingem o capitalismo mundial a partir dos anos 70, as modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc inauguram um novo período histórico, denominado "pós-fordista" ou "neofordista" (Escola da Regulação), da "especialização flexível" (Piore e Sabel), ou da "sistemofatura" (Kaplinsky), ou ainda da "acumulação flexível" (Harvey), "mundialização do capital" (Chesnais), ou da "produção destrutiva" (Mészáros).

Na verdade, existe uma polêmica candente sobre se presenciamos uma ruptura ou não, se estamos diante de transformações sólidas ou reparo temporário na configuração capitalista. Ou como salienta Harvey,

> se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX (Harvey, 1992:177).

Indo além das unilateralidades precárias, é possível dizer que, a partir da década de 80, tornou-se claro, pelo menos para alguns autores, o sentido de *ruptura histórica*, no interior do desenvolvimento capitalista. Entretanto, tal descontinuidade relativa no processo de desenvolvimento do

capital apenas repõe, num patamar mais elevado, o processo de modernização capitalista. Ou seja, existe *uma descontinuidade posta no interior de uma continuidade plena* (ou utilizando a expressão dialética de Ruy Fausto, "a 'negação' do capitalismo no interior do capitalismo, como capitalismo 'negado'") (Fausto, 1987: 286).

Seria ocioso delimitar, *a priori*, o que pode nascer da dolorosa crise de desenvolvimento do capitalismo mundial, se iremos presenciar uma nova "ordem paradigmática", no caso do fordismo, ou se, ao invés disso, o processo da mundialização do capital irá constituir algo fluído, indefinido, e caótico, adequado à desenvoltura complexa do capital em processo - o que parece ser o mais provável .

O que presenciamos, hoje, na "terceira idade do capitalismo" (Fausto), é uma notável inflexão - não apenas quantitativa, mas qualitativa, no salto histórico ocorrido na história humana com o surgimento efetivo (e durável) do processo de produção do capital. Esta nova epocalidade do capitalismo mundial, da vigência da *acumulação flexível*, da *mundializacão do capital* e da *produção destrutiva*, impõe novas determinações à reflexão sobre o ser social capitalista (nas esferas da economia, política e cultura). Exige um novo esforço do pensamento social crítico.

O período histórico da mundialização do capital impõe a todos aqueles que procuram apreender o sentido profundo do processo de modernização capitalista em nossos dias, a constituição de *uma nova sintaxe de cariz dialético*, dominada pela contradição. Mais do que nunca, a dialética constitui a nova maneira de dizer, que corresponde a um *novo objeto*. No caso, a plena posição do capitalismo enquanto modo de produção que visa a valorização do valor – inclusive, e principalmente, sob a ofuscante forma do capital financeiro - e que assume uma dimensão global.

Apenas a linguagem dialética é capaz de apreender a lógica do capital, que é desconhecida para a lógica do entendimento (Hegel), que permeia o discurso empiricista e positivista. E apenas ela – a dialética - pode apreender o novo campo de significações do processo de ruptura histórica, que ocorre no interior do desenvolvimento capitalista, e que é alvo de inúmeras teorizações nas ciências sociais de hoje, como salientamos logo acima.

Sob a mundialização do capital ocorre um novo impulso do *salto histórico* da modernização capitalista. É preciso compreender que a idéia de *salto histórico* é processual, e não pontual, e vai além de um sentido antropomórfico que possamos lhe dar (como quando me levanto da mesa e corro ao telefone). Ou seja, é um processo que dura anos, décadas (ou até séculos), com vários pulos para a frente, recaídas, e assim por diante. O que ocorre, hoje, de um modo particular, com a "acumulação flexível" ou com o "regime de acumulação predominantemente financeira", é um *impulso qualitativamente novo* – intrinsecamente contraditório - do desenvolvimento do sistema do capital

A modernização capitalista é um salto histórico de notáveis proporções. Iniciada a partir do século XVI, com o capitalismo comercial, desenvolveu-se a partir do século XIX, com o capitalismo industrial e aprofunda-se mais ainda, no limiar do século XXI, com a mundialização do capital, com a penetração do capital financeiro na Ásia e no Pacífico, e principalmente nos países do ex-*socialismo real*. Assistimos, hoje, a constituição plena do mercado mundial, da vigência do capital, da lógica da mercadoria, tal como prefigurado por Marx e mais ainda, com sentido intrinsecamente destrutivo, que se impõe a todos nós como uma "quase-*físis*".

A consciência social do novo impulso da modernização capitalista evolui e constitui-se pouco a pouco, instigando

o mundo da política e da cultura. E, com a consolidação do processo numa escala mais ampla, novos problemas passam a serem (re)postos, sendo que o principal deles, o *problema da práxis humana*, intrínseca à própria constituição da modernidade no século XIX, assume importância decisiva com a sensação do enrijecimento férreo do "círculo do capital", trazida pela experiência "pós-moderna".

Vivemos, portanto, a experiência da "condição pós-moderna" (Harvey) que não deixa de ser a exacerbação doentia da própria modernidade (e portanto, de seus paradoxos e contradições, contidos, por exemplo, na literatura clássica do século XIX). É o que poderíamos considerar hoje, com a *acumulação flexível*, um novo patamar da denominada *ofensiva do capital*, que atinge o mundo da economia, do trabalho, da cultura e da política, e portanto, os próprios fundamentos da sociabilidade humana, da vida cotidiana, de onde nascem os processos societários modernos.

Mais do que nunca, sob a mundialização do capital, o "sujeito" do processo – o capital - recria novos (e velhos) mundos, instaurando contradições e paradoxos, ou, numa perspectiva ontológica, pondo em movimento séries causais cujos resultados são estranhos, cada vez mais, para seus agentes sociais. A dimensão do *estranhamento* (e, do acaso) penetra na experiência da modernidade. E o *fetichismo* da mercadoria – tornado ofuscante pelo regime de acumulação mundializado predominantemente financeira - torna-se onipresente.

2. A experiência pós-moderna enquanto exacerbação doentia da modernidade

Em seu belo ensaio, Bermann caracteriza o que poderia ser considerado o cerne da modernidade - ou seja, o seu

caráter diluidor. Segundo ele, a imagem clássica que coroa o espírito da modernidade, utilizada por Marx no *Manifesto Comunista* (de 1848) é aquela que diz "tudo que é sólido desmancha no ar".

A modernidade é caracterizada por Berman, com uma série de metáforas: algo "esfumaçante", diluidora, vívida, estimulante, que nada retém, a não ser o próprio processo. É um ímpeto fogoso, de intensidade ofuscante, a mudança permanente, a perpétua sublevação e renovação de todos os modos de vida pessoal e social. Autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso, incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação... Estas são as marcantes imagens da modernidade, cuja irrupção no século XIX, na Europa (e depois, América e hoje, Ásia), pode ser identificada com o desenvolvimento da denominada sociedade burguesa (ou capitalista).

Esta perspectiva *impressionista* da modernidade (e da modernização) encontra-se em vários autores da geração de 1840, tais como Baudelaire, Flaubert, Wagner, Kierkegaard, Dostoievski, e penetra no decorrer do século XX, com seus movimentos modernistas, de expressão estética ou intelectual. Segundo Berman, a modernidade

> trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, "tudo o que é sólido desmancha no ar." (Berman, 1987: 110)

Se o cerne da modernidade é essa sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica, o que presenciamos hoje, com as notáveis transformações sócio-históricas no capitalismo do final do século XX, é apenas a modernidade (e a modernização) em sua plena efetivação. Ou

o que poderíamos denominar de exacerbação da modernidade. O que Harvey diria "alta modernidade", outros poderiam dizer "pós-modernidade".

Ora, a plena posição do transitório, do fugidio e do contingente, no interior da ampliação do complexo societário produtor de mercadorias, que alcança hoje o *globo terrestre*, com a penetração incisiva da lógica do mercado nos baluartes do ex-socialismo real - ex-URSS e China comunista, é a expressão do que veio a ser denominado por alguns de "pós-modernidade" (com expressões particulares na cultura e na política).

É como se, sob o impulso da *financeirização* (ou do predomínio da formais mais ofuscanbte de capital – o capital financeiro) a modernidade exacerbada pudesse constituir um cenário sócio-cultural de "negação" da modernidade no interior da modernidade "negada". Ou como observa Harvey, "o pós-modernismo não assinala senão uma extensão lógica do poder do mercado a toda a gama da produção cultural" (Harvey, 1992:64). Ou como assinala Jameson, o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado (Jameson, 1985:53).

Não podemos deixar de considerar a particularidade inovadora de práticas estéticas e culturais que emergiram nos anos 60 e que existem até hoje, mas o seu caráter "pós-moderno" apenas identifica não uma exaustão do modernismo, como críticos conservadores (ou liberais) poderiam assinalar, mas apenas *exacerbação do modernismo, a plena posição de suas virtualidade negativas*.

3. Capitalismo financeiro e posição do "sujeito" capital

É tão-somente nas condições da "mundialização do capital" (Chesnais), na época da "produção destrutiva"

(Mészáros), ou ainda no período de passagem para uma nova modalidade de acumulação capitalista - *acumulação flexível* (Harvey), que o insaciável movimento do capital em processo, o "incessante movimento de ganho", incessante movimento reduzido a crescimento quantitativo, assume um caráter plenamente inovador, dado pela constituição dos circuitos globais do dinheiro, que projeta, a nível global, "essa caça apaixonada do valor" (Marx). É sob tal condição sócio-histórica, portanto, que podemos apreender o verdadeiro sentido da modernização capitalista.

O surgimento de "um único mercado mundial de dinheiro e de crédito" é parte intrínseca da plena posição do capital enquanto sujeito da alta modernidade, ou da exacerbação da modernidade, com seus impactos decisivos nas esferas da cultura, da economia e da política.

Além disso, a constituição do mercado mundial de dinheiro e de crédito e da financeirização dominante, principalmente a partir de meados da década de 70, está ligada, intrinsecamente, a nova modalidade de acumulação capitalista, de caráter flexível, e à própria crise do fordismo. A cidadania global do capital tornou-se efetiva com o notável desenvolvimento do capital financeiro rumo à internacionalização dos mercados monetários e financeiros (e da própria supremacia do capital financeiro internacional) (Moffit, 1982).

Surge, a partir de meados dos anos 70, um sistema financeiro global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas, que instaura um mercado de ações global, um mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais. Mais do que nunca, propaga-se, de Tóquio a Londres, de Nova York a São Paulo, os denominados "empreendimentos com papéis", maneiras alternativas de obter lucros que não se restringe à produção pura e simples de mercadorias. Ou seja, lucros estritamente financeiros sem

dar importância à produção real:

> É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. *Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito*. (Marx, 1984: 119).

A lógica do capital financeiro, voltado para a reprodução hermafrodita da riqueza abstrata, através do mercado de dinheiro "sem Estado", cuja cifra atinge hoje cerca de US$ 30 trilhões, assola, com sua fluidez e frenesi, o mundo capitalista, provocando instabilidade financeira e arruinando planos nacionais de estabilização, constituindo-se, portanto, numa das características principais do capitalismo "pós-moderno".

Para alguns autores, como Eric Hobsbawn, é possível impor controles aos fluxos globais de dinheiro em busca de valorização:

> É necessário entender que a capacidade de controlar a economia internacional existe, ainda não foi perdida. Seria possível controlar até mesmo os mercados financeiros globais impondo impostos sobre transações ("Século dos extremos", *Veja*, 05.04.1995).

Entretanto, para outros, como John Kenneth Galbraith, mecanismos de controle sobre a movimentação do dinheiro pelo mundo não surtiriam efeitos:

> Não acredito que seja possível regular o fluxo de capital internacional. Os bancos centrais nunca tiveram o poder que se atribuía a ele. Com a globalização e o crescimento do volume de dinheiro que passou a transitar de um país a outro, tornaram-se ainda mais vulneráveis. Os recursos dos bancos centrais são muito escassos se comparados com os movimentos internacionais de capitais. Por isso, qualquer tentativa de restringir esses movimentos deverá ser pouco eficaz.

E salienta:

> Trata-se da própria natureza do capitalismo. O capitalismo alterna momentos de pessimismo e otimismo. É preciso aprender a lidar com isso. A instabilidade veio para ficar. Vejo isso como uma característica do sistema, contra a qual pouco podemos fazer ("Não há nada a fazer", *Exame*, 29.03.1995).

A maior autonomia do sistema bancário e financeiro, o fortalecimento do capital financeiro, detonou os mecanismos de regulação do período fordista, tendo em vista que limitaram o poder do Estado-nação, que buscam, hoje, no caso dos Estados capitalistas hegemônicos – a "Tríade", na acepção de Chesnais (Estados Unidos, União Européia e Japão), recuperar seus crescentes poderes de coordenação através do poder de organismos internacionais, tais como o FMI (o Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, longe do controle democrático, circunscrito à nação-Estado.

É tal emergência de um mercado de dinheiro "sem Estado", ou seja, um sistema financeiro mundial que conseguiu fugir de todo controle coletivo, mesmo nos Estados capitalistas avanços e poderosos, que põe, para nós, a percepção do capital enquanto sujeito da modernidade exacerbada (ou da "pós-modernidade"). A fluidez, instabilidade e frenesi dos fluxos do capital, para lá e para cá, acentua, mais ainda, o novo, o fugidio, o efêmero e o contingente da vida moderna.

4. A modernização capitalista enquanto criação do "sujeito" capital

É possível, a partir de Marx detectar a vinculação intrínseca do espírito moderno – ou da condição pós-moderna - com um modo societário particular - o complexo produtor de mercadorias. Através das análises de Marx é possível incidir uma nova luz sobre os segredos do novo tempo histórico.

Encontrar o que realmente está acontecendo, qual o próprio sentido de um drama e trauma histórico, inaugurado pela moderna sociedade burguesa, hoje em dimensão planetária. Isto é, para apreendermos o sentido da reestruturação capitalista que permeia o complexo mundial do capital, com impactos decisivos nas esferas da economia, política e cultura, é interessante lançar a seguinte interrogação:

O que está subjacente a este desesperado dinamismo da modernização capitalista, que hoje ganha proporções globais?

De início, por trás do andamento desesperado, deste ritmo frenético da modernidade exacerbada, haveria, segundo Berman (recuperando Marx), um agente social - a burguesia e um cenário sócio-histórico, o mercado mundial e a produção capitalista.

Bermann observa que, para Marx, a burguesia teria vocação para a atividade, e para a perpétua sublevação e renovação de todos os modos e vida pessoal e social (pelo menos, a burguesia clássica). Marx não está primordialmente interessado nas coisas criadas pela burguesia:

> O que lhe interessa são os processos, os poderes, as expressões de vida humana e energia [...] O que o atrai são os processos ativos e generativos[...] (Berman, 1987: 92)

Observa Berman, citando o *Manifesto de 1848* (de Marx), que a burguesia, tomada como um todo, "não pode subsistir sem constantemente revolucionar os meios de produção." A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações naquilo que Marx chama de "condições de produção" (ou "relações produtivas"), "e, com elas, em todas as condições e relações sociais" (Berman, 1987:94).

Esse esforço da burguesia está embutido no trabalho e nas necessidades diárias da economia burguesa. O que nos conduz à seguinte interrogação: o que leva (ou o que força) a burguesia a inovar ?

Berman diz que, na sintaxe de Marx, a "burguesia" é sujeito - por força de suas atividades econômicas responsáveis pelas grandes mudanças - e os homens e mulheres modernos, de todas as classes, são objetos, já que todos se vêem transformados. Assim, a burguesia é levada a inovar por ser...burguesia.

A percepção de Bermann é correta. Entretanto, é preciso salientar, no percurso da análise, uma categoria que, na época do *Manifesto* (de 1848), não estava desenvolvida ainda no discurso de Marx: o *capital* enquanto "sujeito" da modernidade (pode-se dizer que, naquela época, Marx não tinha desenvolvido ainda, de modo sistemático, uma teoria da produção do capital).

A apreensão da quase-*físis* do capital, como já salientamos, implica na constituição de uma nova sintaxe, baseada na linguagem dialética. O novo objeto que surge com a modernidade capitalista, instaura um novo sistema de significações desconhecido para a lógica do entendimento, empiricista e positivista.

A partir da lógica do entendimento, que diz respeito à dimensão contingente do real, o capital só apareceria como objeto tangível (representando, por exemplo, pelas máquinas ou pelo dinheiro). Entretanto, como já salientamos, o capital, na perspectiva dialética, é, antes de tudo, *uma relação social voltada para a valorização do valor*. É, portanto, antes de mais nada, uma forma sócio-histórica.

- o “sujeito” capital

O capital, como é pressuposto no discurso de Marx (citado por Berman), é um *modo de atividade humana*, um processo ativo e generativo vinculado ao principio de valorização, uma relação social voltada para a valorização do valor que aparece como um “fetiche”, uma “coisa” que se impõe a cada um de nós.

Na sua obra intitulada *O Capital – Crítica da Economia Política* (1864), Marx soube privilegiar tal apreensão ontológica do processo social da modernidade. É possível dizer, parafraseando Puchkin, que disse que o *Fausto*[de Goethe] é a *Ilíada* da vida moderna, que *O Capital* [de Marx] é a *Odisseía* da modernidade.

A própria obra *O Capital*, em sua estrutura interna, constitui, como o próprio Marx destacou, “um todo artístico”, *ein artistiche Ganzes*, adequado à exposição da verdadeira “odisséia” deste sujeito que domina o complexo societário da modernidade.

Em sua obra-prima, como salienta Kosik, Marx descreve a estrutura do mundo capitalista tal como o movimento real do capital a cria (fixa as leis do seu movimento; analisa de *per se* as aparências ou as formas (*Gestalten*) reais que o sujeito cria no curso, ou ao fim do seu movimento; oferece um quadro do próprio movimento no seu conjunto) (Kosik, 1973: 164:166).

- o “sujeito” capital enquanto objeto-movimento

Se se diz que o capital é sujeito, deve-se precisar que ele é o que é, enquanto é movimento autônomo, um objeto-movimento. O capital só aparece como sujeito se o visarmos em movimento (mas só em movimento ele é o que é). Ou mais

ainda: o sujeito não é apenas movimento, mas movimento *reduzido* ao crescimento quantitativo.

Uma passagem de *O Capital* é importante, para esclarecer sobre o modo de ser do sujeito da modernidade:

> Na circulação D-M-D [...] mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático [*automatisches Subjekt*]. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo [*Subjekt eines Prozesses*] em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza (Marx, 1984: 130).

Esta citação é parte da Seção II de *O Capital*, no capítulo IV, intitulado "Transformação do Dinheiro em Capital", onde Marx expõe a constituição plena do "sujeito" capital, um ente de novo tipo que surge, ainda em germe, com o comércio mundial e mercado mundial (a partir do século XVI).

Percebe-se que, o "sujeito" capital é conservado, mais do que isto, constituído pela "supressão" constante de um predicado pelo outro. Ou seja, o capital é a mercadoria "suprimida" pelo dinheiro, o dinheiro "suprimido" em mercadoria...Portanto, o capital está nessa supressão constante, ininterrupta, ou na acepção de Ruy Fausto, poderíamos dizer que o capital está no *intervalo da negatividade* entre a mercadoria e o dinheiro.

- objetividade ontológica do "sujeito" capital

Na verdade, mercadoria e dinheiro são apenas formas de valor, formas fetichistas do "sujeito" capital, que tendem a apresentar as relações dos homens entre si como relações entre *coisas*. Um dos segredos do capital em processo, desvelado por Marx, é que ele - o capital - é produto do trabalho e dos homens. Mas, apesar disso, uma vez criado, o capital, cujo ponto de partida é a circulação de mercadorias, torna-se uma forma objetiva e autônoma, regido por leis próprias, que tende a coagir e dominar homens e mulheres.

É a partir daí que pode ocorrer o que Marx denominou de *fetichismo da mercadoria,* característica básica da sociabilidade capitalista, caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias, onde uma relação entre pessoas *interverte-se* ou assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (ou relações entre coisas e pessoas):

> Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão (Marx, 1984: 193).

O complexo produtor de mercadorias possuiria como traço estrutural (e estruturante) de sua sociabilidade "humana" o que os clássicos denunciaram como sendo o *estranhamento*, a heteronomia intrínseca à ação social sob as sociedades mercantis complexas, a "sensação íntima de uma realidade transcendente", salientada por Lukács, que imprimiria o sentido da própria modernidade (Lukács, 1978). Para Marx, o movimento social, sob o complexo produtor de mercadorias, tenderia a possuir, para homens e mulheres, a forma de um *movimento de coisas*, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las. O processo social, possuiria, portanto, uma objetividade transcendente à intenção originária dos agentes sociais.

A objetividade do valor é uma objetividade de caráter ontológico próprio às formas sociais produtoras de mercadorias. O surgimento de relações sociais entre pessoas, que apareceria na consciência de seus agentes sociais como *potências alheias autônomas* (e objetivas) contrapostas aos próprios homens e mulheres, trabalhadores assalariados e capitalistas, é intrínseco à própria existência do ser social sob o sistema produtor de mercadorias.

Como já salientamos, se as pessoas - capitalistas e trabalhadores assalariados - aparecem apenas como personagens econômicas na obra *O Capital*, representantes de mercadorias, portadores de relações econômicas das quais elas se defrontam, é porque a trama da própria obra de Marx é imbuída do sentido profundo da modernidade. Ela *reflete,* no sentido objetivo, o traço essencial do nosso tempo.

Entretanto, vale salientar, a exposição dialética reflete apenas para poder desvelar (e negar), no plano da consciência, o fetichismo da mercadoria, cuja expressão é dada pelo movimento ininterrupto do "sujeito" capital. Na medida em que ressalta a objetividade do valor, a sua quase-*físis,* a análise dialética re-lembra o seu caráter histórico (e mistificador), decorrente das condições de produção do complexo produtor de mercadorias.

A gênese e realização do capital em processo decorrem, portanto, da ação dos homens e mulheres (o que, nos remete à problemática da praxis humano-crítica). E sua abolição, na perspectiva marxiana, seria produto histórico, da ação humana organizada, que iria contestar um modo de produção, onde, segundo Marx, "o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador." (Marx 1984: 193).

O que merece ser ressaltado na observação de Marx é mais a sua apreensão objetiva da sociabilidade capitalista e menos a inexorabilidade da supressão do modo de produção capitalista, decorrente de um processo histórico complexo, do próprio desenvolvimento da luta de classes. Mais do que um profeta da sociedade comunista, como os arautos liberais parecem querer reduzir o legado do autor de *O Capital*, o mérito de Marx reside em sua análise percuciente, e muito atual, das leis gerais do modo de produção capitalista, da própria odisséia do capital em processo.

- capitalistas e trabalhadores assalariados enquanto "suportes" do capital

Em várias passagens de sua obra-prima, Marx põe o capital - e não a burguesia, como o sujeito da modernização. O capital, diz Marx, é, com efeito, o sujeito (o capital é "sujeito que domina" [*übergreifendes Subjekt*], "sujeito automático" [*automatisches Subjekt*], "sujeito de um processo" [*Subjekt eines Prozesses*].

Na realidade, o discurso de *O Capital* tem como objeto central não o operário e o capitalista (o que poderia ser dito, de um modo bastante geral, do discurso sobre a luta de classes) - mas o próprio *capital.*

Trabalhadores assalariados e capitalistas, no discurso de *O Capital* (que possui um sentido mais ontológico do que propriamente lógico), são "suportes" desse sujeito, e portanto, seus predicados. Sendo mais rigoroso, poderíamos dizer que, os predicados do "sujeito" capital - seus "momentos" - seriam o *dinheiro* e a *mercadoria*. Por serem suportes do dinheiro e das mercadorias - inclusive a força de trabalho, os capitalistas e os trabalhadores assalariados são suportes do capital (e, portanto seus predicados).

Ao capitalista, por exemplo, corresponde uma objetividade, mas ele, tal como o trabalhador assalariado, não *tem* objetividade. É a objetividade (enquanto capital) que o tem. Poderíamos dizer que, a "subjetividade" existe agora no objeto (expressão ontológica do processo de *estranhamento* intrínseco à própria sociabilidade do capital). É o que salienta Marx (nos *Grundrisse*):

> No conceito de capital está posto que as condições objetivas do trabalho - e estas são o próprio produto do trabalho - adquirem uma *personalidade* diante do trabalho, ou, ainda, o que é a mesma coisa, que elas sejam postas como propriedade estranha ao trabalhador. No conceito de capital, está contido o capitalista (Marx, K. *Apud* Fausto, Ruy 1987:43).

O texto de Marx não significa que a personalidade seja a do capitalista. A personalidade é a do capital, encarnada no capitalista (Fausto, 1987:43).

Portanto, para Marx, capitalista e o trabalhador assalariado, surgem, nesse caso, como expressão do *indivíduo subjetivo*, postos numa relação contingente, "de uma maneira puramente não-objetiva, subjetiva, "livre". Mas, tal liberdade é percebida como *estranhamento*, posto que capitalistas e trabalhadores assalariados são *indivíduos de classe* (na acepção de Marx).

Na obra *A Ideologia Alemã* (1847), Marx salienta, ainda numa percepção rudimentar do processo de produção do "sujeito" capital (o escrito é de 1845), o que é o *indivíduo de classe*. O "indivíduo de classe", para ele, seria produto da burguesia, a classe dominante de um período histórico caracterizada pela contingência das condições de vida para o indivíduo:

> Esta contingência apenas é engendrada e desenvolvida pela concorrência e pela luta dos indivíduos entre si.

> Assim, na imaginação, os indivíduos parecem ser mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida parecem acidentais; mas, na realidade não são livres, pois estão mais submetidos ao poder das coisas (Marx, 1987:120).

O "poder das coisas" que submeteria os indivíduos de classe, tanto capitalistas, quanto proletários, poderia ser traduzido por *capital.*

- A diferenciação lógica (e ontológica) entre forma e matéria

Até o momento, procuramos apresentar uma compreensão do "sujeito" capital no nível da *forma*, ou seja, procuramos conceber o capital como o *valor que se valoriza a si mesmo*, cujo movimento não é apenas movimento, mas crescimento quantitativo. A partir daí, é possível apreender através da sintaxe dialética, portanto, uma particularidade do processo societário capitalista - a diferença entre *forma* e *matéria*, uma das significações que permite perceber a descontinuidade entre o capitalismo e as formas societárias anteriores. Tal diferenciação lógica (e ontológica) pode nos ajudar a pensar as transformações do capitalismo tardio em crise.

Sob o capitalismo, poderíamos dizer que a própria *forma social* (o capital) se repõe enquanto forma no *nível material*. A forma social, que apresentamos como sendo o fluxo ininterrupto do capital, enquanto valor que se valoriza a si mesmo, se imprime no processo material. Deste modo, a *forma material* do capital se apresentará também como um movimento constante, ocorrendo a instauração da revolução técnica "permanente".

Pode-se dizer que o sistema em que a *forma* econômica se autonomiza é também aquele em que a base material é mais

radicalmente “derivada”. Por isso, no capitalismo, se a forma econômica tem um máximo de autonomia, a base material é a mais determinada pela forma econômica, portanto pela forma social.

Por exemplo, o que recobre a subordinação material que faz do trabalhador um *apêndice* diante da forma material do capital é a subordinação formal, que no plano da forma já fazia dele um *suporte*. Ou ainda, é por ser o *capital como forma* não apenas movimento incessante, mas movimento incessante em expansão, que leva a *forma material do capital* a se apresentar também como um movimento incessante.

É deste modo que poderíamos explicar, *a partir da dimensão do capital em geral*, o incessante turbilhão de inovações sociais, políticas, tecnológicas, econômicas e culturais que atinge o capitalismo tardio em crise. Na perspectiva dialética, elas traduzem *a impregnação da matéria pela forma* que caracteriza o sistema capitalista. Assim, ao invés de explicar o processo societário capitalista pelo desenvolvimento da técnica, o correto seria, explica-lo pelo desenvolvimento do capital como forma, da relação social subjacente à materialidade do capital.

A explicação “tecnicista” tende a incorporar, em seu bojo, no nível do discurso do entendimento, algo como um fetichismo do capital. Como diria Ruy Fausto, *o fetichismo é, de certo modo, o mundo encantado no interior do mundo desencantado* (Fausto, 1987:55). Ela - a explicação tecnicista, seria tão-somente a tradução da forma mais desenvolvida de fetichismo, desta impregnação da matéria pela forma.

Como já salientamos, apenas a sintaxe dialética permite pensar uma significação social que se tornou “sujeito”, que se “comporta” como se fosse um objeto animado (no caso, o capital). É uma quase-*físis*.

Na modernidade capitalista, o natural é artificializado, mas o social ganha a forma natural até se apresentar como uma quase-vida (o Sujeito). O fetichismo faz dessa quase-natureza uma natureza; ela passa a ser a projeção da quase-*física* na *físis* (ela mesma artificializada) (Fausto, 1987: 62).

5 . A normalidade caótica do "sujeito" capital e seus impactos sobre as esferas da economia, política e cultura

A autodestruição inovadora do capital, decorrente do "impulso absoluto de enriquecimento", que se incrementa, hoje, com a passagem para uma nova modalidade de acumulação capitalista - a "acumulação flexível", revoluciona não apenas os meios de produção, mas os meios de reprodução sociais. Ocasionam crises recorrentes, provenientes da contradição intrínseca à própria atividade do capital, que, põem, a cada momento problemas de desenvolvimento para o capital (e, principalmente, para seus "suportes" : capitalistas e trabalhadores assalariados).

O que presenciamos em nossos dias, portanto, são verdadeiros (e grandiosos) desafios históricos, intrínsecos à lógica sócio-histórica do capital em processo, que Marx traduziu, de modo epigramático, na expressão *Hic Rhodus, hic salta!* utilizada por ele não apenas em *O Capital*, mas no *18 Brumário* (esta expressão é de uma fábula de Esopo em que um fanfarrão sustenta ter dado um salto prodigioso em Rhodes, uma das maravilhas arquitetônicas do mundo antigo. A ele se replicou, então: "Aqui está Rhodes, agora salta.") (Marx, 1983:138; 1986:21).

Por revolucionar constantemente, e derrubar todos os obstáculos que freiam o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a multiplicação da produção, o capital em processo é um constante desafio

para o movimento do trabalho assalariado, que procura dar respostas à tais desafios históricos, postas pelo processo de acumulação do capital.

- O movimento dos trabalhadores assalariados enquanto complexo sócio-histórico reativo à posição do "sujeito" capital

É possível salientar, que, o movimento dos trabalhadores assalariados, sob uma perspectiva ontológica, originou-se como um complexo sócio-histórico *reativo* à posição do capital em processo, que tende a revolucionar constantemente as condições sociais (vale dizer que, o próprio movimento incessante do capital, sua quase-*físis*, possui como componente intrínseco, a luta de classes).

Em sua pequena obra *Salário, Preço e Lucro* (1864), Marx, por exemplo, observa o caráter *reativo* do movimento dos trabalhadores assalariados, em sua dimensão espontânea (cujo maior exemplo é dado pela luta pela elevação dos salários). Deste modo, a luta por salários, que pertence à dimensão da classe *em si*, que é um dos traços originários do movimento dos trabalhadores assalariados, intrínsecos à ação sindical (desde a instauração do regime de trabalho assalariado), constitui apenas, segundo Marx, "a reação dos operários contra a ação anterior do capital" (Marx, 1987:77).

A cada movimento do capital corresponde, ou deve corresponder, uma *resposta dos trabalhadores assalariados*, que aparece, para os agentes sociais, como uma resistência (ou luta) social, de caráter contingente. Portanto, podemos dizer que o movimento do trabalho é uma necessidade interna do sistema capitalista, que, no entanto, *aparece*, para os trabalhadores assalariados (e capitalistas), sob a forma

da contingência (cujo campo prático é dado pelo processo histórico).

Trabalhadores assalariados e capitalistas, em seus movimentos históricos, permanecem, enquanto tais, presos às leis imanentes do capital e, deste modo, em seus movimentos espontâneos, traduzidos, por uma complexo de mediações políticas e culturais, aparecem para eles, como leis coercitivas ou produtos do acaso (e da liberdade).

O plano da concorrência (e da luta de classes), serve apenas para tornar claro os limites coercitivos que aparecem, em última instância, enquanto condições externas, que o próprio Marx salientou como "circunstâncias legadas e transmitidas pelo passado" que determinam a ação humana. É a célebre citação do *18 Brumário*:

> Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 1986:17).

Podemos dizer que o movimento do trabalho, em sua dimensão espontânea (e no nível da *classe em si*) é imanente à constituição (e desenvolvimento) do "sujeito" capital.

E, por outro lado, ele próprio (o movimento do trabalho), através do processo da luta de classes, *ergue obstáculos* (ou limites postos como barreiras) à sanha implacável do capital, que tende a reduzir toda a classe operária a degradação social.

Entretanto, é preciso observar o seguinte: o movimento do trabalho ergue apenas *barreiras* [*Schranke*], mas não consegue, *enquanto permanecer em sua dimensão espontânea*, instaurar *limites* [*Grenze*], ou erguer barreiras postos como limites (tendo em vista que ele próprio - o movimento

do trabalho, em si, é um dos *limites* imanentes do sistema capitalista, é uma de suas determinações essenciais e fundamentais).

Como já salientamos, a própria via de desenvolvimento do sistema do capital tende a conduzir à sua corrupção, ou ao seu *colapso*, no sentido processual, onde os limites internos do capital, inclusive, e principalmente, o *movimento do trabalho* (que, em si, ergue, também, barreiras para o capital), e o próprio *desenvolvimento das forças produtivas*, instigado pela concorrência e luta de classes, se transformam em *barreiras*, intrínsecas a si mesmo, que ele não pode mais ultrapassar (surge a *crise estrutural do sisteam do capital*). Como observa Ruy Fausto, "as barreiras do capital, pelo menos as que provocariam a crise final do sistema, não existem desde o início como limitação (senão para nós, e mesmo para nós como latentes) elas emergem do seu desenvolvimento interno." (Fausto, 1987:78-79).

A idéia de *crise do capital* não possui um sentido *catastrofista*, de uma "grande tempestade", de ruptura revolucionária iminente da ordem burguesa, como veio a ser interpretado por correntes do marxismo. Ela possui um sentido processual, de média ou longa duração, marcada, inclusive, por períodos de retomada do crescimento capitalista e de expansão, mais ainda, do capital.

O que tende a predominar, agora sob uma escala planetária, são as dificuldades de valorização do valor, num cenário de irracionalidade societária, de barbárie social e cultural. Penetra-se-se numa *era de trevas*, marcada pela perpétua desintegração-integração societária global. O cenário mundial impõe um novo patamar de exclusões sócio-históricas, posto que o mercado não é para todos.

Ao invés de *anormalidades* (ou patologias) sociais, o período histórico de crise do capital – que na dimensão dos *múltiplos capitais* aparece como crise de superprodução - é apenas o novo cenário do capitalismo tardio em crise, da mundialização do capital, da "turbulência global" (Brenner), que sucede os "anos dourados" do capitalismo do pós-guerra, e cuja maior característica é dada pela *normalidade caótica*, onde o "sujeito" capital em processo cria (e destrói) novos mundos, postos como condição de seu próprio desenvolvimento efetivo.

- O "sujeito" capital enquanto criador dos mundos (e do movimento) do trabalho

Berman observa que o desesperado dinamismo da (des)ordem do capital, a "ininterrupta perturbação, interminável incerteza e agitação", em vez de subverter essa sociedade, resultam, de fato, no seu fortalecimento. Ou seja, para o capital, a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora.

Entretanto, ela é integradora, na medida em que destrói e reconstrói os mundos (e o movimento) do trabalho. A integração do capital em processo decorre, portanto, da desintegração perpétua e fluída, que atinge o complexo societário.

Um dos traços marcantes do movimento do capital é sua in-sistência em negar o *trabalho* (vale dizer, em sua dimensão concreta). O capital cria, destrói e recria, de modo contínuo, os mundos do trabalho.

Mas, apesar desta fluidez perturbadora atingir apenas a dimensão concreta do trabalho, ela teria, segundo alguns autores, impactos decisivos na própria sociedade do trabalho, ocorrendo, inclusive, a *aparência necessária* de sua dissolução (Gorz, 1987; Habermas, 1974; Offe, 1990).

Pode-se dizer que, sob a perspectiva dialética, o trabalho e a criação de valor, nas condições da mundialização do capital, com o incremento da terceira revolução científico-tecnológica, com a instauração da "sociedade informática" (na acepção de Schaff) tende a ser "suprimido", mas não "anulado" pelo capital em processo (Schaff, 1983).

Portanto, ao invés de dizermos que a *categoria do trabalho* não possui mais uma centralidade ontológica no ser social, ou perdeu a sua significação central na "alta modernidade", com o avanço da esfera de serviço e da automação, a perspectiva dialética permite-nos ir além deste "mau infinito" (Hegel), que pressupõe que o capital tende a ultrapassar, continuamente, os limites postos como barreiras. Ora, numa sintaxe dialética, é possível dizer que o capital em processo, tende a ultrapassar apenas idealmente [*ideel*] o seu pólo antagônico, o trabalho produtivo, criador de valor, mas não se segue de forma alguma que ele o venceu realmente [*real*], tendo em vista que sua produção se move em contradições (ou como diria Marx, "[o capital] é a contradição viva"), que são constantemente vencidas, mas igualmente constantemente postas. Ao contrário do que pensam muitos autores, a categoria do trabalho, portanto, continua mantendo a sua significação central sob a "terceira idade do capitalismo".

Apenas a sintaxe dialética poderia apreender, através do conceito do "ideal" [*ideel*], aquilo que é "suprimido" [*aufgehoben*], mas não anulado. Assim, a "supressão" do trabalho criador de valor, salientado por vários autores (entre eles, Kurz) precisa ser compreendido como uma forma particular da negação ou do negar, onde o capital, é, na perspectiva dialética, o infinito que operou a primeira negação do finito - no caso, o trabalho criador de valor (negação que é justamente ideal e não real) e na qual por isso mesmo o finito deve emergir de novo. E o finito que emerge é, numa dimensão concreta, os novos "mundos do trabalho", os múl-

tiplos tipos de trabalhos assalariados, cuja auto-expansão é constatada, inclusive, por autores que denunciaram a perda da centralidade ontológica do trabalho nas sociedades capitalistas avançadas (o próprio Offe, por exemplo, que salienta a perda da centralidade do trabalho em nossos dias é obrigado a reconhecer que "uma parcela maior da população participa do trabalho assalariado") (Offe, 1989:12).

Mas, o caráter inovador, de autodestruição criativa do capital, atinge, principalmente, o nível do *para-si* do movimento do trabalho. Berman percebeu tal paradoxo do desenvolvimento do capital, quando observou que, se nada resiste ao fluxo dialético da valorização em processo, se, como disse Marx, "tudo que é sólido desmancha no ar",

> por que razão as formas comunitárias produzidas pela indústria capitalista seriam mais sólidas do que qualquer outro produto capitalista? (Berman, 1987:102).

Isto é, o capital, em sua perpétua sublevação e renovação de todos os modos de vida social e pessoal, tenderia a tornar temporários, provisórios e condenar à obsolescência, como tudo o mais, os mundos do trabalho (tal como o conhecemos hoje). Inclusive, em 1856, Marx se referiu aos operários da indústria, como "homens-fruto de uma moda passageira [...], nada mais que uma invenção dos tempos modernos, como o próprio maquinário." (Marx e Engels, s/d :299).

Berman observa que não apenas a base material da indústria estaria condenada à obsolescência, mas a *solidariedade*, um dos atributo constitutivo dos mundos do trabalho clássico, poderiam mostrar-se tão transitória quanto as máquinas operados pelos operários e os produtos que daí resultam. A crise do movimento operário tradicional, portanto, seria expressão do próprio desenvolvimento do capital enquanto sujeito da modernização exacerbada:

> Os trabalhadores podem dar-se mútuo apoio, hoje, na assembléia ou na linha de piquete, para se verem dispersados amanhã, em meio a outras coletividades, sob outras condições, outros processos e produtos, outras necessidades e interesses (Berman, 1987: 102).

Deste modo, teríamos a perpetuação da forma social, das categorias de capital, trabalho assalariado, mercadorias, exploração, valor, enquanto sua base material e seus conteúdos humanos, segundo Berman, "se viriam arremesados num fluxo perpétuo" (Berman, 1987: 102).

A idéia de *estranhamento* é um dos importantes aspectos do desvelamento da modernização elaborado por Marx. Uma de suas descobertas científicas é que o "sujeito" capital tende a debilitar, a longo prazo, o trabalho assalariado, atingindo a "classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 1993). Aprofunda, de modo real, o que está posto, desde o início, como forma - a subsunção do trabalho assalariado ao capital. E não apenas impõe o estranhamento como condição ontológica da classe dos trabalhadores assalariados, mas tende a desenvolver a própria negação do trabalho no interior da vigência do capital, criando, deste modo, um novo patamar de estranhamento para milhões de desempregados, excluídos da sociabilidade do trabalho, e desvinculados das promessas da modernidade, numa época de "pós-modernidade".

Portanto, o capital em processo se configura, em si, como ofensiva contra o trabalho assalariado, debilitando seu movimento social, desintegrando-o e colocando novos desafios para os "mundos do trabalho".

Na verdade, a ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca à seu movimento, pois como observou Marx em seus vários escritos (dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de1844, à *O Capital*, de1867), um é apenas a

negação do outro, onde o "sujeito" capital *aparece* enquanto "trabalho morto". Ou ainda, a "supressão" do "trabalho vivo" não anula a centralidade ontológica da categoria trabalho, isto é, a centralidade da significação "trabalho", posto que o que tende a emergir, de novo, é apenas o "sujeito" capital enquanto "trabalho morto". Nesse caso, o trabalho, surge, com a emergência do "sujeito" capital, apenas como pressuposto negado.

É tal percepção do problema da "alta modernidade" que se desenvolve na era da mundialização do capital que torna-nos capaz de reconhecer o sentido das inovações capitalistas no limiar do século XXI. Ao invés da denúncia da incapacidade de categorias oriundas de *O Capital* explicarem o mundo do capitalismo tardio em crise, o importante é constatar tal paradoxo da modernidade, expresso na visão "diluidora" (ou dialética) de Marx, que captou o sentido ontológico do nosso tempo, através do movimento do "sujeito" que o constitui, o capital.

6. Modernização capitalista e luta de classes para além do século XX

Temos tratado do processo de reestruturação capitalista sob a mundialização do capital na perspectiva do *capital em geral* (o que nos dispensou de concebermos a crise estrutural do capital que decorre a partir dos anos 70 como sendo uma crise de superprodução). Ao tratarmos do capital enquanto "sujeito" da modernização capitalista, permanecemos num elevado nível de abstração. A partir deste plano analítico, o "sujeito" capital surge como o ente histórico, fetiche de relações social voltadas para a valorização do valor, que penetra no cerne da sociabilidade humana. É uma "quase-*físis*", produto das próprias relações humanas estranhadas.

Se nos aproximarmos do processo sócio-histórico, real e concreto, com a percepção das "múltiplas determinações" (e no plano da concorrência e da contingência, com seus múltiplos capitais), iremos observar a crise estrutural do capital não apenas como processo incessante de constituição e reconstituição da modernidade pelo "sujeito" capital, mas, principalmente, como crise estrutural de superprodução, desvelando as intensas contradições da realização (e reprodução) do sistema do capital. Além disso, a partir do nível dos "múltiplos capitais", iremos ver que *o movimento do capital é caracterizado por um fluxo (e contra-fluxo) de conflitos sociais, de lutas de classes e de frações de classe*, com avanços e recuos, onde o *acaso* possui sua eficácia real, e a dialética entre *liberdade e necessidade* impõe sua legalidade ontológica.

Por isso, ao invés do movimento do "sujeito" capital negar a luta de classes, pelo contrário, ele a contém, enquanto pressuposto de algo que, para os homens e mulheres que lutam contra a exploração (e o estranhamento) postos na ordem do capital, não pode ser esquecido: o capital, o princípio de valorização é produto histórico, resultado da atividade "estranhada" dos homens, e não algo "natural", apesar de constituir uma "segunda natureza", uma quase-*físis* (e, portanto, possuir, hoje, mais do que nunca, uma aparência de *naturalidade*).

Como observou Lukács, *o homem* é *um ser que dá respostas* (*Apud* Holz, Kofler e Abendroth, 1969:132). Ou, sob certas circunstâncias, os homens e mulheres são levados à darem respostas, sob pena de irem à ruína. Mas as respostas humanas ocorrem no interior de um sistema "desumano", onde o "homem" permanece apenas pressuposto e cujo "sujeito" capital ainda domina. Por isso o período histórico de domínio avassalador do capital adquiriu, para Marx o caráter de pré-história humana, tendo em vista que nesse percurso

“humano”, o “homem” mantém-se ainda subordinado à produção (do valor).

A luta de classes ocorre como necessidade do sistema, mantendo-se, sob diversas formas, no interior dele; é parte dele, constituindo, portanto, a própria contraditoriedade necessária do processo da “pré-história”. Mas, por ser parte do próprio nexo contraditório do sistema do capital, a luta de classes pressupõe a possibilidade objetiva da própria superação do sistema do capital. Ou seja, ela seria a “chave da história” que projetaria o homem para além de sua “pré-história” (Marx diria que a luta de classes conduziria a ditadura do proletariado).

Em sua época, Marx apreendeu o processo social capitalista como constituído por classes *em si*, que, sobre o campo de mediações políticas, atingem o *para-si* e tendem a buscar a *negação da negação*. Ou seja, ir além da ordem do capital (o que numa leitura mais rigorosa, poderia identificar um terceiro movimento “para além do para-si”, que seria, a rigor, a supressão plena da ordem do capital) (Mészáros, 1987).

Só que o desenvolvimento da *consciência de classe* demonstrou ser um percurso complexo, cujas mediações sócio-políticas tendem a tornarem-se problemáticas, principalmente com o avançar da socialização capitalista, do “fetichismo da mercadoria”. Tal processo societário, que caracteriza as “sociedades industriais” tendeu a ser salientado pela Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer, que o apreenderam como sendo o avanço da *razão instrumental* (Adorno e Horkheimer, 1985).

Nos países capitalistas centrais, sociedades burguesas mais desenvolvidas, o movimento operário, no decorrer do século XX, demonstrou manter-se, no limite, no interior da lógica do capital, com suas instituições, partidos e sindicatos,

apenas adaptando-se à ordem societária vigente, e pressionando para obter melhorias no padrão de vida no interior das sociedades capitalistas. Nessa perspectiva, mantiveram-se enquanto parceiros antagônicos do capital em processo, pressionando-o (ou na linguagem de Marx, colocando meros *obstáculos* que não chegaram a constituir-se *limites*) para que a exploração capitalista não alcançasse níveis bárbaros.

Em última instância, contribuíram para que o capital se autorenovasse, seja em padrões tecnológicos e societários, criando-se novos *modos de regulação*, capazes de efetivar, no estágio sócio-histórico alcançado, condições para a acumulação do capital (Aglietta, 1979; Boyer, 1990; Lipietz, 1987).

Além disso, as experiências de "ruptura" com a ordem do capital no século XX (ou mais precisamente, com o capitalismo, mas não com o capital), que ocorreu, de modo clássico, na URSS, China e Cuba, por exemplo, demonstraram seus limites sócio-históricos, não conseguiram ir além de meras experiências anti-capitalistas, sem romper, portanto, com a lógica da mercadoria (e da de toda a "velha porcaria", como diria Marx) (Marx, 1987; Mészáros, 1987). Com o turbilhão do avanço do capital, a partir das da crise do capital nos anos 70, tais experiências de "socialismo real" renderam-se, de vez, à lógica do mercado. É curioso que Berman, em 1982, numa observação visionária, disse (sobre os países do "socialismo real"): "O que poderá impedir que as forças sociais que derretem o capitalismo derretam igualmente o comunismo?" (Berman, 1987:102).

É claro que, o mérito da análise sobre a experiência histórica do "socialismo real" (que não pode ser identificado, se quisermos ser rigorosos, com o socialismo (e o comunismo) almejados por Marx), advém, principalmente, do seu caráter *post-festum.*

Na verdade, os homens e mulheres que lutaram (e morreram) pela constituição de uma nova sociabilidade, de caráter socialista, tinham, no seu horizonte teleológico, a certeza de que poderia ser *possível,* naquelas condições sócio-históricas particulares, ir além do meramente existente, de construir uma sociedade mais justa, ou ainda, construir o socialismo (ou até o comunismo). Mas o processo histórico do "curto século XX" demonstrou, *post festum,* ter sido isto uma *falsa consciência*.

Como Marx observou no *18 Brumário*, as classes (e os várias frações de classe) se apropriam, em sua práxis política, de representações (e imagens), que, apesar de poderem ser *falsas* (ou não verdadeiras), possuem uma eficácia ontológica considerável. É o que Gramsci, por exemplo, denominou de "historicamente subjetivo" (Gramsci, 1984: 170). Ou ainda, o que o último Lukács tratou-a como *ideologia*, no sentido ontológico (Lukács, 1981).

O desenvolvimento da luta de classes e as múltiplas determinações postas pelo mercado mundial, que limitaram qualquer transformação radical de *um só país* rumo à ruptura com o capital, levaram, com os *acasos* (e contingências históricas) que se acumularam, à melancólica desintegração da experiência socialista na URSS e à renúncia flagrante da República Popular da China à lógica do mercado, que se impõe, sob condições bem específicas, é claro. O século XX presenciou, deste modo, um *debacle* histórico com as experiências das "sociedades soviéticas", ocorridas numa época de plena posição do capital enquanto sujeito e de crise de crescimento do capitalismo tardio.

A crise do capitalismo tardio, que atinge os países industriais a partir da década de 70, pode ser caracterizada menos como uma *crise de estagnação*, como salienta Baran e Sweezy, e mais como uma *crise de crescimento do "su-*

jeito" capital. Um "crescimento destrutivo", se poderíamos dizer assim (para o *gênero humano* e não para o "sujeito" capital). A crise do capital eleva suas contradições e paradoxos à enésima potência, o que demonstra a crescente incompatibilidade sócio-histórica entre o desenvolvimento do "sujeito" capital e o desenvolvimento do *gênero humano* (Baran e Sweezy, 1972)

Nesse caso, os múltiplos vetores sócio-históricos, muitos deles apontados em direções contrárias, tais como o movimento do trabalho, a institucionalização da política (no sentido representativo), a consolidação cultural de valores mercantis, que integram a cultura de massa, nos conduziram, no decorrer do século XX, apenas numa direção - à modernização planetária, sob os auspícios do capital.

Apenas sob tais condições sócio-históricas, de ofensiva do capital, de quase capitulação do movimento do trabalho à almejar algo para além do capital (mesmo no sentido de representação ideológica), é possível constituir uma leitura da história *passada* como sendo a verdadeira odisséia do capital enquanto sujeito da modernização exacerbada. É possível, nesse caso, apreender uma leitura ontológica do processo sócio-histórico como constituído pelo movimento do capital em processo.

7. Perspectivas para uma atividade crítico-revolucionária sob a mundialização do capital.

Apesar das empresas transnacionais passarem a ocupar o espaço societário mundial desde a década de 50, é apenas a partir da década de 60, com a crise do capitalismo tardio, e o incremento da concorrência intercapitalista no mercado mundial, que emerge uma nova configuração do capital planetário.

O surgimento de novos pólos de hegemonia capitalista, tais como Europa Ocidental e Japão contestam a hegemonia dos EUA no cenário capitalista internacional. O agravamento da concorrência intercapitalista, o surgimento do mercado do eurodólar, o *débacle* dos *Acordos de Bretton Woods* e a constante instabilidade cambial (e financeira) constituíram um complexo de causas (e efeitos) da crise do capital, do suposto "*desajuste* global", que é, apenas o novo ajuste do sistema destrutivo do capital (Tavares e Fiori, 1993).

Pode-se dizer que apesar da idéia do capital como um processo societário moderno que constitue (e é constituído) pelo mercado mundial pertencer ao século XIX (como assinala o *Manifesto Comunista* de 1848), é apenas a partir do século XX, ou mais precisamente, no pós-guerra, ou ainda, a partir da crise do capitalismo tardio, da mundialização do capital, que ela ganha dimensão efetiva.

É o novo paradoxo da modernidade exacerbada que surge sob a mundialização do capital: o "valor em movimento" surge plenamente como "sujeito" apenas a partir da exacerbação de seu fetiche ofuscante, isto é, o capital financeiro.

Sob a mundialização do capital estamos no início de um processo societário do capital que tenderá a alavancar (e aprofundar) ainda mais, rumo ao século XXI, o princípio de valorização por regiões mais amplas do mundo, Ásia, China e ex-países socialistas.

É dessa realidade maior, signo do nosso tempo, que decorre a inevitabilidade da *reestruturação produtiva* em países integrados à economia global, como é o caso do Brasil. A reestruturação produtiva surge como condição para o capital elevar-se à sua nova condição de *cidadão do mundo*, rompendo as amarras que o prendiam. Nisso decorre uma ofensiva sobre o trabalho e sobre as instituições do Estado

nacional. É o que denominamos de *ofensiva do capital de novo tipo*, de caráter planetário (cuja expressão política são as estratégias neoliberais).

Nessas condições, o movimento do trabalho (e da política de classe, de cariz revolucionário) tende a encontrar ainda profundos limites de eficácia histórica, que nos levam a dizer que, o sujeito histórico clássico, preso à lógica do espaço-tempo nacional, tal como o movimento operário tradicional, está em crise estrutural.

Na verdade, o movimento operário clássico, que nasceu no século XIX, apenas habita uma dimensão sócio-histórica que o "curto" século XX, já demonstrou ser incapaz de projetá-lo para além da ordem do capital.

Uma das dimensões cruciais da *crise da sociedade do trabalho* é dada pela contradição candente entre o *movimento do capital* desterritorializado e o *movimento do trabalho assalariado* ainda territorializado. Com o processo de globalização, se desenvolve o novo e surpreendente *processo de desterritorialização*:

> Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. Estão presentes em muitos lugares, nações, continentes, parecendo flutuar por sobre Estados e fronteiras, línguas, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos (Ianni, 1992: 93)

A crise do movimento operário hoje é, portanto, uma crise de *caráter estrutural,* que exige uma solução estratégica e articulada no plano mundial (e não apenas tática - e defensiva), sob pena de levar à ruína o movimento do trabalho. A colocação de obstáculos efetivos à lógica do capital só se torna eficaz, cada vez mais, quando é posta no nível supranacional

(o que equivale, por outro lado, a recuperar, num primeiro momento, a capacidade de regulação dos Estados-nação).

Já salientamos que Marx, principalmente em sua pequena obra *Salário, Preço e Lucro,* destacou que o movimento do trabalho segue o movimento do capital e põe obstáculos à sanha avassaladora do princípio de valorização. Na perspectiva marxiana clássica, tal processo de luta de classes é preparatório para a plena emancipação dos trabalhadores.

Mas, a luta política dos trabalhadores torna-se eficaz porque possui um ponto de apoio - o *Estado-nação*, que garante, num determinado território, leis e normas, capazes de limitar o movimento do capital, impondo obstáculos efetivos (algo, portanto, como um "ponto de Arquimedes").

Em nossos dias, o movimento do capital, numa dimensão regional (e global) não encontra ainda obstáculos efetivos, pelo menos de sua contra-parte antagônica, o trabalho organizado. A lacuna de um "Estado mundial", ou de um "campo político de articulação mundial", um novo internacionalismo do trabalho organizado, capaz de legislar sob a nova temporalidade e espacialidade do capital em processo, põe para o movimento operário, que almeja uma inserção global, "situações quixotescas".

Torna-se, inclusive, uma necessidade do trabalho organizado buscar, mais do que nunca, a constituição de um tipo de regulação político-institucional, de caráter supranacional, principalmente sob o controle democrático, capaz de pôr obstáculos à lógica do capital avassalador. É o que reconhece Habermas quando, impressionado com a globalização de mercados de capitais que afeta as condições de produção (exclama ele: "as condições de produção perderam seu caráter nacional"), propõe o fortalecimento das instituições políticas supranacionais. Segundo Habermas, elas devem

ser “fortalecidas em sua capacidade de ação e abertas a uma programação democrática” (“A História Negativa”, *Folha de São Paulo*, 30.04.1995).

Mas, será que o processo de *vacuidade política* no novo espaço-tempo do capital, é decorrente apenas de uma “época de transição” ? Será que, mais tade, irão surgir, em decorrência do próprio desenvolvimento sócio-histórico, um novo ordenamento mundial (ou regional) das aglomerações humanas, onde, mesmo no interior do sistema do capital, o trabalho organizado possa alcançar o papel de *cidadão do mundo ?* Inclusive, para o capital, o surgimento de um complexo de coordenação institucional, algo como um “Estado mundial”, pode tornar-se uma necessidade diante das novas contradições postas pelo complexo produtor de mercadorias mundializado. Entretanto, é do interesse do capital que tais agências de controle supranacionais não estejam sob o controle de uma programação democrática.

É claro que, os avanços (ou recuos) do processo societário do capital é dependente da luta de classes, onde, precisa ser ressaltado, o *acaso* (e as contingências) possuem uma dimensão insuprimivel. Acasos (e contingências), inclusive, de natureza geológica, ecológica - ou cosmológica, que, no atual estágio de desenvolvimento humano sob o globo terrestre, precisa ser considerado.

2

O Que é a Mundialização do Capital

O novo período de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizada como sendo a da "mundialização do capital" (uma denominação mais precisa para o fenômeno da "globalização"). Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo. Esse novo período capitalista se desenvolve no bojo de uma profunda crise de superprodução (Brenner, 1999) e é caracterizado por outros autores como sendo marcado pela "produção destrutiva" (Mészáros, 1997) ou ainda pela "acumulação flexível" (Harvey, 1993).

É a partir das análises teóricas de Chesnais, autor do livro "Mundialização do Capital" (1994), e mais recentemente, do livro "Mundialização Finanaceira" (1999), que iremos tentar apresentar o verdadeiro sentido da nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial para a partir daí, apreendermos seus impactos sobre o mundo do trabalho. Faremos uma pequena síntese de suas idéias sobre a mundialização do capital, incorporando algumas sugestões teóricas de Robert Brenner, István Mészáros e David Harvey, que complementam, com vigor analítico, as idéias de Chesnais sobre a nova etapa de desenvolvimento capitalista e a crise do sistema do capital no limiar do século XXI.

Uma série de indicadores macroeconômico da década de 90 apontam que a economia mundial ainda mantém-se no interior do que Mészáros salientou como sendo um *continuum depresso* (uma longa depressão permeada por momentos de desacelaração, recessão e crescimento não-sustentado das economias capitalistas). É a partir daí que Chesnais irá concluir que estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou, de modo específico, o funcionamento do capitalismo. Ele irá denominar a nova etapa do capitalismo mundial, na falta de uma denominação melhor, de "regime de acumulação predominantemente financeira", que caracteriza a "mundialização do capital". Ela é, segundo ele, "algo mais – ou mesmo *outra coisa* – do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século" (Chesnais, 1997).

Quais os traços marcantes da macroeconomia do capitalismo mundial na década de 90 que, segundo Chesnais, caracterizam o novo regime de acumulação predominantemente financeira, denominado de mundialização do capital?

1. Taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de “locomotiva” junto ao resto da economia mundial.

2. Deflação rastejante.

3. Conjuntura mundial extremamente instável, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros.

4. Alto nível de desemprego estrutural

5. Marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas

6. Concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da “Tríade” (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão).

A economia capitalista mundial – o sistema do capital – parece manter-se no interior de um período de depressão de longa duração, da qual, segundo Chesnais, somente poderá sair mediante choques “externos” à economia, no sentido estrito da palavra (o autor não esclarece que “choques externos à economia” poderiam ser esses, mas supõem-se ser, por exemplo, guerras)

A característica predominante do novo regime mundial de acumulação capitalista é ser rentista e parasitário, isto é, está, de modo crescente, subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento (*mutual investments funds*) e os fundos de pensão (as características rentistas dizem respeito também ao capital produtivo):

> Os mecanismos *endógenos* do capitalismo, em particular nos países centrais do sistema, tendem a ter por alvo menos a acumulação sob a forma de investimentos geradores de nova capacidade do que a *salvação/manutenção das posições adquiridas* (cuja posição financeira rentista constitui a expressão mais acabada) (Chesnais, 1995:1)

O poder, se não a própria existência, desta massa de capital-dinheiro é sustentado pelas instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, e pelos Estados mais poderosos do planeta a qualquer que seja o custo.

1. Origens políticas (e estruturais) da mundialização do capital

A mundialização do capital é, antes de tudo, decorrente de determinações políticas. É essencial levarmos em consideração, ao mesmo tempo, o *político* e o *econômico*, para que possamos compreender a sua verdadeira natureza. Na verdade, uma acumulação predominantemente rentista, reflete *mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de Estado de Bem-Estar*.

O marco histórico da mundialização do capital é a recessão de 1974 - 1975, o início desta "longa crise rastejante". A partir daí, o capital procurou, de todas as formas, romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder "civilizá-lo". O capital teve êxito, apesar de modo bastante desigual, conforme cada país.

O que contribuiu para a ofensiva do capital a partir dos anos 70 foi:

1. A força intrínseca do capital adquirida graças à longa fase de acumulação dos "trinta anos gloriosos".

2. As novas tecnologias que as corporações transnacionais, perseguidas pela concorrência dos grupos japoneses, souberam utilizar para seus próprios fins, principalmente com o intuito de modificar suas relações com os trabalhadores assalariados e as organizações sindicais.

3. Um apoio fundamental por parte dos próprios Estados capitalistas, sob a forma das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização (as políticas neoliberais).

Portanto, o que se conclui é que:

- no plano da subjetividade política, os "trinta anos gloriosos" (o período fordista) tendeu a contribuir para a ilusão social-democrata de que era possível "domar" o capital no âmbito dos modos de regulação nacionais. A nova ofensiva do capital na produção e na política, a partir da crise capitalista nos anos 70, irá contribuir para derrubar a ilusão social-democrata clássica.

- no plano da objetividade imanente do desenvolvimento da acumulação capitalista, os "trinta anos gloriosos" contribuíram para o robustecimento do capital industrial e financeiro decorrente do longo período de crescimento capitalista, no bojo do qual se desenvolveram as novas tecnologias vinculadas à III Revolução Tecnológica (e não apenas isso, mas principalmente o mercado financeiro).

É só atráves da "revolução conservadora", das políticas neoliberais, de liberalização, desregulamentação e de privatização, com o triunfo do 'mercado", que o êxito do capital seria completo. Foi a vitória de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, que deram uma dimensão histórico-concreta à derrocada da ilusão social-democrata e a posição plena de robustez do capital industrial e financeiro, adquirida na "idade de ouro" do capitalismo mundial.

Ocorre, a partir daí, mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de "Estado de Bem-Estar". Dá-se uma nova – e precisa - orientação ao processo de internacionalização capitalista, com o capital voltando a ter liberdade para se desenvolver e, principalmente, para se movimentar em âmbito internacional de um país ou continente para outro – liberdade que não desfrutava desde 1914 : "...o capital não teria podido alcançar seus objetivos sem o sucesso da 'revolução conservadora' do final da década de 1970" (Chesnais, 1997:24)

É a partir daí que a ideologia da "globalização" – subjacente às políticas neoliberais - é posta como a nova orientação capitalista, considerada como saída para a crise de 1974-1975. Ao mesmo tempo, se desenvolve a ideologia do "progresso técnico", que cultua as novas tecnologias que serão utilizadas pelas corporações transnacionais, através do novo complexo de reestruturação produtiva, para modificar suas relações com os trabalhadores e as organizações sindicais.

Portanto, o complexo de reestruturação produtiva e, principalmente, as políticas neoliberais, que se desenvolvem a partir dos anos 80, possuíam como objetivo claro destruir as organizações sindicais, ou melhor, todas as instituições e relações sociais que colocavam obstáculos à lógica da valorização do capital, instauradas a partir do primeiro mandato

de F. Roosevelt nos Estados Unidos e da vitória sobre o nazismo, na Europa Ocidental:

> Essas instituições e essas relações frearam a liberdade de ação do capital, garantindo aos assalariados elementos de defesa contra seus empregadores e, graças ao pleno emprego, uma assistência social para a grande maioria da população em, pelo menos, três pólos dos países industrializados. (Chesnais, 1997:24)

É na virada da década de 70 para 80, no bojo da ofensiva do capital na produção (o complexo de reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (a política e a ideologia neoliberal) que se dá o "ponto de partida" para a mundialização do capital.

De certo modo, os dirigentes políticos e sindicais de esquerda da Europa Ocidental (e nos EUA) – sociais-democratas e comunistas - contribuíram para o avanço dos neoconservadores, por terem contido e moderado o "potencial verdadeiramente democrático, e, por isso, anti-capitalista, dos grandes movimentos sociais – operários e estudantis – que demarcaram a década de 1968-1978 na Europa, assim como nos Estados Unidos." (Chesnais, 1997:24). Na verdade, coube aos neoconservadores explorarem, em benefício próprio, o refluxo dos movimentos sociais na virada da década de 70 para 80. Mais uma vez, é imprescindível perceber, na análise de Chesnais, a articulação complexa entre o "econômico" e o "político" para, a partir daí, apreendermos a constituição do novo regime mundial de acumulação denominado "mundialização do capital':

> O triunfo atual do 'mercado' não teria sido possível sem as intervenções políticas repetidas de instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos (em primeiro lugar os membros do G7). Por meio de uma articulação estreita entre o político e o econômico é

> que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas.(Chesnais, 1997:23-24)

2. A Mundialização das operações industriais e financeiras do Capital

O que é denominado "mundialização do capital" é caracterizada não pela *mundialização das trocas* - a troca de mercadorias e serviços – que nos anos 80 e 90 tiveram um crescimento bastante lento, inferior àquele dos anos 60 e 74, mas pela *mundialização das operações do capital*, em sua forma industrial ou financeira (na verdade, o que cresceu nos anos 80 e 90 foram os investimentos diretos e os rendimentos de capital, sem mencionar os investimentos de *portfólio* realizados no mercado financeiro).

Portanto, são tais operações mundializadas do capital – capital industrial e capital financeiro - que são constitui o verdadeiro conteúdo da denominada "globalização" ou melhor, "mundialização do capital":

> Avalia-se que as empresas transnacionais (como matrizes, filiais ou demandantes em contratos de subcontratação transfronteiras) respondem por *dois terços* do intercâmbio internacional de "bens e serviços". Aproximadamente 40% do comércio mundial pertence à categoria "intragrupo" (Chesnais, 1995:4)

A "globalização" tendeu a alterar os fatores geradores de interdependência entre as economias nacionais. Por exemplo, nos anos 90, é perceptível *a importância dos investimentos externos diretos (IED) mais do que as trocas*. O IED, ao contrário das trocas, tende a moldar as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços. De certo modo, é a importância do IED e sua peculiar natureza que corroboram para a *disseminação de um padrão mun-*

dial de inovações produtivas (o que poderíamos denominar "toyotismo"), capazes de dar um molde comum à estrutura de produção (e de intercâmbio) do capital em vários lugares do mundo capitalista.

A disseminação do IED tende a ser acompanhado pela globalização das instituições bancárias e financeiras, cujo efeito é facilitar as fusões e aquisições transnacionais. O capital bancário e financeiro transnacionais acompanha – e impulsiona – as operações do capital industrial transnacional..

Além do crescimento dos IED, a interdependência entre as economias nacionais ocorre nos anos 90 a partir do (1) crescimento contínuo dos fluxos de trocas intrafirmas, (2) da disseminação de novas modalidades para acordos inter-empresas quanto à transferencia internacional de tecnologias (indo além da concessão de franquias e do comércio de patentes), o que implica a possibilidade das empresas e de alguns países capitalistas terem novos acessos a novos conhecimentos e às tecnologias-chave e (3) o surgimento de novos tipos de empresas multinacionais com formas organizacionais tipo "rede".

Portanto, a "globalização" – ou a mundialização do capital - é antes de tudo, a "globalização do capital" e não a mera "globalização das trocas". O que implica em não reduzir a nova etapa de internacionalização capitalista a uma mera continuidade da ocidentalização do mundo iniciada no século XV.

Em seus primórdios, a internacionalização capitalista surge como "globalização das trocas", do mero intercâmbio de mercadorias, impostas pelo Ocidente ao Oriente. É a constituição de um *mercado mundial* que muitos confundem com a "globalização" propriamente dita. A "globalização" ou, para ser mais preciso, a mundialização do capital, vai

caracterizar a nova etapa de internacionalização capitalista, ou seja, a *globalização dos investimentos e da produção*. E quando dizemos "mundialização do capital", compreende-se tanto o capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços, quanto o capital concentrado que se valoriza conservando a forma-dinheiro.

Portanto, o que a mundialização do capital indica é que estamos diante de uma "globalização de uma massa de dinheiro que se valoriza", seja o *dinheiro que se valoriza através da produção de mercadorias*, seja *o dinheiro que se valoriza conservando a forma dinheiro (os mercados financeiros)*.

A operação de transformação do dinheiro em capital, seja D-M-D', seja D-D', tende a moldar as estruturas de produção e de intercâmbio de bens e serviços (o que implica numa globalização das relações sociais, políticas e culturais, ou seja, das próprias instituições capitalistas "triádicas"). É sob a era da mundialização do capital que se realiza plenamente a percepção de Marx no *Manifesto Comunista (de 1848)*, de que o capital em seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, "cria um mundo à sua imagem".

Quais as características da mundialização do capital ?

> 1. É constituída pelo poder crescente do capital-dinheiro altamente concentrado, ocorrida, principalmente entre o período de 1985 e 1995. Ao dizer capital-dinheiro, Chesnais salienta o capital industrial, mas principalmente o capital financeiro, ou seja, aquele capital que se valoriza conservando a forma-dinheiro. Em nossos dias, o mercado financeiro é mundializado e possui modalidades e instrumentos variados. A questão é como analisar a relação entre essa unidade diferenciada e hierárquica que é o ca-

pital. É o que faremos logo adiante.

2. Observa-se mais o predomínio do investimento e da produção em relação a troca.

3. Acirra-se o processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, tanto no plano nacional quanto no plano internacional (por exemplo, os bancos e os grupos que mantém fundos mútuos e fundos de pensão).

4. Ocorre uma maior interpenetração entre os capitais de vários países, assim como cria-se, mediante o investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições interfronteiras, de estruturas oligopolísticas trnansnacionais num número crescente de ramos da indústria ou de serviços.

3. As mudanças qualitativas no ciclo único do capital: o domínio do capital financeiro

Existem três modos de existência ou "ciclos" da colocação em movimento do capital definidos por Marx:

- o capital que produz valor e mais-valia (ou capital investido na indústria *latu sensu*)
- o capital-mercadoria ou capital comercial (hoje, a grande distribuição concentrada)
- o capital-dinheiro valorizado por meio de empréstimos e aplicações.

Essas três formas devem ser entendidas não como momentos de um ciclo *único*, subordinado às necessidades de valorização do capital produtivo, mas, segundo Marx, como "elementos de uma totalidade; diferenciações dentro de uma unidade".

Surge uma diferença de abordagem entre Chesnais e Michalet sobre o capital como unidade diferenciada, o que nos ajudará a perceber a particularidade do conceito de "mundialização do capital" em Chesnais (Charles-Albert Michalet, autor do livro "O Capitalismo Mundial" , de 1976, foi um dos economistas marxistas franceses que influenciou bastante Chesnais).

Segundo Chesnais, Michalet considerava que os três ciclos ordenavam-se ao redor daquele do capital produtivo, o qual constituía o núcleo *central* da mundialização do capital. Para ele – Michalet - a internacionalização do ciclo de capital, entendido como ciclo *único*, integra os ciclos do capital mercantil e capital monetário como momentos *subordinados* da ascensão do capital produtivo A contribuição relevante de Michalet, segundo Chesnais, foi pensar a internacionalização nas suas três dimensões mais importantes: o *intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou capital financeiro*. Aliás, a própria passagem da "economia internacional" para a "economia mundial" ocorre quando o capital produtivo torna-se parte integrante da mundialização do capital:

> É a partir do movimento do capital produtivo que se deve pensar as relações recíprocas que se estabelecem entre as três modalidades principais de internacionalização. É esse movimento que comanda a criação de valor e de riqueza. É evidente que produção e circulação (ou produção e comercialização) estão estreitamente ligados, e, consequentemente, a produção e o comércio exterior. Mas a análise ganha em clareza, qualitativamente, quando se tem o cuidado de distinguir a esfera da produção daquela da circulação, e de estabelecer entre elas uma hierarquia epistemológica isenta de ambigüidades. (Chesnais, 1994:52)

Por outro lado, ao examinar um conjunto de dados que comprovam o poder crescente do capital financeiro, Chesnais, passa a sustentar a hipótese do "crepúsculo de um ciclo unificado de valorização sob a dominação do capital industrial". Constatava ele que, além do modelo da internacionalização do ciclo do capital, entendido como ciclo único, integrando os ciclos de capital mercantil e capital monetário como momentos subordinados da ascensão do capital produtivo, havia um outro modelo na abordagem de Michalet, que Chesnais tende a adotar: a internacionalização de *cada um* dos três ciclos, considerados *separadamente*, revestindo-se de uma forma particular. Chesnais tende a salientar a autonomia do capital mercantil e do capital monetário,

> que se ergue como força plenamente autônoma diante do capital industrial, deixando a este uma única alternativa: ou acentuar o movimento no sentido de profunda interpenetração com o capital monetário, ou submeter-se às exigências deste. (Chesnais, 1994:53)

Portanto, a dominação do *capital industrial* no interior do ciclo unificado de valorização, segundo Chesnais, é posta em questão tanto pelo *capital comercial*, quanto, principalmente, pelo *capital financeiro* (na verdade, em seu livro de 1994, "A mundialização do capital", a dominação do capital financeira ainda não está posta plenamente, principalmente no próprio modo de exposição da obra):

> O capital comercial, em suas formas mais concentradas, adquiriu uma capacidade considerável de se colocar como *rival* direto do capital industrial, seja porque realiza algumas operações que tradicionalmente eram da competência deste último, seja porque lhe impõe punções na mais-valia, mediante um controle eficiente a jusante da cadeia de valor, vale dizer, o acesso ao mercado. O caso do capital dinheiro é mais claro ainda. Trata-se da emergência de uma situação na qual é o próprio movimento desta fração do capital que tende a imprimir sua marca no conjunto das operações do capi-

> talismo contemporâneo. Portanto, ocorre a reafirmação pelo capital-dinheiro de uma *autonomia* perante o capital industrial, cujos limites são estabelecidos apenas por meio da *viabilidade* a médio ou longo prazo de "um regime de acumulação rentista". (Chesnais, 1995:7)

Ou ainda:

> o característico do regime de acumulação mundializado não é o lugar que nele ocupam os grandes grupos industriais, mas muito mais os das enormes instituições financeiras bancárias e também não-bancárias. As organizações capitalistas mais poderosas voltaram a ser, como no período entre as duas guerras, as que exercem uma 'preferência pela liquidez' na valorização de seus capitais, ou seja, que o valorizam conservando sua forma de capital-dinheiro (Chesnais, 1997:31-32)

4. O capital financeiro

O conceito de "capital financeiro" utilizado por François Chesnais não é o mesmo utilizado por Rudolf Hilferding em seu livro "O capital financeiro", de 1910 (Rudolf Hilferding , economista social-democrata dos primórdios do século XX, foi um dos principais teóricos do capitalismo financeiro que analisou a fusão clássica entre as finanças e a indústria, isto é, a interconexão entre os bancos e a indústria). Na verdade, Chesnais incorpora (e amplia) com novas determinações o conceito de "capital financeiro" (a única forma de capital que não foi teorizada por Marx, apesar dele ter apresentado interessantes – e atuais – considerações sobre o "capital-dinheiro" ou "capital monetário")

O capital financeiro que predomina sob a mundialização do capital não consiste apenas da integração entre o *capital de financiamento*, nas mãos dos bancos, com o *capital industrial*, das corporações transnacionais.

As instituições financeiras, que centralizam massas importantes de capital-dinheiro e que cresceram em número e dimensão, portanto, de maneira qualitativa, a partir dos anos 80, são as seguintes:

> (1) grandes *fundos de pensão por capitalização e fundos de aposentadoria* anglo-saxões e japoneses
>
> (2) os grandes fundos de aplicação coletiva privados e de gestão de carteiras de títulos (os *Fundos Mútuos de Investimento*)
>
> (3) os *grupos de seguros*, especialmente os engajados na “indústria” de pensões privadas e de aposentadorias complementares
>
> (4) os enormes *bancos multinacionais*, embora sua posição tenha baixado na hierarquia mundial do capital.

Uma das principais característica da mundialização do capital é o domínio do capital financeiro como força plenamente autônoma diante do capital industrial. As instituições financeiras não-bancárias supracitadas (1), (2) e (3) comandam massas de capital-dinheiro tão grandes que, se as compararmos com as da maior parte dos grandes bancos, estas parecem pequenas.

São esses operadores financeiros de um tipo qualitativamente novo, que não existiam, na dimensão em que existem hoje, nos tempos de Hilferding, que têm sido, *de longe*, os principais beneficiários da “mundialização financeira”:

> Eles [as instituições financeiras não-bancárias] não se desinteressam da indústria. Uma parte significativa de seus ativos financeiros gigantescos é detida sob a forma de pacotes de ações. Estes são mais ou menos importantes, mas sempre o suficiente para ditar a política

> econômica e as estratégias de investimentos dos grupos industriais em questão. (Chesnais, 1997:36)

Trata-se da nova questão denominada "*corporate governance*" – ou o "governo dos acionistas". São tais instituições financeiras não-bancárias que muitas vezes determinam a orientação das decisões de investimento e as formas de exploração dos assalariados. Os grandes operadores financeiros das instituições financeiras não-bancárias, tais como Fundos Mútuos de Investimento e Fundos de Pensões, possuem como uma parte significativa de seus ativos financeiros, pacotes de ações de indústrias. A partir daí eles orientam as decisões de investimento e as formas de exploração dos assalariados:

> os preceitos da 're-engineering' industrial, cuja ferramenta é a 'corporate governance', desempenham, por exemplo, um papel central na transformação qualitativa da relação salarial. (Chesnais, 1997:36)

O que se observa é que a alteração *qualitativa* das relações entre os elementos diferenciados da "totalidade sistêmica" que é o capital tende a promover alterações na própria morfologia de tais elementos. No caso, o capital financeiro surge como a fração do capital que tende a imprimir a sua marca no *capital industrial* e no *capital comercial*, isto é, no conjunto das operações do capitalismo contemporâneo.

Qual a natureza do capital financeiro?

Em primeiro lugar, o capital financeiro – ou capital rentista – vive das operações que têm como palco a esfera financeira, definida por Marx como sendo aquela em que "temos D-D', dinheiro produzindo dinheiro, um valor se valorizando, sem nenhum processo (de produção) que sirva de mediação aos dois extremos" (Karl Marx, *O Capital*, livro III, cap. XXIV). Temos, portanto, o ciclo "encurtado" do capital-dinheiro ou

do capital fictício. A partir do desenvolvimento (e crescimento) do capital financeiro surge – e se desenvolve – uma camada da burguesia de caráter essencialmente rentista, no sentido econômico preciso, de que os ganhos de que desfrutam resultam de *transferências* a partir da esfera da produção e da troca:

> Os ganhos rentistas devem ser classificados na categoria dos ganhos "secundários", no sentido em que eles ocorrem como *punção*, ou ainda como dedução das categorias centrais de rendimentos, ou seja, o lucro, os salários e os rendimentos das camadas "independentes" criadoras de valor (pequenos agricultores, artesãos).(Chesnais, 1997:33)

Quais os mecanismos que propiciam a *punção* do capital financeiro sobre o montante da riqueza produzida? Quais os mecanismos que permitem a transferência de riqueza do setor produtivo para o mercado financeiro, dominado por frações da burguesia rentista e parasitária ?

(1) Títulos da dívida pública

Os títulos da dívida pública são a "pedra angular" dos mercados financeiros contemporâneos. Marx, citado por Chesnais, diz que

> "a acumulação do capital da dívida pública não significa outra coisa, a não ser o desenvolvimento de uma classe de credores do Estado, que são autorizados a recolher para eles certas somas do montante dos impostos." ("O Capital", livro III, cap.XXX).

(2) *Capital-dinheiro de Empréstimo*

É o capital-dinheiro de empréstimo "colocado à disposição de empresas" que ocorrem como dedução do lucro. Chesnais citando, mais uma vez, Marx:

> Ainda que o juro seja apenas uma parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista ativo extorque ao operário, o juro apresenta-se agora (…) [quando a dimensão dos mercados em que se negociam as obrigações privadas e créditos bancários ultrapassam um certo limiar, ocorrendo uma inversão qualitativa – FC] como o fruto propriamente dito do capital, como a coisa primeira; o lucro, ao contrário, que toma então a forma de lucro da empresa, aparece como um simples acessório e adicional que se junta no curso do processo de reprodução. Aqui, a forma fetichista do capital e a representação do fetiche capitalista atingem sua perfeição.

Quanto mais a esfera financeira se amplia e cresce, com a explosão financeira no curso da década de 80 e os sobressaltos financeiros dos anos 90, "mais engendra um desenvolvimento formidável do fetichismo, inerente certamente às relações mercantis, mas que recebem um impulso extraordinário quando os mercados financeiros atingem o lugar em que se encontram hoje." (Chesnais, 1997:34).

(3) *Ações*

As ações são títulos de propriedade que "estabelecem", segundo Marx, "direitos sobre uma fração da mais-valia" de que seu proprietário se apropria sob a forma de dividendos. A existência de vastos mercados de títulos industriais (as Bolsas de Valores), permitem desfazer-se de títulos a qualquer momento e, portanto, detê-los em função de seu rendimento.

5. Origens da financeirização

Por que ocorreu uma reconstituição progressiva de uma massa de capitais que procurou valorizar-se de forma financeira, seja como capital-dinheiro de empréstimo, seja como capital para investimento em títulos da dívida pública ou em ações nas Bolsa de Valores ?

No plano estrutural, poderíamos salientar *a baixa rentabilidade dos investimentos industriais*, em virtude dos "impasses" do regime de acumulação fordista que levou, de modo progressivo, uma massa de capitais a procurar uma valorização sob a forma financeira (Brenner salientaria a crise estrutural de superprodução com a queda da lucratividade da indústria capitalista) (Brenner, 1999). Em meados da década de 60, bem antes dos choques do petróleo e da recessão de 1974-1975, o *mercado dos eurodólares* alçava seu vôo, alimentados pelos lucros não-repatriados, mas também não-investidos na produção, depositados pelas corporações transnacionais americanas.

Além das determinações estruturais decorrentes da crise de superprodução capitalista, da queda de lucratividade da indústria a partir de meados da década de 60, deve-se salientar um processo político que, de modo progressivo, contribui para o avanço do capital financeiro. As transferências ocorridas a partir do serviço da divida externa do Terceiro Mundo em meados dos anos 70 permitiram às instituições financeiras, tais como FMI e Banco Mundial, aumentar a pressão em prol de uma política monetária favorável aos interesses dos credores e voltada para uma liberalização e uma desregulamentação financeira cada vez maiores. O seu ponto de inflexão sócio-histórico é a "revolução conservadora" de Margaret Thatcher, no Reino Unido e Ronald Reagan, nos EUA, que teve um papel fundamental para impulsionar a mundialização do capital concebido como um novo regime de acumulação mundial predominantemente financeira.

Mas, mesmo antes da ascensão dos governos conservadores nos EUA e Grã-Bretanha, a virada monetarista, ocorrida no FED, dirigida por Paul Volcker anteciparam, de certo modo, a "revolução conservadora":

> Desse período data a instauração de taxas de juros positivas, acompanhadas transitoriamente por uma taxa de câmbio do dólar muito forte, indispensável à instalação da "mercadorização" ou da "titularização" dos títulos da dívida pública do governo federal, mas também dos estados da Federação e dos municípios. (Chesnais, 1997:32)

Acaso ou coincidência, no momento da virada monetarista do FED, os fundos de pensão privados, que segundo Chesnais, são "os atores mais poderosos do regime de finanças de mercado mundializado", ultrapassaram um limiar no crescimento do montante da poupança que centralizavam, buscando novas ocasiões de aplicação financeira, capazes de valorizar a massa de dinheiro concentrada.

A *"títularização" da dívida pública* dos governos capitalistas, que buscavam novas formas de financiar seus déficits público sem excessivo sofrimento político, deram novas – e satisfatórias - ocasiões de aplicação aos fundos de pensão privados:

> A explosão da dívida pública dos países da OCDE teria sido impossível sem a "mercantilização" ou a "titularização" dos bônus do Tesouro e sua detenção pelos investidores – nacionais ou estrangeiros – como parte de sua carteira de ativos. (Chesnais, 1997:32)

A partir de meados da década de 80 constata-se um processo de crescimento das instituições financeiras baseado na transferência para elas, de uma fração significativa da renda nacional de quase todos os países da OCDE (20-25% dos gastos orçamentários e 3-5% do PIB conforme os países).

No plano metodológico, pode-se dizer que a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundail, a mundialização do capital, deve ser abordada a partir da nova posição do

capital financeiro (em sua obra "A mundialização do capital", de 1994, Chesnais tende a expor o seu objeto de análise – a mundialização do capital - a partir do capital industrial, daí para o capital comercial e depois, pelo capital financeiro. A rigor, seria o mais desenvolvido, nesse caso, o capital financeiro, que tenderia a explicar a morfologia do capital industrial e do capital comercial, e não o contrário).

Entretanto, a prioridade metodológica do capital financeiro na análise da "mundialização do capital" não significa desprezar a determinação fundante – e fundamental – do capital industrial no processo de acumulação capitalista.

Primeiro, porque a massa de capital-dinheiro valorizando-se dentro da esfera financeira ocorreu a partir dos lucros não-reinvestidos decorrentes dos sucessos da acumulação industrial no regime fordista.

Além disso, é a partir também da acumulação de riqueza no setor industrial que as tendências dos mercados a saturar foram reafirmadas (na base de um estado dado da distribuição da renda em escala nacional e internacional), gerando portanto, um *estado endêmico de superprodução*. Deste modo, a massa de capital-dinheiro valorizando-se dentro da esfera financeira provém dos sucessos (e insucessos) do capital produtivo.

6. O capital industrial e as finanças

Se antes analisamos a interconexão do *capital financeiro*, principalmente as instituições financeiras não-bancárias, aquelas que ganharam, de longe, com a mundializacão financeira, com a *indústria* (o "corporate governance"), vamos tratar um pouco da interconexão de tais industrias, principalmente no aspecto de suas mutações organizacionais e de operações de valorização do capital, com a esfera financeira,

que na década de 80, se ampliou e cresceu de modo formidável. Deste modo, a própria morfologia do capital industrial alterou seu modo de ser (e operar) diante da mundialização do capital.

Em primeiro lugar, a grande indústria procurou efetuar operações de valorização do capital na esfera financeira, tanto para contrariar os movimentos estratégicos dos grandes operadores financeiros, quanto para se beneficiar dos ganhos fáceis oferecidos pelas finanças.

Depois, no aspecto organizacional, as corporações capitalistas, para implantação e operações transnacionais, apesar de serem designadas como "empresas" ou "firmas", são *grupos financeiros com características predominantemente industriais*, que se distinguem *cada vez mais* da grande massa de empresas. Elas se distinguem, principalmente pelas seguintes características:

1. dimensão
2. alcance global
3. modos de organização
4. poder financeiro, ou seja, a capacidade exclusiva de ter pleno direito de acesso aos mercados financeiros, tanto para neles colocar suas obrigações sem intermediários, quanto para operar como investidores financeiros.

O "sistema nervoso central" dos grupos industriais é uma sociedade *holding*. Citando Dunning, que salienta no final dos anos 80, o surgimento de "multinacionais de novo estilo", diz Chesnais que estas seriam, antes de mais nada,

> o sistema nervoso central de um conjunto mais extenso de atividades, interdependentes porém administradas de maneira menos formal…(do que no modelo chandleria-

> no utilizado pelas empresas multinacionais "clássicas" dos anos 60 e 70), …cuja tarefa primeira consiste em possibilitar a progressão da estratégia concorrencial global e da posição da organização que está em seu "núcleo" (*core organization*).

E mais adiante:

> …essa organização não alcança seu objetivo apenas através da organização de sua produção interna e de suas transações no modo mais eficiente, ou ainda pelas suas estratégias de tecnologia de produto e de comercialização; é sim, *pela natureza e pela forma das relações estabelecidas com as demais empresas*. (Chesnais, 1995:11)

Esta mudança organizacional das corporações capitalistas apenas comprova a interconexão entre as *finanças concentradas* e a *grande indústria* e atesta o crescimento qualitativo do grau de financeirização dos grupos que adotam a nova forma. A organização como *holding* tem justamente o objetivo de propiciar a penetração dos grandes grupos capitalistas nas finanças globalizadas (caso os grupos disponham de um banco de grupo ou entreguem a responsabilidade das operações financeiras nas mão da direção financeira). Ela expressa o fortalecimento, no seio do capital produtivo, das posições do capital rentista:

> Eles (os grupos industriais) transformam-se, em um grau cada vez mais forte, em grupos financeiros, certamente com características predominante industrial, mas com diversificações nos serviços financeiros. Assim como uma atividade cada vez mais importante como operadores nos mercados de trocas.(Chesnais, 1997:37)

Ou ainda:

> Trata-se, cada vez mais, de grupos financeiros com dominância industrial sem dúvida, mas com diversificação para os serviços financeiros, além de uma atividade crescentemente importante como operadores no mercado cambial. (Chesnais, 1995:11)

Surge o que é denominado "empresas-rede" (*network firm*), que atesta tal interconexão entre as finanças concentradas e a grande indústria, estando elas na origem de "um importante processo de 'confusão' das fronteiras entre o "lucro" e a "renda" na formação do lucro de exploração dos grupos." (Chesnais, 1997:37)

O novo modelo organizacional – "empresa-rede" – é adequado (1) à multiplicação das participações minoritárias (novas formas de investimentos) e (2) ao grande número de acordos de subcontratação e de cooperação inter-empresas entre parceiros de poder industrial desigual.

É a partir daí que Chesnais salienta o aumento dos traços "rentistas" dos grupos industriais. Para compreendermos a penetração da lógica da financeirização na esfera do capital industrial é importante destacar – e tornar claro – a distinção entre:

> - o que é do domínio da *criação* de riqueza e da formação de excedente no seio de uma empresa
>
> - o que é o domínio da apropriação de valores já criados, de uma punção na atividade produtiva e no excedente de uma outra empresa e à invasão da cadeia de valor desta.

É plenamente possível constatar, segundo Chesnais, a partir da realidade da subcontratação industrial, que uma

dada categoria de empresa, em virtude de sua dimensão e de seu poder de mercado, pode *apropriar-se do excedente criado coletivamente no seio de um conjunto de empresas trabalhando em rede*.

Após apresentarmos o que é a "mundialização do capital", compreendida como um novo regime de acumulação predominantemente financeira, iremos verificar, a seguir, quais seus impactos no mundo da produção e do trabalho.

3

Mundialização do Capital e Acumulação Flexível

A Nova Ofensiva do Capital na Produção

Foi a nova crise do capital, caracterizada como uma *crise de superprodução* que atingiu os países capitalistas centrais a partir de 1973, que tendeu a impulsionar, principalmente a partir dos anos 80, uma série de transformações sócio–históricas que atingiram as mais diversas esferas do ser social. Desenvolveu-se *mundialização do capital,* que tende a impulsionar um *novo complexo de reestruturação produtiva*, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e que tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados.

Sob o impulso da mundialização do capital, houve o desenvolvimento da acumulação flexível, um novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais. Tal modo de acumulação decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de valorização, debilitada não apenas pelo desenvolvimento da III Revolução

Tecnológica (que pressionou a lucratividade das corporações transnacionais através do aumento da composição orgânica do capital), mas também pela constituição do *Welfare State*, pelas barreiras à usurpação capitalista, erguidas no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós-II Guerra Mundial. Por outro lado, no plano dos múltiplos capitais, presenciamos, a partir dos anos sessenta, o aumento da concorrência capitalista no mercado mundial (Brenner, 1999;Mandel,1983; Aglietta, 1978)

As novas tecnologias microeletrônicas aplicadas à produção – no interior de novos tipos de organização da produção capitalista – possibilitaram, no plano material, a constituição de novos níveis de flexibilidade para o capital.[1]

Entretanto, é preciso salientar que, não apenas as *determinações tecnológicas* contribuíram para impulsionar a nova ofensiva do capital na produção, mas principalmente as *determinações políticas*, caracterizadas pelo processo político das derrotas históricas da classe trabalhadora (ocorridas sob a conjuntura de meados dos anos 70 nos principais países capitalistas) (Petras, 1995). A ascensão de políticas neoliberais, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã–Bretanha, e de Reagan, nos EUA, promoveram a desregulamentação da concorrência e a liberalização comercial, além de adotarem políticas anti-sindicais, impulsionando, deste modo, novos patamares de flexibilidade e contribuindo, para instaurar um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado (o que implica considerar, portanto, a reestruturação produtiva enquanto acumulação flexível, antes de tudo, um resultado sócio-histórico da luta de classes, que atingiu seu ponto decisivo, nos países capitalistas centrais, na primeira conjuntura da crise –1973/79 – ou ainda um pouco antes, a partir de 1968).

Os anos 80 podem ser considerados a "década das inovações capitalistas", da flexibilização da produção, da "especialização flexível", da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como *just–in–time* / *Kan–ban*, CCQ's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. Na verdade, foi a década de impulso da acumulação flexível, do novo complexo de reestruturaçào produtiva, cujo "momento predominante" é o toyotismo.

Apesar de o crescimento das economias industriais avançadas ter-se mantido aquém dos índices da "idade de ouro" do capitalismo (de 1960-73), seus resultados para o capital parecem ter sidos positivos: a inflação declinou, os lucros recuperaram–se e as finanças governamentais se estabilizaram nos principais países capitalistas (Glyn, 1995). Nos anos noventa, apesar da instabilidade financeira mundial decorrente da mundialização do capital, cujos principais exemplos foram a crise mexicana (em 1994) e a crise asiática (em 1997), os resultados de crescimento da economia capitalista nos EUA seriam notáveis, principalmente em virtude da sua posição hegemônica no mercado mundial (através da OMC – Organização Mundial do Comércio, criada em 1992, os EUA negociam, cada vez mais, nos anos 90, uma política de liberalização comercial no mundo capitalista, de acordo com os interesses das corporações transnacionais).

Mas foi a partir dos anos 80, a "década neoliberal", que se tornou clara a situação de debilitação do mundo do trabalho. O resultado histórico da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho é deveras impressionante: instaurou–se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas. Hoje,

nos anos 90, um espectro ronda o capitalismo mundial – o espectro das novas formas de exclusão social – e surgem novas clivagens de desigualdades – uma nova pobreza – no interior do centro capitalista.

A expansão da insegurança do trabalho passou a ocorrer em diversos níveis: insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação. (Mattoso, 1995: 525). Na verdade, o que ocorre é a explicitação histórica da própria condição da classe do proletariado: a insegurança, a situação de estar à mercê do acaso, submetido ao "poder das coisas" (o mercado) (Marx, 1987: 120).

A situação de *crise do mundo do trabalho* – a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho – contribuiu para a debilitação do movimento operário e para a crise do sindicalismo nos principais países capitalistas. Por um lado, acelerou–se o processo de dessindicalização, em vários países do capitalismo central, e o índice de greves nos países da OCDE, por exemplo, atingiu os níveis mais baixos (a média por ano dos dias ocupados em greves por 100 trabalhadores, no período de 1974–79 era de 40; no período de 1980–1990, decresce para 25, e em 1989–90, é de 16). Por outro lado, os sindicatos passaram a adotar uma ação predominantemente defensiva, de cariz neocorporativo (Glyn, 1995:52).

O *novo complexo de reestruturação produtiva* se desenvolve com a nova etapa do capitalismo mundial: a mundialização do capital. Ao dizermos "mundialização do capital", estamos dizendo robustecimento ontológico do "sujeito" capital no plano mundial.

De certo modo, os "agentes" do capital em processo, as corporações transnacionais, não se identificam mais com nenhum tipo concreto de capital; tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital:

capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. A própria supremacia do capital financeiro – a representação-mor do fetichismo do capital-dinheiro como "equivalente universal" – propicia às corporações transnacionais a capacidade de serem a encarnação universal do *capital em geral*. Só deste modo elas podem enfrentar a concorrência mundial e evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por elas produzido, além de permitir que elas se apropriem, através dos novos circuitos de subcontratação, do valor produzido por médias e pequenas empresas.

Por isso é que, diante do novo panorama da mundialização do capital, podemos dizer que o capital é posto – ou aparece – como "sujeito" da modernização capitalista (como salientamos no capítulo 1).

O novo complexo de reestruturação produtiva é conduzido pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais, os verdadeiros "agentes" do capital em processo. Ele expressa a perpétua sublevação e a interminável incerteza e agitação do "sujeito" da modernização capitalista: o capital.

O capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas "condições de produção" (ou "relações produtivas"), "e, com elas, em todas as condições e relações sociais" (Marx, 1990(1848); Berman, 1987:94).

É deste modo que o novo complexo de reestruturação produtiva surge, em sua dimensão contingente, como uma ofensiva do capital na produção, (re)criando novos mundos do trabalho, instaurando novas provocações sócio-históricas para a classe dos trabalhadores assalariados.

Por um lado, o “sujeito” capital tende a debilitar, a longo prazo, o trabalho assalariado, atingindo a classe dos trabalhadores assalariados. Aprofunda, de modo real, o que está posto, desde o início, como forma: a subsunção do trabalho ao capital (Marx, 1983). No bojo da subsunção real, ele debilita, em sua operação de reposição da subordinação formal, a própria subjetividade de classe (o que irá caracterizar, como salientaremos adiante, o toyotismo, como “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva). Aprofunda, deste modo, o estranhamento, posto como condição histórico-ontológica da classe dos trabalhadores assalariados.

Por outro lado, o “sujeito” capital tende a desenvolver, no plano contingente, a própria “negação” do trabalho no interior da vigência do capital, o que significa uma tendência à diminuição incisiva do trabalho, no interior de uma ordem social mercantil que preserva a obrigação de trabalhar:

> Longe de representar uma liberação favorável a todos, próxima de uma fantasia paradisíaca, o desaparecimento do trabalho torna–se uma ameaça, e sua rarefação, sua precariedade, um desastre, já que o trabalho continua necessário de maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar, e para os quais o trabalho seria a única salvação. (Forrester, 1996:112)

Cria–se, deste modo, um novo patamar de estranhamento para milhões de desempregados, excluídos da sociabilidade do trabalho, e desvinculados das promessas da modernidade, numa época de “pós–modernidade” (Harvey, 1993).

Assim, o capital, em processo de mundialização, configura–se, mais do que nunca, como uma ofensiva contra o trabalho assalariado, uma ofensiva do capital na produção, debilitando o movimento operário, desintegrando-o e colocando novos desafios para o mundo do trabalho que emerge, mais ainda, complexificado, fragmentado e heterogeneizado (Antunes, 1995).

A rigor, a ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca à própria lógica da valorização (seria uma tautologia dizer "ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado"). Um é apenas a negação do outro, onde o "sujeito" capital aparece, cada vez mais, enquanto "trabalho morto".

Entretanto, a "supressão" tendencial – e nunca realizável no interior da lógica da valorização – do "trabalho vivo" não anula a centralidade ontológica da categoria trabalho, isto é, a centralidade da significação "trabalho" (como anunciam Habermas, Gorz e Offe), posto que o que tende a emergir, de novo, como salientamos, é apenas o "sujeito" capital enquanto "trabalho morto". Nesse caso, o trabalho tende a surgir, com a emergência do "sujeito" capital, como pressuposto negado, no sentido lógico (e ontológico) (Marx, 1985; Fausto, 1986; Alves, 1996).

1. A Flexibilidade como o ser–precisamente–assim do capital

A partir dos anos 70, projetam–se, em determinadas regiões do mercado mundial, uma série de experimentos produtivos de novo tipo. Eles representam o *novo modo de acumulação flexível*, com o capital reencontrando–se com seu ser–precisamente–assim. É possível salientar, por exemplo, a "especialização flexível", na "Terceira Itália"; ou o "kalmarianismo", na Suécia.

Entretanto, o que possuiu maior capacidade de expressar as necessidades imperativas do capitalismo mundial é a experiência do toyotismo no Japão. É como se, a partir daí, o capital tivesse descoberto o "segredo" – ou o "mistério" – de um novo padrão de acumulação capitalista. No decorrer dos anos 80, ele tenderia a assumir um valor universal surgindo como "produçào enxuta" – a *lean production* – uma nova racionalidade do capital em sua etapa de mundialização.

Ora, existe um perigo em exagerar a significação da acumulação flexível, de vê-la como algo essencialmente novo. Uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando "flexibilizar" as condições de produção – principalmente da força de trabalho. Um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em "desmanchar tudo que é sólido", revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos (Marx, 1990).

Deste modo, a *categoria da flexibilidade* é algo intrínseco à produção capitalista, surgindo, ainda em seus primórdios, quando o capital instaurou o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre "caracol e sua concha" (Marx,1985: 411).

Na verdade, o desenvolvimento do trabalho assalariado é a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser "flexível" às necessidades imperativas do capital em processo. É por isso que o complexo de reestruturação produtiva apenas ex–põe, de certo modo, o em–si "flexível" do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante), e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de

segmentos da classe dos trabalhadores assalariados.

Ao tratar da grande indústria, por exemplo, Marx consegue apreender, ainda em seus rudimentos, um dos desenvolvimentos da categoria da flexibilidade sob a grande indústria. Em *O Capital*, Marx afirma que " [a indústria moderna] exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos" (Marx, 1985: 558). E ressalta ainda, em outra passagem, "a elasticidade que a máquina e a força humana revelam, quando são simultaneamente distendidas ao máximo pela diminuição compulsória da jornada de trabalho" (Marx, 1985: 472).

É claro que, sob a era da mundialização do capital, a partir da III Revolução Tecnológica, sob a ofensiva neoliberal, a categoria da flexibilidade se desdobra e adquire múltiplas determinações no interior do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude.

A categoria da flexibilidade não se restringe apenas à "maior versatilidade possível do trabalhador". A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção. Ela surge como uma abstração geral, posta pelo "sujeito" capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações (Salerno salienta, por exemplo, oito dimensões da flexibilidade – a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa) (Salerno, 1995).

Na verdade, é por ter alcançado o seu desenvolvimento concreto mais rico, que a categoria da flexibilidade não pode

ser pensada apenas sob uma forma particular.

Apesar disso, a categoria de flexibilidade possui uma ineliminável dimensão política – ela apenas robustece o poder do capital (contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado). Ela não atinge as prerrogativas "rígidas" do capital, tendo em vista que é ele quem decide ainda o que produzir e onde alocar os recursos. Inclusive, sob a III Revolução Tecnológica, com as novas tecnologias da telemática, a capacidade de centralização do capital torna-se maior.

Por outro lado, apesar da polivalência operária, proclamada pelos novos experimentos da produção capitalista de cariz flexível, tais como o toyotismo, a função social do trabalho assalariado continua restrita e parcial. O trabalhador assalariado continua sendo, em sua essência, um "indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial" (Marx), apesar do "enriquecimento de tarefas" (Aglietta), ou da "desespecialização" (Coriat)).

Entretanto, é a flexibilidade da força de trabalho que continua sendo estratégica para a acumulação do capital (o que Salerno denominou, por exemplo, de flexibilidade social intra-empresa ou extra-empresa), ou seja, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, onde um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos contratos de trabalho: a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e a recompensas, etc. (Salerno, 1995).

Em sua abordagem da flexibilidade, Boyer concentra-se apenas na flexibilidade do trabalho, enumerando-a em cinco

dimensões – a flexibilidade inerente à organização da produção, à mobilidade interna dos trabalhadores, aos contratos de trabalho, à relação salarial e à regulamentação trabalhista (Boyer, 1986).

Portanto, é a *flexibilidade da força de trabalho* que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir – ou ainda, submeter e subordinar – o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias (inclusive, e principalmente, da força de trabalho).

É por isso que a acumulação flexível se apóia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho (e ainda, dos produtos e padrões de consumo). É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar, como iremos ver adiante, o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva (é por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado às características atribuídas ao chamado "modelo japonês" ou, mais precisamente, como salientaremos, ao modo "toyotista" de organização e gestão da produção).

2. Mundialização do Capital: o Novo Patamar Histórico da Flexibilidade do Trabalho

Se não podemos exagerar a significação da acumulação flexível, tendo em vista que ela apenas ex–põe o ser–precisamente–assim do capital, por outro lado, existe o perigo de considerar que nada mudou, isto é, considerar que a flexibilidade, sob a mundialização do capital, é apenas uma mera condição ideológica (e política) que enfraquece os movimentos da classe trabalhadora, ou ainda considerá–la

um mero recurso tradicional, sempre utilizada pelo capitalismo, não possuindo, portanto, nada de essencialmente novo (Pollert, 1986).

Que a categoria de flexibilidade tenha um potencial ideológico (e político), ou que seja algo típico da produção capitalista, ninguém nega (uma leitura atenta de *O Capital* o comprova). Mas o que procuramos salientar é que a nova manifestação da categoria de flexibilidade, pela sua velocidade, intensidade, e principalmente amplitude, é uma realidade histórica (e política) de novo tipo, "uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena" (Alves, 1993).

Na verdade, os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos caracterizam uma importante descontinuidade no desenvolvimento capitalista, capaz de inaugurar uma ofensiva do capital na produção de novo tipo, que tende a colocar novas provocações sócio-históricas do capital para o trabalho assalariado.

Entretanto, o que torna a nova manifestação da categoria de flexibilidade algo essencialmente novo, em termos qualitativos, é a sua vinculação estrutural ao novo estágio do desenvolvimento capitalista: a mundialização do capital.

O predomínio da financeirização sob o capitalismo mundial, tende a incrementar a velocidade, intensidade e amplitude do ser–precisamente–assim do capital, propiciando um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado, incrementando a sua "robustez ontológica".

O capitalismo mundial sob a dominância financeira, a mundialização do capital, tende a promover a perpétua sublevação das condições de produção (e reprodução) das

mercadorias. Por conseguinte, incrementa–se o poder das corporações transnacionais, verdadeiros “agentes” do capital em geral. São elas que tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital – a “acumulação flexível”.

É do nosso interesse tratar, a seguir, do modo de ser da acumulação flexível sob a mundialização do capital, o toyotismo, considerado o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva. É a partir dele que iremos compreender o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, da fragmentação de classe, e, por conseguinte, a crise do sindicalismo moderno (principalmente em sua dimensão político-ideológica).

Notas

1 Depois do desenvolvimento do transístor, a partir de 1947, e do circuito integrado, a partir de 1959, foi a invenção de uma ficha de silicone, contendo toda a unidade central de processamento de um computador, isto é, o microprocessador, em 1971, que eliminou as dificuldades técnicas e, sobretudo, os obstáculos econômicos à aplicação da regulagem eletrônica a uma enorme variedade de processos produtivos. A partir daí os microprocessadores têm sido instalados em instrumentos de medida que controlam processos de fluxo contínuo em refinarias de petróleo, centrais elétricas, usinas siderúrgicas e fábricas de produtos químicos; em máquinas –ferramentas que se tornam robôs, utilizados em linhas de montagem nas indústrias metalmecânicas, inclusive em operações de fluxo descontínuo, pois são facilmente reprogramáveis; em máquinas de escritório “inteligentes” tais como pequenos computadores, máquinas copiadoras e terminais telefônicos computadorizados. A grande vantagem do microprocessador é que, além de pequeno e flexível, é muito barato, tornando, pela primeira vez, a automação economicamente viável em quase todas as esferas da produção material, numa porção de serviços de controle e na produção doméstica (mediante utensílios “inteligentes” tais como fornos e máquinas de lavar computadorizados) (Singer, 1982)

Toyotismo e Mundialização do Capital

A partir da mundialização do capital, o que veio a ser denominado de toyotismo assumiu a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se um valor universal para o capital em processo. O toyotismo tornou-se o "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva sob o novo regime de acumulação flexível[1].

É claro que a projeção universal do toyotismo, a partir dos anos 80, vincula-se ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 70 e 80, diversas técnicas foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores. A primeira onda foi a dos CCQ's e, quase que em paralelo, a do *Kanban / JIT*. Posteriormente, diversos outros elementos foram adicionados, como TQC (*Total Quality Control*), *Kaizen*, técnica dos 5S's, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras (Zilbovicius, 1997:286).

Mas, o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo *sistema Toyota*, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital – mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de “mercados restritos” [2].

Ao surgir, portanto, como o “momento predominante” do complexo de reestruturação sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma “nova significação”, para além das particularidades de sua gênese sócio-histórico (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. Deste modo, ao utilizarmos *o conceito de toyotismo*, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais. São tais aspectos essenciais do toyotismo - seus *protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital* – que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições da mundialização do capital.

Para nós, o toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da Escola da Regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de

produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital.

Na verdade, o toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo (é por isso que alguns autores o denominam "neofordismo") (Aglietta, 1978). Entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo -fordismo.

Uma outra utilização indevida do conceito de toyotismo ocorre quando o consideramos, por exemplo, o único responsável pelo sucesso da indústria manufatureira do Japão no mercado mundial dos anos 80 (o que implica, de certo modo, reduzir o desenvolvimento capitalista à perspectiva microeconômica, não levando em consideração as determinações "sistêmicas" da competitividade industrial). Nesse caso, a mera "transferibilidade" - ou adaptação – do "modelo" japonês às indústrias, nos vários países capitalistas, seria considerada como a panacéia da competitividade industrial. Ora, a crise do capitalismo japonês nos anos 90 demonstrou que considerar o toyotismo uma panacéia para o desenvolvimento capitalista é uma mera ilusão ideológica.

Por outro lado, não reduzimos o conceito de toyotismo à "japonização" (Wood), ao "modelo" japonês (Hirata), ao "sistema Toyota" (Monden), apesar de ele – o toyotismo – ter a sua gênese sócio-histórica no Japão ou vincular-se, em suas origens, ao pioneirismo da Toyota. Ao desenvolver-se e assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais e empregatícias, tais como *just in time* / *kanban*,

controle de qualidade total e engajamento estimulado, levado a efeito pelas corporações japonesas, assumiram uma nova significação para o capital, não mais se vinculando às suas particularidades concretas originárias. Elas surgem como uma nova via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*, adequadas a uma nova etapa do capitalismo mundial, onde, a rigor, a distinção entre "oriente" e "ocidente" perde a sua significação central para a lógica da valorização.

O que interessa, nesse caso, são as objetivações concretas dos princípios (e técnicas) organizacionais do toyotismo, capazes de garantir, em maior ou menor proporção, seu objetivo primordial: a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho.

1. A Lógica do Toyotismo

O que consideramos como sendo o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da *crise de superprodução*, e, por outro lado, é adequada à *nova base técnica da produção capitalista sob a III Revolução Tecnológica*, sendo, portanto, capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária.

Os princípios organizacionais do toyotismo tenderam, no decorrer dos anos 80, a serem adotados por várias corporações transnacionais nos EUA, Europa e Ásia (ou ainda América Latina), principalmente no setor industrial (ou até nos serviços). É claro que, nesse caso, eles – os princípios

organizacionais – se adaptaram às particularidades concretas da produção de mercadorias, surgindo como o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva.

Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o taylorismo/fordismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho.

Na verdade, o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma “ruptura” no interior de uma continuidade plena. Por isso, “embora consciente das diferenças e de suas contribuições específicas, Taichi Ohno [o “criador” do toyotismo – G.A] preferiu insistir antes sobre as continuidades que sobre as rupturas” [com relação a Taylor e Ford] (Coriat, 1993:86). Além disso, o próprio autor do rótulo pelo qual ficou conhecido o toyotismo: *lean production*, ou Produção Enxuta, posteriormente consagrado mundialmente através do estudo do MIT (Womack *et al.*, 1990), Krafcik, observou que “muitos dos princípios de Ford em suas formas mais puras são ainda válidos e formam a própria base do que conhecemos agora como *Toyota Production System*... Fordismo original com um sabor japonês.” (Krafcik Apud Zilbovicius, 1997:294) [3].

Deste modo, tanto o taylorismo/fordismo (como salientou muito bem Simone Weil), como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização “científica da matéria viva, o trabalho vivo”) – todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do

elemento subjetivo no processo de produção capitalista (para Weil, a Primeira Revolução Industrial significou a aplicação tecnológica da ciência, a utilização da matéria inerte e das forças da natureza) (Bosi, 1979).

Entretanto, pode-se perguntar:

Por que, em plena época da III Revolução Científico-Tecnológica, o capital tenderia a recorrer ao toyotismo e não à mera introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de negar o "trabalho vivo", transformando-o, portanto, em coisa supérflua, apendicizada ao sistema de maquinaria e rompendo, deste modo, com a lógica do taylorismo/fordismo?

Seria o toyotismo, que para Coriat é "meramente uma inovação organizacional", apenas uma continuidade da preocupação de controle do elemento subjetivo pelo capital, de super-intensificação do trabalho vivo como a forma por excelência de aumento da produtividade do trabalho, tal como ocorreu sob o taylorismo/fordismo?

Acreditamos que não. Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual – ou espiritual – do trabalho ao capital[4]). Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, *o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, onde a captura da subjetividade operária é uma*

das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. "É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma" – diria Fausto. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista.

Entretanto, como o próprio Ohno (e Krafcik) reconheceram, é mais importante insistir sobre as continuidades que sobre as rupturas do toyotismo com respeito ao taylorismo/fordismo. De certo modo, o toyotismo conseguiu "superar", no sentido dialético (superar/conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista sob a grande indústria no século XX, inspirados no taylorismo e fordismo, que instauraram a parcelização e repetividade do trabalho. Mas, por trás da intensificação do ritmo do trabalho que existe no toyotismo, em virtude da "maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens" (Coriat), persiste ainda uma nova repetitividade do trabalho.

É claro que existe uma ampliação do ciclo do trabalho em virtude da "desespecialização". Só que, ampliar o ciclo do trabalho não significa desenvolver o processo de 'requalificação' do trabalho. A "desespecialização" – ou polivalência operária – não quer dizer que eles tenham se convertido em operários qualificados, mas representam, como salientou Aglietta, "o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto." (Aglietta, 1978:106)

Deste modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (que permite a ampliação das tarefas). O trabalho ampliado, dos operários "pluri-especialistas", resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado (Aglietta, 1978:106).

Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo – ou da Produção Enxuta – continua sendo incrementar a acumulação do capital, através do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria.

Por outro lado, cabe a ele – o toyotismo – articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova *forma* organizacional capaz de aprofundar – e dar uma nova qualidade – a subsunção real do trabalho ao capital inscritas na nova forma material do capitalismo da III Revolução Científica e Tecnológica.

2. Toyotismo Como Ideologia Universal da Produção Capitalista Global

Surge então a pergunta: por que o toyotismo pode ser considerado um valor universal para a produção de mercadorias sob as condições da mundialização do capital ?

Em primeiro lugar, as suas condições ontológicas originárias, determinaram suas próprias possibilidades de universalização. É preciso salientar, mais uma vez, que o toyotismo é instaurado, originariamente, pela lógica do "mercado restrito", surgindo sob a égide do capitalismo japonês dos anos

50, caracterizado por um mercado interno débil [5]. Por isso, tornou-se adequado, em sua forma de ser, às condições do capitalismo mundial dos anos 80, caracterizado por uma crise de superprodução, que coloca novas normas de concorrência. Foi o desenvolvimento (da crise) capitalista que constituiu, portanto, os novos padrões de gestão da produção de mercadoria, tal como o toyotismo, e não o contrário.

Em sua análise, Coriat apreendeu com perspicácia (e de modo sistemático) os nexos contingentes do novo modo de racionalização do trabalho. Ele observou que o toyotismo procurou responder à interrogação, posta pelo capital diante das condições do mercado japonês dos anos 50 (e que é, de certo modo, posta sob o capitalismo mundial sob a crise de superprodução): *o que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não aumentam?* Esta é a suprema interrogação do capital numa era de crise estrutural de superprodução. Por isso, o que impulsionou – e impulsiona – o toyotismo, em seu aspecto ontológico, foi, e ainda é, portanto,

> "buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização taylorista e fordista, isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados". (Coriat, 1994: 32)

Em segundo lugar, a constituição do toyotismo tornou-se adequada à nova base técnica da produção capitalista, vinculada à III Revolução Industrial, que exige uma nova subjetividade operária, pelo menos dos operários centrais à produção de mercadorias (as novas tecnologias de base microeletrônica, em virtude de sua complexidade e alto custos, exigem uma nova disposição subjetiva dos operários em cooperar com a produção).[6]

Ora, é o toyotismo que irá propiciar, com um maior poder ideológico, no campo organizacional, os apelos à ad-

ministração participativa, destacando-se o sindicalismo de participação e de cariz neocorporativo e os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade); reconstituindo, para isso, a linha de montagem e instaurando uma nova forma de gestão da força de trabalho[7].

É claro que, na perspectiva histórica, o desenvolvimento da nova base técnica da produção microeletrônica é posterior à instauração do toyotismo nos anos 50. Entretanto, é nas condições da mundialização do capital, quando se impulsiona a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção, que a "cultura organizacional" do toyotismo encontrará um solo fértil, adequado às necessidades técnicas da nova materialidade da indústria mundial: o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária).[8]

Deste modo, uma característica central do toyotismo é a vigência da "manipulação" do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais (e relacionais) no complexo de produção de mercadorias, que permitem "superar" os limites postos pelo taylorismo/fordismo.

Na verdade, o toyotismo é um novo tipo de ofensiva do capital na produção que re-constitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma *captura da subjetividade operária pela produção do capital*. É uma via de racionalização do trabalho que instaura uma solução diferente – que, a rigor, não deixa de ser a mesma, mas que na dimensão subjetiva é outra – daquela experimentada por Taylor e Ford, para resolver, nas novas condições do capitalismo mundial, um dos problemas estruturais da produção de mercadorias: o consentimento operário (ou de

como romper a resistência operária à sanha de valorização do capital, no plano da produção).

Se o taylorismo e fordismo procurou resolvê-lo através do que Coriat salientou como sendo a parcelização e a repetividade do trabalho, o toyotismo procura resolvê-lo (utilizando os termos do próprio Coriat), pela des-especialização dos trabalhadores qualificados, por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e das máquinas. É a operação de um novo tipo de captura da subjetividade operária pela produção do capital que consideramos como o nexo essencial da série de protocolos organizacionais do toyotismo, tais como a "autonomação" e "auto –ativação" , *just-in-time* / *kanban*, etc.

3. A Captura da Subjetividade Operária pela Lógica do Capital

O valor universal do toyotismo como "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva – e como nova ofensiva do capital na produção – é instaurar, no plano da produção de mercadorias, uma nova hegemonia do capital, articulando, de modo original, coerção capitalista e consentimento operário.

De certo modo, o taylorismo/fordismo, sob as condições de racionalização propiciadas pelo desenvolvimento histórico no século XX, principalmente nos EUA, tornou-se, a partir dos anos 20, o pioneiro na articulação entre coerção capitalista e consentimento operário. Com ele, procurou-se operar, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital, a articulação hábil da "força" (destruição do sindicalismo de base territorial) com a "persuasão" (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima"). Como diria Gramsci, com

o fordismo, "a hegemonia vem da fábrica" (Gramsci, 1985: 381). De certo modo, o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção.

Entretanto, no taylorismo e no fordismo, a "integralização" da subsunção da subjetividade operária à lógica do capital, a "racionalização total", ainda era meramente formal (ou "formal-material", como poderia dizer Fausto), já que, como salientou Gramsci, na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao "aspecto físico maquinal" (Gramsci, 1985:382). O fordismo ainda era, de certo modo, uma "racionalização inconclusa", pois, apesar de instaurar uma sociedade "racionalizada", não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, que o toyotismo procura desenvolver através dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Na verdade, o toyotismo não possui a pretensão de instaurar uma sociedade "racionalizada", mas apenas uma "fábrica racionalizada". É a partir do processo de produção intra-fábrica (e na relação entre empresas), que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital. Ele procura, mais do que nunca, reconstituir algo que era fundamental na manufatura: o "velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho" (Gramsci, 1984:397).

Portanto, o toyotismo restringe o nexo da hegemonia do capital à produção, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estra-

tégica de seus protocolos organizacionais (e institucionais). É apenas sobre eles que se articulam a hegemonia do capital na produção. Este é, com certeza, seu "calcanhar de Aquiles", na medida em que, ao reduzir o nexo da hegemonia do capital apenas à esfera intra-fabril (ou entre empresas), não o ampliando para além da cadeia produtiva central, para o corpo social total, o toyotismo permanece limitado em sua perspectiva política, principalmente se o compararmos ao arranjo fordista. Por isso, sob o toyotismo, agudiza-se a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade social. Na verdade, a "produção destrutiva" torna-se a caracteristica do sistema do capital sob a mundialização.

As limitações estruturais do toyotismo em constituir uma saída para a crise sistêmica do capitalismo sob a mundialização do capital decorre da própria natureza do novo regime de acumulação predominantemente financeira:

O "toyotismo" não deu e jamais dará ao Japão (e a país capitalista nenhum-GA) um estatuto análogo [ao "fordismo"], pois a base "material" e institucional do novo regime de acumulação deslocou-se. (Chesnais, 1997)

Se o fordismo – o regime de acumulação que propiciou o desenvolvimentismo da periferia capitalista (por exemplo, o Brasil) - se constituiu sob um modo de regulação e regime de acumulação ainda amplamente centrado no setor industrial, o mesmo não ocorre com o toyotismo, o "momento predominante" do modo de acumulação capitalista sob a mundialização do capital.

Sob a mundialização do capital, ocorre um deslocamento da base "material" e institucional do novo regime de acumulação que torna-se predominantemente financeiro, rentista e parasitário, centrado não mais no setor industrial, mas sim nos mercados financeiros que "dão o tom" ao regime de acumulação através do ritmo e da orientação que imprimem ao investimento, mas também à partilha das riquezas e do trabalho.

Por isso, o paradoxo da "condição pós-moderna" é que, embora o toyotismo seja o exemplo-mor da lógica produtivista, pela primeira vez na história do capitalismo, como salienta Chesnais, "a acumulação do capital industrial não está mais orientada, no centro do sistema, para a reprodução ampliada" (o que Mészáros irá traduzir, numa outra perspectiva analítica, como sendo um sistema do capital voltado para a "produção destrutiva").

Notas

1 Utilizamos a expressão "momento predominante", utilizada por Lukács, após Hegel, para caracterizar um dos elementos de um processo que constitui, dinamicamente, em determinação predominante do sentido e da direção do processo enquanto tal (Lukács, 1990:229)

2 Para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade. O exemplo clássico é a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal - e inclusive sua função de modelo - com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica (Marx, 1974:131). Se, como acreditamos, a observação de Marx tem um valor metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca do toyotismo, cujo modelo de gestão da produção capitalista, na etapa da mundialização do capital, não pode ser reduzida meramente às condições sócio-históricas originárias do Japão.

3 Zilbovicius observa que J. F. Krafcik, no ensaio "Triumph of the lean production system", publicado no *Sloan Management Review*, de 1988, indica que as diversas técnicas associadas à Toyota são tributárias do que denomina "fordismo puro". Segundo Krafcik, o "fordismo puro é, de muitos modos, mais próximo do Sistema de Produção Toyota do que o fordismo recente" (para ele, o "fordismo

puro" é o fordismo dos anos 20, enquanto o "fordismo maduro" é o fordismo dos anos 60). Krafcik aponta que "as técnicas da administração científica não foram jogadas fora; foram apenas executadas *por empregados diferentes, mais apropriados*" e que "o sistema de fabricação JIT é outra translação da Toyota para o que era puro fordismo (o grifo é nosso)." (Zilbovicius, 1997:294)

4 É interessante o que Fausto nos diz: "[com] a manufatura, a subsunção é apenas formal, ela não existe no interior do processo material de produção, senão na relação para com uma subjetividade global (que, sem dúvida, nega à sua maneira a individualidade, ela mesma reduzida a parte). Na segunda fase, a grande indústria, onde ocorre a primeira posição adequada da forma na matéria, se tem a subsunção real, isto é, formal e material. Com a pós-grande indústria, *desaparece a subordinação material*, e é nesse sentido, e só nesse sentido, que se retoma a primeira situação [...] Não há mais 'oposição' entre o indivíduo e o processo material, embora ou precisamente porque se restabelece a oposição matéria e forma. Mas esta oposição tem um sentido novo: a matéria, e em particular a 'forma material', comanda o processo. *É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma*. O capital é inadequado a esse novo processo material de produção. Teríamos assim a sucessão: subordinação formal, subordinação real, subordinação formal novamente [...] Arriscaríamos alguns conceitos novos. Diríamos que pode haver uma espécie de *subordinação intelectual (ou espiritual)* do trabalho ao capital. Teríamos assim a subordinação formal, a subordinação formal-material (em sentido próprio) e a *subordinação formal-intelectual (*ou espiritual) do trabalho ao capital. As duas últimas seriam reais (na nossa versão; na de Marx, só a segunda é real, a primeira e a terceira são formais). E se no caso da subordinação formal o trabalhador é (formalmente) *suporte*, sem ser (materialmente) apêndice, se no caso da subordinação formal-material ele é *apêndice*, além de ser suporte, na subordinação formal-intelectual ele é de certo modo *servidor* do novo mecanismo, que é um autônomo espiritual. A transformação da natureza em "espírito" não garante a libertação, mesmo a libertação 'material', isto é, a que se dá no processo de trabalho." (Fausto, 1989:60-61)

5 Em 1955, o montante de produção da indústria automobilística para o Japão inteiro é de apenas 69.000 unidades, quando nesse mesmo ano os Estados Unidos já produzem e vendem 9.200.000 veículos.

6 O que invalida, de certo modo, a asserção de Felipe Luiz Gomes Silva de que "a automação de base microeletrônica tende [por si só? - G.A] a superar a necessidade de gerenciamento da força de trabalho, calcada na idéia da intensificação do uso da força de trabalho (*speed as skill*)" (Silva, 1997:51)

7 A perfeição da gerência toyotista dos recursos humanos, em termos de controle da força de trabalho, é tamanha, que a campanha reivindicativa dos operários da Toyota, no Japão, em 1954, teve

como palavra de ordem: "proteger nossa empresa para defender a vida" (Silva, 1997:45 *Apud* Coriat). Para uma interessante análise de um aspecto contingente do toyotismo - os Programas de Qualidade Total - ver Simone Wolff, "Trabalho Informatizado e Reificação: Uma Análise à Luz dos Programas de Qualidade Total", dissertação de Mestrado, Unicamp, 1998.

8 Castro observa que a tendência mais expressiva nos processos de reorganização do trabalho nos EUA, nos anos oitenta e noventa, é o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador: "No início da década já era significativa a proporção das firmas que adotavam pelo menos um tipo de prática dessa natureza; ao longo do período, essa proporção cresceu ainda mais, de sorte que um número considerável de firmas passou a fazer uso mais extensivo delas." (Castro, 1996:164)

Racionalidade (e desrazão) do Toyotismo

É do nosso interesse salientar os protocolos organizacionais do toyotismo que realizam, no plano da gestão da produção, a via de racionalização do trabalho adequada à nova etapa do capitalismo mundial. A racionalização do trabalho impulsionada pelo toyotismo, por se instaurar sob o *capitalismo manipulatório* (expressão utilizada por Lukács para caracterizar o capitalismo tardio), constitui-se, em seus nexos essenciais, através da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital (o "engajamento estimulado"). A partir do toyotismo ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, onde a "intentio recta" da produção capitalista, sob a etapa da mundialização do capital, exige, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, o impulsos desesperado – e contraditório – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado)[1].

Os protocolos organizacionais do toyotismo, que inscre-

vem a nova via de racionalização do trabalho, são a autonomação/auto-ativação, *just-in-time*/*kanban* e a polivalência operária. Eles compõem os *nexos contingentes do toyotismo*, objetos de análises concretas da sociologia do trabalho[2]. Ora, o que a sociologia do trabalho tende a desprezar são os *nexos essenciais do toyotismo*, isto é, a nova captura da subjetividade operária, o novo estranhamento, indispensável para o desenvolvimento da "produção destrutiva" do capital nas condições da mundialização (Mészaros, 1995).

Os nexos contingentes do toyotismo instauram uma "flexibilidade interna", constituída no coletivo de trabalho, no espaço (e na cadeia) de produção, capazes de contribuir para os ganhos de produtividade buscados pela nova gestão da produção. De acordo com Coriat, "a flexibilidade...é pensada e construída como alavanca e fator-chave determinante da produtividade." É por isso que o toyotismo surge como a expressão maior da acumulação flexível sob o complexo de reestruturação produtiva.

A categoria de flexibilidade assume, para ele, um fundamentação inédita, ainda pouco desenvolvida, mas presente, em alguns aspectos, no taylorismo e no fordismo (é interessante observar que, Charles Babbage, um pensador notável do início do século XIX, um dos pais da "ciência da administração", oitenta anos antes de F.W. Taylor, nos primórdios da manufatura e grande indústria, reconheceu, de certo modo, a importância, da captura da subjetividade operária. O que demonstra que a operação de subsunção da subjetividade operária pela lógica do capital é algo posto – e reposto – pelo modo de produção capitalista. Só que é sob o toyotismo que a captura da subjetividade operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento real e não apenas formal)[3].

1. Os Nexos Organizacionais do Toyotismo

Salientaremos, como nexos contingentes do toyotismo, os princípios de autonomação/auto-ativação e o *just-in-time/ kanban*, além da série de inovações "institucionais", seja intrafirma – principalmente as novas formas de pagamentos salariais – ou inter-firmas, a terceirização, sob a forma do *keiretsu*.

– Autonomação/auto –ativação

O princípio de "autonomação"/"auto-ativação" consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam *protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação*. Nesse caso, a autonomação designa o princípio de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso, em que o trabalho interage ativamente com processos produtivos automatizados[4]. O toyotismo desenvolveu o conceito de "autonomação", aplicando-o a situações de trabalho e operações que não mobilizam necessariamente máquinas automáticas. Ohno criou o conceito de "auto-ativação" para caracterizar os dispositivos organizacionais que dizem respeito à execução do trabalho humano.

Na verdade, a idéia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso, é importante uma nova concepção de linha de produção e uma novo perfil de operário. Surge, deste modo, o princípio de linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Ocorre a "desespecialização operária", com a substituição dos "operários parcelares" por "operários polivalentes", os profissionais pluri-operadores (Coriat, 1994:53).

Este é um dos pontos de "ruptura" do toyotismo com o taylorismo e fordismo, pois, nestes últimos, a organização da produção promovia a separação, nos postos de fabricação direta, das tarefas de execução e controle de qualidade. Nesse caso, a racionalização do trabalho procedia através da parcelização e da repetitividade do trabalho (materializada pelos protocolos taylorizados do estudo do tempo e dos movimentos) e dos micro-tempos alocados e impostos, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas (Coriat, 1994).

O toyotismo adotaria uma solução diversa para a organização da produção, capaz portanto de recompor uma nova racionalização (e intensificação) do trabalho, através da "desespecialização dos trabalhadores qualificados", por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e máquinas, e do "tempo partilhado", baseados em tarefas múltiplas e agradáveis, em padrões (de tempo e de trabalho) flexíveis.

O *princípio da linearização da produção* consiste em implantar as máquinas de tal maneira que elas se tornem o suporte de operações sucessivas, levadas a cabo pelos operários polivalentes. Para isso, elas seriam dispostas em "círculos abertos", achando-se umas diante das outras. Os operários podem assim se ver designados a realizar trabalhos em várias máquinas sucessivas, e os padrões de trabalho que lhes são impostos seriam diariamente reconfiguráveis em função da qualidade e da quantidade de encomendas (Coriat, 1993:81).

A instauração do *operário polivalente* vincula-se à necessidade da re-introdução, nas funções de operadores diretos, das tarefas ou funções de diagnóstico, reparo e manutenção e das tarefas de controle de qualidade nos próprios postos de produção. Deste modo, em cada ponto da produção, os trabalhadores incorporam atividades de controle de qualidade

(algo diverso do fordismo, que destacava essas atividades em departamentos estanques de produção). Na observação de Coriat, "...a execução de tarefas variadas (fabricação, reparo, controle de qualidade e programação) alimenta e enriquece permanentemente a 'polivalência' e o saber –fazer dos operadores" (Coriat, 1994: 59)

Além disso, o toyotismo tende a incentivar a participação crescente dos trabalhadores nos projetos de produtos e de processos de produção, através do incentivo às suas sugestões para o aperfeiçoamento dos mesmos. O que não deixa de ser um novo patamar de apropriação gratuita das forças naturais do trabalho social, sem nenhum custo para o capital, tal como ocorreu na manufatura e grande indústria, onde o capital se apropriava das forças produtivas que derivam da cooperação e da divisão do trabalho (Marx, 1985:440).

Por trás do novo tipo de agenciamento da linha de produção subsistiria a necessidade imperiosa da subsunção da subjetividade real operária à lógica do capital, através de um tipo de inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção, aumentando suas responsabilidades quanto aos bons resultados do processo produtivo, e promovendo, por conseguinte, uma intensificação da exploração do trabalho (os operários atuariam simultaneamente com máquinas diversificadas).

– O Just -in -Time/kan ban

Vinculado à lógica da autonomação/auto-ativação, temos o princípio do *just-in-time* / *kan-ban*, um dos mais conhecidos dispositivos organizacionais do toyotismo. É uma inovação puramente organizacional (e conceitual), cujo "segredo" é promover mais um conjunto de re-agregações das tarefas produtivas, sob o espírito de incorporar a subjetividade

operária como constituidora do novo complexo de produção de mercadorias (o *just-in-time* é considerado "a maior inovação organizacional da segunda metade do século") (Coriat, 1994: 56).

A chave do *kan-ban* consiste em estabelecer, paralelamente ao desenrolar dos fluxos reais da produção, um fluxo de informações invertidas que emite uma instrução especificando a quantidade exata de peças necessárias:

> Em relação à lógica fordista, há uma inversão das regras tradicionais: o processo de fabricação, em lugar de ser feito em cadeia, de montante à jusante da cadeia de produção, é feito de jusante à montante. O ponto de partida é o das encomendas à fábrica e dos produtos já vendidos. (Coriat, 1994: 57)

Deste modo, é realizado o princípio do "estoque mínimo" (o *just-in-time*). De certo modo, pode-se considerar o toyotismo como um conjunto de técnicas de gestão pelos estoques (e não gestão dos estoques). Na perspectiva do toyotismo, o estoque torna-se "um instrumento quase –metodológico, um analisador das disfunções, e um indicador das vias e dos pontos de aplicação do processo de racionalização do trabalho" (Coriat, 1993).

A introdução dos dispositivos organizacionais como o *just-in-time* / *kan-ban*, seriam apenas os meios operativos para realizar um novo patamar de racionalização do trabalho, cujo impacto principal se daria sobre a força de trabalho. Nesse caso, Ohno, o "pai" do toyotismo, é muito claro: "O sistema de produção Toyota é um meio de fazer vir à tona o excesso de efetivos", ou ainda: "Há dois modos de aumentar a produtividade, um é aumentar as quantidades produzidas, o outro é reduzir o pessoal de produção." (Apud Coriat, 1993:84).

Um dos fundamentos do espírito do toyotismo é a "administração pelos olhos". É de suma importância tornar visível, no interior do espaço da produção, o que é "supérfluo", o que pode ser passível de dispensa, todos os "excessos gordurosos", de acordo com a lógica da economia de custos para o capital. De certo modo, o que observamos é a lógica do capital em crise. É a própria crise capitalista, e não os "olhos do administrador", que "denuncia", faz vir à tona, o excesso de estoque, que pela lógica do toyotismo, é o "excesso de efetivos". É por isso que o toyotismo apenas reproduziria, com um rigor técnico (e político), a solução clássica do capital em crise: reduzir o pessoal da produção e cortar os custos de produção, atingindo o trabalho vivo.

Um dos dispositivos técnicos do toyotismo, que permite a "administração pelos olhos", é o método *Kan-ban*, que possibilita que os padrões de operação sejam evidenciados a cada posto de trabalho. Por exemplo, é através do *Andon*, um cartaz indicador que existe em cada posto de trabalho indicando o estado das linhas e dos problemas que aí se produzem eventualmente, que o toyotismo torna visíveis as disfunções na cadeia produtiva :

> Não somente se encontram esses *Andon* em cada um dos postos, mas ainda cartazes luminosos, colocados acima de cada seção de linha de produção, se acendem indicando se um dos operadores da linha encontra uma dificuldade qualquer que perturba o desenvolvimento ordinário e programado da produção. Luz alaranjada se se trata de ajuda, luz vermelha se é preciso parar a linha. Assim, a todo instante, a chefia dispõe das informações que lhe são necessárias para assegurar –se de que o fluxo da produção se desenrola sem maiores problemas." (Coriat, 1994: 35)

Na verdade, o toyotismo reproduz, a um grau superior, com seus dispositivos organizacionais e sob uma base técnica mais adequada, a lógica da acumulação flexível. O seu obje-

tivo é constituir uma fábrica "magra", transparente e flexível, "onde a 'magreza' é garantida e mantida pela transparência; em que a flexibilidade garante a manutenção da magreza" (Coriat, 1994: 35).

Em suas observações sociológicas, Coriat permanece no nível da aparência contingencial do toyotismo. Não consegue ir além da epiderme da nova racionalização do trabalho. É claro que ensaia uma crítica sociológica do toyotismo, principalmente em seus aspectos que, segundo ele, não seriam reproduzíveis nas condições ocidentais, tais como a individualização das relações de trabalho (segundo Coriat, deste modo, não se atingiria o objetivo central do próprio toyotismo: o engajamento dos assalariados). Portanto, Coriat tenderia a criticar um "toyotismo selvagem", em prol de um "toyotismo civilizado", que incorporasse, em seu bojo, a implicação negociada entre capital e trabalho assalariado (Coriat, 1994:169).

Na verdade, a crítica sociológica de Coriat dilui-se na perspectiva de conceber os dispositivos organizacionais do toyotismo – em sua dimensão do "engajamento estimulado" – como uma nova base para uma relação entre capital e trabalho assalariado, capaz de re-compor um novo contrato social, o qual nas condições do ocidente, teria que levar em consideração os direitos sociais dos assalariados (Coriat, 1994:169). Coriat incorpora, deste modo, os pressupostos da Teoria da Regulação, que se mantém presa, em última instância, ao fetiche do capital. Para os regulacionistas, o capitalismo só evolui "de compromisso em compromisso entre o capital e a classe operária" (Lipietz, 1993:95). A partir daí, a relação entre trabalho assalariado (e capital) tendem a tornar-se, de certo modo, algo perene. O que se modifica é apenas o modo de regulação dessa implicação estranhada: ela deixa de ser paradoxal para se tornar negociada (Alves, 1996:38). Por isso, subjacente à sua insuficiência dialética, Coriat – e os

sociólogos do trabalho – tendem a não apreenderem a lógica toyotista como um mecanismo manipulatório, um "meio refinado e civilizado", como diria Marx, de captura da subjetividade operária, ou mais precisamente, da sua subsunção real à lógica do capital (observando que o termo "subsunção" não é meramente "submissão" ou "subordinação", uma vez que possui um conteúdo dialético – mas é algo que precisa ser reiteradamente afirmado)[5].

2. Toyotismo : A Racionalidade Na Era da Desrazão

Alguns sociólogos, tais como Wood, consideram o *just-in-time* como o "cerne e o elemento distintivo do modelo de administração japonesa" (Wood, 1993:73). De fato, é ele que representa o que podemos considerar o princípio do toyotismo: a gestão pelos estoques. O seu pressuposto constituinte é o princípio da "fábrica mínima" e da "administração pelos olhos". São novas reposições da direção capitalista sob o "capitalismo manipulatório" (Lukács). Elas retratam a natureza de ofensiva do capital na produção, instauradas pelo toyotismo, que pode ser considerado um novo patamar para o nexo contraditório intrínseco à produção capitalista (a racionalidade intrafirma e a irracionalidade social).

Através do método *just-in-time*, a fábrica é "colocada sob tensão", é "tensionada", uma vez que é a partir dela – da fábrica – que a produtividade deve ser obtida. O estoque pode ser utilizado como um analisador dos pontos onde aplicar a racionalização. Na verdade, se o toyotismo surgiu – e se desenvolveu – sob a lógica de um capitalismo restrito, ele tenderá a incorporar, como estratégia de acumulação do capital, a perseguição voraz à economia intrafirma, em contraste com o desperdício social, que caracteriza a lógica da "produção destrutiva" sob o capitalismo tardio (Mészaros, 1995). Realizar economia – aplicar a racionalização – para o

capital sob o toyotismo significa dispensar estoques, dispensar excesso de pessoal e dispensar excesso de equipamentos. Como observa Ohno:

> Na Toyota, o conceito de economia é indissociável da busca de "redução de efetivos" e da "redução dos custos". A redução dos efetivos é, com efeito, considerada como meio de realizar a redução dos custos que é claramente uma condição essencial da sobrevivência e do crescimento de um negócio. (Ohno, apud Coriat, 1994:33).

É deste modo que o princípio da "fábrica mínima" surge como a Produção Enxuta – *lean manufacturing* (Womack, Jones, Roos, 1990). Acontece que a exacerbação da racionalidade intrafirma se contrasta, como salientamos, com a irracionalidade social, o "dualismo" do mercado de trabalho, o desemprego estrutural, a "produção destrutiva", que permanece como a lógica dominante do sistema produtor de mercadorias. A sua expressão contingencial é a própria crise de superprodução, que atinge o capitalismo desenvolvido, e cujo principal exemplo revela-se na indústria automobilística[6].

3. O Novo Controle Social do Capital

O toyotismo pressupõe certas pré-condições institucionais, capazes de potencializar, no nível da consciência contingente, a captura da subjetividade operária pelo capital. O essencial é destacar o jogo de compromissos "institucionais" – explicitamente negociados ou não – instaurados entre o capital e o trabalho assalariado, materializados no sistema de relações industriais São inovações "institucionais" voltadas a obtenção do envolvimento dos assalariados através de um controle social de novo tipo (no caso do Japão, eles eram baseados em três aspectos principais: o emprego vitalício, o salário por antiguidade e o sindicalismo "de empresa").

Deste modo, o desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, capazes de constituir a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, pressupõe um conjunto de contrapartidas implícitas (ou explícitas), dadas aos sindicatos e aos trabalhadores das grandes empresas, em "troca" de seu engajamento na produção. Assim, é perceptível a capacidade do toyotismo de mediar, num complexo "institucional", organizacional e relacional, a constituição do capital pelo trabalho assalariado; um trabalho prostrado, subsumido à lógica neoprodutivista.

Um papel-chave na operação de subsunção da subjetividade operária à lógica do capital é dado, por exemplo, pelos mercados internos nas empresas. A perspectiva de promoção, claramente estabelecida, de linhas de carreiras abertas e conhecidas por todos, uma organização "qualificadora" do trabalho, é um mecanismo poderoso de captura real do consentimento operário, de desenvolvimento do engajamento dos trabalhadores assalariados[7].

Na verdade, a principal estratégia de captura do consentimento operário do toyotismo é a emulação individual através das estruturas "estimulantes" dos mercados internos, do emprego vitalício, e, hoje, principalmente, através dos novos sistemas de pagamento (salário por antiguidade, dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados):

> ...o sistema de pagamento japonês é caracterizado pelo sistema de '*seniority*' (antiguidade na empresa) e pelo sistema de bônus bianual. O '*seniority*' estimula o trabalhador a permanecer no serviço em uma mesma companhia, e também a amoldar-se à filosofia do *'living wage*' e *'family wage*'. O sistema de bônus bi-anual funciona como um meio de ajustar o pagamento às condições do negócio e, também, em curto prazo, de premiar a '*perfomance*' individual dos trabalhadores. Não somente a promoção para os mais altos postos, mas também o

> aumento salarial anual dos trabalhadores e a bonificação são determinados, tomando como base a avaliação do desempenho individual, embora o nível médio das taxas de pagamento aumente, e os bônus sejam fixados através de barganha coletiva. Enquanto o emprego e o sistema de pagamento motivam os trabalhadores a serem 'leais' ou 'devotados' às suas companhias, e o trabalho dá aos trabalhadores um sentimento de segurança, o sistema de avaliação de desempenho inspira-os com o espírito de competição. Uma vez que a cooperação e a comunicação com os companheiros de trabalho são altamente valorizados na avaliação, a competição entre eles não pode ser individualista e prejudicar o trabalho em equipe. (Watanabe, 1995, Apud Silva, 1997:45 –46)

Deste modo, o essencial é instaurar, por um lado, um elo direto entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários (por exemplo: no caso da Toyota, como observou Coriat, às vezes um bônus salarial corresponde a um terço do salário anual). Mas, o sistema de bônus pode ser reduzido e até eliminado, se a empresa tiver uma baixa "performance".

É preciso salientar que utilizar o incentivo salarial como modo de gerenciar o comportamento operário e elevar a produtividade não é criação do toyotismo. Mais uma vez, o toyotismo apenas desenvolveu, com seus protocolos de emulação individual, principalmente os novos sistemas de pagamentos e, inclusive, o trabalho em equipe, um "meio refinado e civilizado" de exploração da força de trabalho, denunciado por Marx desde o século passado[8] (nem tão civilizado e refinado, é claro, se levarmos em consideração, no caso do Japão, o país capitalista de onde se originou o toyotismo, os casos de morte súbita no trabalho – intitulado "karochi" – e outras psicopatalogias do trabalho, provocados pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade) (Watanabe, 1993:3).

Por outro lado, é importante estimular o comprometimento operário, através da pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracterizou como sendo uma técnica de controle social denominada "ostracismo"). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas, pela integração, ou "engajamento estimulado", da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe, portanto, incrementar a manipulação através da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários – o que dispensa a

> presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados. (Coriat, 1994:168)

Sob o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseco à idéia de "trabalho em equipe". Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papéis centrais no "trabalho em equipe" (no caso do Japão, os líderes da equipe de trabalho – do *team* – são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada, "integrada" – vale salientar – à subjetividade operária contingente[9]. Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro. "Somos todos chefes", é o lema do "trabalho em equipe" sob o toyotismo.

> A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores... Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo. (Watanabe, 1993:5)

Eis, portanto, o resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar "mais

consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória". Surge um "estranhamento pós-fordista", sob o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o "fazer" e o "saber" operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar "pró-ativamente", a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo).

Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, onde o capital não dispensa, como fez o fordismo, o "espírito" operário. Aliás, não é que, sob o fordismo, o operário na linha de montagem convencional não pensasse. Pelo contrário, como salientou Gramsci, sob o fordismo

> ...o operário continua 'infelizmente' homem e, inclusive [...] durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá –lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (Gramsci, 1984:404)

Com certeza, Ford tinha consciência de que operários não eram "gorilas domesticados". só que procurava resolver o dilema da organização capitalista através de iniciativas "educativas" extra-fábrica. O toyotismo, pelo contrário, através da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre

a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa "educativa" do capital, é – entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias.

Se no fordismo tínhamos uma integração "mecânica", no toyotismo temos uma integração "orgânica" – o que pressupõe, portanto, um novo perfil de operário central (Ravelli, 1995:190). Mas o que é integração "orgânica" para o capital, de certo modo, é expressão de uma "fragmentação sistêmica" para o trabalho assalariado – em sua consciência contingente e em seus estatutos salariais.

Apesar disso, o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias. Enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho, de administração de empresas, mantendo viva a "tensão produtiva". Além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalho assalariado, intrínsecos à própria objetivação da relação social que instaurou o processo de valorização.

As contrapartidas do capital sob o toyotismo são de natureza histórica. Existe um vinculo ineliminável entre o toyotismo e a luta de classes. A série de contrapartidas do toyotismo destinadas à captura da subjetividade operária, capazes de permitir o pleno desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, podem assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais).

Na verdade, elas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo (e da própria luta de classes). É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, sob o período de crescimento do capitalismo japonês, a moldura do toyotismo original. Diante crise do capitalismo no Japão nos anos 90, os "mercados internos" das empresas, o emprego vitalício e o salário por antiguidade, por exemplo, estão sendo revistos pelas corporações transnacionais sediadas no Japão.

A generalização universal do toyotismo – sob a forma da *lean production*, implica adequá-lo, em suas contrapartidas para o trabalho assalariado, às novas realidades sócio-históricas da concorrência capitalista mundial. Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir dos anos 80, em decorrência da lógica da modernização capitalista, as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital, com suas condições institucionais originárias (tal como se constituíram no seu país capitalista de origem – o Japão) sendo negadas em virtude de seu próprio desenvolvimento mundial.

Na verdade, o que tende a predominar é meramente o estímulo individual através da concessão de bônus salariais, debilitando alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício (por exemplo: a Fujitsu e a Nissan tendem a abolir o emprego vitalício, instaurando o contrato de trabalho renovado anualmente e um sistema de concessão dos *bonasu* – gratificações – a seus empregados, com base no que chama de satisfação do consumidor ("Emprego no Japão deixa de ser para toda a vida", *Gazeta Mercantil*, 21 de junho de 1997)).

4. A "Empresa –Rede"

A realidade da "fragmentação sistêmica" instaurada pelo toyotismo é uma das principais características da ofensiva do capital na produção sob a mundialização do capital. É ela que tende a impulsionar – e ser uma das principais causas – da *crise do sindicalismo de classe,* um dos instrumento clássico de resistência do trabalho assalariado.

O que denominamos "fragmentação sistêmica" pode ser considerado como sendo a constituição da "empresa-rede", cuja principal característica é a "externalização" de suas atividades produtivas. É algo, portanto, que perpassa o complexo do mundo do trabalho (e do capital), instaurando, de diversos modos, um novo patamar de flexibilidade e de integração, tanto intrafirma, como nas relações entre empresas. É o que ocorre no espaço –território de produção do capital. Surge – e se desenvolve – uma nova forma descentralizada e externalizada de firma, o que é denominado "empresa-rede" (*firme réseau*, *impresa rete* ou *network firm*), mais adequada à lógica instável do capitalismo mundial: "a inovação organizacional intrafirma acresceu-se, desta forma, de uma inovação organizacional nas relações interfirmas, cada uma reforçando a eficácia da outra" (Coriat, 1994:131).

Surge uma nova realidade que se impõe sob as partes constituintes do complexo produtor de mercadorias. Torna-se decisivo, para a própria eficácia do sistema, não apenas a racionalização intrafirma, mas a racionalização intra-complexo produtivo, nas relações entre as empresas (possibilitadas, é claro, pelas novas tecnologias de telecomunicações e de informática).

A importância da relação interfirmas sob o toyotismo é a comprovação de que ocorre, com a mundialização do capital, uma nova (e complexa) reconstituição do "trabalhador cole-

tivo", adequando-o à nova etapa da luta de classes e do nível de concorrência capitalista mundial. Surge uma miríade de pequenas empresas, subcontratadas ou de fornecedores, em vários graus da cadeia produtiva, que instauram uma relação de longo prazo com a empresa central (o conglomerado ou corporação transnacional), cuja duração é determinada pelo ciclo do produto (no caso clássico do toyotismo, é o sistema *keiretsu*, que desenvolve uma forma particular de organizar as relações entre empresas, envolvendo uma vasta gama de procedimentos fundamentais, capazes de propiciar um funcionamento ótimo das redes de subcontratação).

Entretanto, o processo é contraditório, uma vez que a "fragmentação sistêmica" ocorre no bojo de um novo patamar de concentração (e centralização) do capital, impulsionado pelas novas condições da concorrência capitalista no mercado mundial. Deste modo, o jogo sutil de contrapartidas existente no interior da corporação transnacional – a empresa central, que instaura, no plano da subjetividade, uma nova subsunção real do trabalho à lógica do capital – é reconstituído, "mutantis mutantis", na relação de subcontratação, onde ela, a empresa central, procura obter, através de protocolos "estimulantes", o pleno engajamento – e cooperação – dos diferentes contratantes.

Pela lógica do toyotismo, obter a conciliação dos interesses das partes contratantes, seja intrafirma (capital e trabalho assalariado), ou ainda, com subcontratantes e fornecedores, é tão essencial quanto a obtenção do superlucro. É por isso que tende a existir uma profunda analogia entre a "economia intima das relações industriais e a economia da relação de subcontratação" (Coriat, 1994:137). São as inovações "relacionais" que, no caso das relações entre as empresas, tendem a dar origem a uma quase-renda "relacional" (Aoki, 1988).

Na verdade, a firma descentralizada e externalizada – ou diríamos flexível, não apenas nas relações entre capital e trabalho intrafirma, mas nas relações entre empresas na cadeia produtiva – aparece mais adaptada às novas formas de concorrência capitalista. A descentralização da iniciativa de resposta dá à corporação transnacional uma maior capacidade de sobreviver no mercado mundial.

As modalidades de externalização, salientadas por Aoki como sendo constituídas por relações de cooperação com as subcontratantes e fornecedores, estão, de certo modo, "deshierarquizadas": os contratos têm pesos equivalentes, não questionam as "hierarquias" intercapitalistas. Pelo contrário, a externalização – ou a "fragmentação sistêmica" do complexo produtivo do capital – representa meios que permitem às corporações transnacionais estabelecer relações assimétricas perante outras empresas – subcontratantes e fornecedores – e reforçar o seu próprio poder econômico, estabelecendo formas estáveis de dominação oligopolística, que foram afetadas pela nova crise do capital, a partir dos anos 70, pela passagem do oligopólio doméstico ao oligopólio mundial e pelas profundas mudanças tecnológicas. Deste modo, a instauração da empresa –rede pelo toyotismo não significa

> uma "ruptura" com as hierarquias e a internalização, mas antes uma nova forma de organizar e de gerenciar essas hierarquias, bem como de maximizar as possibilidades de "internalizar" as "externalidades"... proporcionadas pelo funcionamento em rede. (Chesnais, 1996:109)

O mesmo pode ser dito sobre a instauração pelo toyotismo de novas relações industriais, caracterizadas pela cooperação e parceria entre capitalistas e trabalhadores assalariados, pelo "envolvimento cooptado", que permite ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho assalariado. *Elas não eliminam o antagonismo estrutural entre capital e trabalho assalariado*, pelo contrário, significam uma nova forma de

organizar (e de gerenciar) a exploração do "trabalho vivo", constituindo uma subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital.

Este é o verdadeiro objetivo da "fragmentação sistêmica": instituir uma nova modalidade de gerenciar (e reproduzir) a lógica do capital sob a nova crise do capitalismo mundial, constituir uma nova hegemonia do capital na produção, capaz de permitir um novo salto de acumulação capitalista.

Deste modo, o que temos observado é que o complexo de reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, é caracterizado não apenas pela instauração de uma nova base técnica – o controle automático da produção – mas principalmente, por uma nova proposta de organização social da produção, uma nova (re)posição do princípio de cooperação e de divisão do trabalho, que constituíram o pressuposto organizativo do desenvolvimento da acumulação do capital sob a grande indústria (Aglietta, 1980).

São princípios de natureza formal sempre repostos no interior da subsunção real do (processo de) trabalho ao capital, onde a grande indústria de cariz flexível é seu patamar superior. Em última instância, a preocupação central continua sendo organizar (e manipular) o trabalho vivo, sempre posto como a dimensão constituinte da acumulação do capital (apesar das ideologias da perda da centralidade do trabalho sob o capitalismo tardio, inspiradas em Offe, Habermas e Kurz).

5. A Gênese Histórica do Toyotismo

Muitas vezes, a sociologia do trabalho deixa de salientar que a construção do toyotismo é decorrente – ou é resultado sócio-histórico – de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da

produção. Este é o exemplo do país capitalista de origem do toyotismo – o Japão[10].

Por exemplo, a instauração do sindicalismo "por empresa", surgido nos anos 50 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Na verdade, é possível considerar, como uma das condições institucionais do comprometimento operário, a instauração de um sindicalismo de envolvimento, pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias.

O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária, à própria decapitação – e neutralização – do seu "intelectual orgânicos" no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de neutralização político-ideológica da classe operária no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.

Apesar de ser denominado "sindicalismo de empresa", é preciso observar, que, no caso do Japão, deve-se entender "empresa" no sentido amplo: o sindicato está constituído sobre uma base de múltiplos estabelecimentos, e, como observa Coriat, a tendência é de que ele organize também as principais empresas de subcontratação associadas à empresa principal (Coriat, 1994:86 –87).

Entretanto, isso não significa que a nova amplitude do sindicalismo "de empresa" sob o toyotismo, no Japão, implique o esforço de "transferir" para as pequenas empresas concessões obtidas pelos assalariados organizados. Na verda-

de, existe um processo de luta de classes, onde os operários das subcontratantes e fornecedores, na falta de verdadeiros sindicatos, souberam estabelecer "sociedades de colegas" ou "comitês de empresa" que se esforçam – com sucesso variável – em 'transferir', para as pequenas empresas, concessões obtidas pelos assalariados organizados das grandes firmas. No caso do Japão, a tendência do sindicato de empresa a organizar as principais empresas de subcontratação é uma tentativa de integrar, através de dispositivos burocráticos do sindicalismo corporativo (reconhecidos pelas corporações transnacionais), parcelas da classe operária japonesa que preservam potenciais de conflitos de classe.

6 . Toyotismo e Financeirização da Riqueza

Temos salientando que o capital em processo é uma verdadeira "contradição viva". É o que podemos observar com o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. Apesar de os anos 80 terem sido a "década do toyotismo" (a ideologia prática do neoprodutivismo), ele pode ser considerado, por outro lado, como tendo sido a "década da financeirização", que é a antípoda da lógica da produção (Chesnais sustenta, inclusive a hipótese, nos anos 80, do "crepúsculo de um ciclo unificado de valorização sob a dominação do capital industrial.")[11].

Com a financeirização, o capital procura se valorizar, cada vez mais, sem passar pelo complexo de produção de mercadorias. Com ela, atingimos o último grau na fetichização das relações de propriedade capitalista (uma homologia estrutural ocorre no campo da produção, com o toyotismo, que pode ser considerado o último grau na fetichização do antagonismo entre capital e trabalho assalariado):

> Com o capital que rende juros, a relação capitalista atinge sua forma mais externa, mais fetichizada. Temos aqui

> D – D', ou seja, dinheiro produzindo dinheiro, valor se valorizando por si só, sem nenhum processo que sirva de mediação entre os dois extremos. (Marx, 1983)

É sob a mundialização do capital que assistimos, portanto, à vigência do capitalismo parasitário e rentista. É o desenvolvimento desta lógica da financeirização que irá instaurar um novo perfil do toyotismo, depurando-o, em sua "ocidentalização", tão-somente como técnica (e princípio) de manipulação universal do "trabalho vivo" subsumido à lógica do capital.

As contrapartidas sócio-institucionais originárias do toyotismo, baseadas no "modelo" japonês, tendem a ser (re)postas e diluídas na lógica do produtivismo selvagem. O princípio da *lean production* torna-se a interpretação dominante do toyotismo. É o toyotismo ocidentalizado a serviço de "formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho" (Chesnais, 1996:16). O que parece demonstrar que, de certo modo, a "ocidentalização" do toyotismo, sob a lógica da financeirização, tendeu a "negar", no sentido dialético, o próprio toyotismo, tal como se instaurou no país capitalista de origem, o Japão (é o princípio heurístico de que é o desenvolvimento capitalista que irá determinar a lógica do processo de trabalho).

Entretanto, a rigor, não existe uma antinomia entre *financeirização* e *neoprodutivismo*. Na verdade, a financeirização não é antípoda à centralidade da produção sob a mundialização do capital. A autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa. O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos

níveis de qualificação.

A financeirização tende é a exacerbar ainda mais a lógica do neoprodutivismo, re-fundá-la sob novas condições determinadas.

É daí que surge e se dissemina, nos anos 80, o toyotismo. Hoje, todas as corporações transnacionais tendem a adotar essas técnicas (e princípios) do toyotismo. "O sistema 'toyotista' de terceirização e o *just-in-time* foram adotados ainda mais e facilmente", observa Chesnais. O complexo de reestruturação produtiva, que se desenvolve a partir dos anos 80, vincula-se, de certo modo, à própria sede do capital financeiro em procurar uma maior rentabilidade, através da imposição de racionalizações e inovações para satisfazer os acionistas com sua lógica do lucro imediato, cujo horizonte temporal é de curto ou curtíssimo prazo (o *short –termism*):

> Todas as virtudes atribuídas ao 'toyotismo' estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão –de –obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical. (Chesnais, 1996:17)

A natureza do toyotismo, ou da ideologia do neoprodutivismo, apesar de basear-se na introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção (o "trabalho morto"), sua maior preocupação ainda é manipular e constituir um novo tipo de exploração do trabalho vivo.

O nosso interesse em apreender a ofensiva do capital a partir do complexo de reestruturação produtiva vincula-se à necessidade de apreendermos algo que é fundamental para o sistema produtor de mercadorias – a (des) construção da classe dos trabalhadores assalariados como uma das condições sócio-históricas para um novo patamar de acumulação

do capital. É a partir daí que se instaura, como iremos ver adiante, um novo (e precário) mundo do trabalho e uma crise do sindicalismo moderno. Na verdade, o que presenciamos é uma dimensão sócio-histórica superior do ser-precisamente-assim do "sujeito" capital.

Notas

1 Utilizamos a expressão "intentio recta", no sentido lukacsiano, para caracterizar o impulso à captura do ser-precisamente-assim existente, a um conhecimento verdadeiro do real. No caso do toyotismo, enquanto ideologia estruturante do complexo de reestruturação produtiva, o seu valor ontológico reside em que, pelo menos no campo da produção do capital, apreende uma das necessidades do sistema produtor de mercadorias na etapa da III Revolução Industrial (Lukács, 1981)

2 Concentrar-nos-emos nas análises sociológicas de Coriat, único sociólogo que conseguiu apreender a fenomenologia do toyotismo, apesar de existir uma série de análises sociológicas fragmentárias sobre os vários aspectos do denominado "modelo japonês" (Wood, Humphrey, Zarifian, Hirata, Freyssenet, Kaplinsky, etc.

3 Segundo Mészaros, em sua obra 'Beyond Capital", Babbage, convencido de que o conflito entre capital e trabalho é causa de muito desperdício e complicações desnecessários, propõe um novo sistema de manufatura, que começaria com um empreendimento cooperativo entre os melhores trabalhadores (que investem suas economias) e alguns pequenos capitalistas. Diz Babbage: "Uma opinião das mais errôneas e infelizes prevalece entre os trabalhadores de muitos países manufatores: a de que há divergências entre seus interesses e os de seus empregadores. As conseqüências disto são: que máquinas valiosas são às vezes deixadas sem cuidado, e até danificadas em segredo; que novas melhorias introduzidas pelo proprietário não são experimentadas como deveriam ser; e que os talentos e observações dos trabalhadores não se dirigem à melhoria dos processos nos quais estão empregados." Utilizando ainda as citações de Meszáros, eis como Babbage resume os benefícios de seu sistema: "Os resultados de tais arranjos numa fábrica seriam estes: 1. Que todo indivíduo nela empregado teria interesse direto em sua prosperidade, visto que os efeitos de qualquer sucesso ou fracasso produziriam quase imediatamente uma mudança correspondente em seus proventos semanais; 2. Que todo indivíduo ligado à fábrica teria interesse imediato em prevenir qualquer desperdício ou má administração em todos os departamentos; 3. Que os talentos de todos a ela vinculados seriam fortemente dirigidos à melhoria de todos os seus departamentos; 4. Que só os trabalhadores de excelente caráter e qualificações poderiam ingressar em tais estabelecimentos; 5. Quando uma circunstância qualquer produzisse saturação de mercado, mais habilidades seriam direcionadas à

diminuição do custo de produção; 6. Outra vantagem, de não pouca importância, seria a eliminação total de todas as causas, reais ou imaginárias, de associação sindical. O trabalhador e o capitalista estariam tão fundidos um ao outro, sua comunidade de interesses seria tão evidente, suas dificuldades e sofrimentos seriam tão bem compreendidos entre eles que, em vez de se associarem para oprimir uns aos outros, a única associação existente seria uma fortíssima união entre os dois partidos para superar suas dificuldades comuns." (Babbage, Charles, *On the Economy of Machinery and Manufacture*, Charles Knight, Londres, 1835, Apud Mészáros, István. *Beyond Capital*, Merlin Press, London, 1995, p.579)

4 "Autonomação" é uma junção das palavras "autonomia" e "automação". É um princípio "importado" por Ohno da indústria têxtil, onde um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo.

5 O conceito de "subsunção" e seu desdobramento em "formal" e "real", observa Galvan, é, sem dúvida, um dos mais importantes na definição dos traços básicos da história do capital. O termo "subsunção" indica e caracteriza a relação entre o trabalho e o capital. À primeira vista, poderia parecer mais oportuno denominá-lo "submissão", já que se trata de expressar a relação que surge quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, a ele se submetendo. No entanto, ressalta Galvan, subsunção expressa esta submissão específica com maior precisão. Diz ele: "Trata-se da geração de uma situação social, na qual a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com esta força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção." (Cesare Galvan, "Capital - Tecnologia & Questionamentos", Shorin, 1989, p.90). O termo "submissão", acrescenta Galvan, não ressalta a relação por ter em seu conteúdo uma certa carga de "docilidade"; nas relações trabalho-capital, além e apesar de o trabalho "subordinar-se" ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista. Desta maneira, o que é especifico é que a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e "submete", é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua "subordinação" precisa ser reiteradamente afirmada. É neste processo que o capital visa a superar uma subordinação (melhor: subsunção) meramente formal, transformando-a em real (subsunção real), com o corolário de que a transformação da força de trabalho em capital acaba por consolidar-se socialmente. Segundo o Aurélio, o verbo "subsumir" significa "considerar (um fato) como a aplicação de uma lei." Em nosso caso, o fato é o processo de trabalho, a lei é a do capital.

6 Segundo analistas, até o ano 2001, a capacidade de produção mundial de veículos terá crescido para quase 80 milhões de veículos

ao ano, enquanto a demanda (e a produção) terá, no melhor dos casos, aumentado para pouco menos de 60 milhões de unidades. Por volta do ano 2000, o excedente de capacidade terá aumentado de 18 milhões para 22 milhões de unidades – o equivalente à ociosidade de 80 das 630 unidades de montagem automobilísticas do mundo. Visto de outra forma, todas as fábricas da América do Norte poderiam fechar e, mesmo assim, ainda haveria capacidade excedente ("Uma Indústria Congestionada", The Economist, In Gazeta Mercantil, 18 de maio de 1997).

7 Segundo Doeringer e Piore, "há mercado interno numa empresa quando os postos de nível superior são preenchidos a partir do pessoal 'interno' ocupado na empresa, e isto segundo regras mais ou menos explícitas e formalizadas que, no essencial, são conhecidas e respeitadas pelos diferentes atores." (Coriat, 1994:97). No caso do Japão, apenas os assalariados da empresa principal, cerca de 1/3 dos trabalhadores assalariados, tendem a ser integrados à estrutura "estimulante" do toyotismo (o que não quer dizer que os trabalhadores assalariados das empresas subcontratantes e fornecedores não sejam integrados à lógica da produção capitalista, através de outros mecanismos institucionais, tais como o mercado de trabalho precário)

8 Os incentivos salariais utilizados pelo toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, reproduzem, em sua essência, os mecanismos de envolvimento operário criados por uma forma de pagamento de salário, analisado por Marx no capítulo XIX de "O Capital", intitulado "Salário por peça". Segundo Marx, o salário por peça "é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção". Observa que, com o salário por peça, "...a qualidade e a intensidade do trabalho [são] controlados pela forma de salário, tornando em grande parte desnecessário o trabalho de inspeção." "No salário por peça, [o trabalho se mede] pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo". "Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal." E ainda: "A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador." (Marx, 1984:636-642)

9 O que não ocorre, por exemplo, no estilo sueco - nos grupos de trabalho semi-autônomo - o qual, pelo menos na teoria, procura reduzir o papel da supervisão. A sua ênfase na autonomia e ausência de liderança manifesta e supervisão rígida, como observa Wood, revelam uma tendência à "quebra" da linha de montagem e ao aumento dos níveis de estoques de reserva (o que seria um contraste com a produção *just-in-time* à japonesa). Apesar de seu maior potencial de captura da subjetividade operária, o estilo sueco - onde é perceptível a presença de um sindicalismo forte - não parece ser adequado às novas necessidade do capitalismo mundial, com

suas exigências do enfraquecimento progressivo dos obstáculos à sanha do capital no campo da produção, capazes de propiciar novas formas de extração de mais-valia num cenário de acirrada competitividade internacional (Wood, 1993:62).

10 A invenção e introdução do sistema *kan-ban* no Japão só ocorre após uma profunda mutação do caráter do sindicalismo japonês, que passou de um sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e vontade de confronto de classe, para um sindicalismo de empresa, neocorporativo, mais disposto à cooperar com os interesses do capital (Coriat,1994)

11 Segundo Braga, a "dominância financeira - a financeirização - é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância financeira apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metal-mecânico e eletro-eletrônico - têm, em suas aplicações financeiras de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza. Assim, seus departamentos financeiros vêm adquirindo maior importância estratégica que os de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), ao ponto de assumirem o perfil de bancos não-bancos, internos às empresas." (Braga, 1993:26). Como ilustração desse fato, Braga apresenta o comportamento financeiro das grandes corporações japonesas desde a década de 1960. Revela-se uma elevação estrutural da capitalização financeira, mesmo nas empresas do Japão, país notadamente voltado para o produtivismo. Assim, a relação entre lucros não operacionais e lucros operacionais tem os seguintes valores mínimos e máximos nas três últimas décadas: 1960-70 (22,9% e 37,5%; 1970-80 (34,9% e 62,5%; 1980-8 (41,1% e 60,4% (Braga, 1993:26)

Admirável Mundo do Trabalho ?
As Metamorfoses do Trabalho Industrial

O novo complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados (cujos principais exemplos são a proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural).

Surge o que podemos denominar um novo (e precário) mundo do trabalho. São novas (e cruciais) provocações do capital para o mundo do trabalho organizado. É a partir daí que emerge uma nova crise do sindicalismo moderno, de cariz estrutural, com múltiplos desdobramentos sócio-históricos (na verdade, é uma crise dos "intelectuais orgânicos" da classe, sindicatos e partidos socialistas, capazes de desenvolver a consciência necessária de classe).

É claro que as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados são resultados de processos sócio-históricos estruturais, de longa duração, de acumulação capitalista. É algo que percorre o século XIX e o século XX.

O que o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar – e impulsionar com maior aceleração histórica – as perversidades da lei geral da acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe). Ele dá novas características à classe dos trabalhadores assalariados – principalmente da classe operária - que tende a surgir, de acordo com o seu "momento predominante" – o toyotismo.

Procuramos salientar, neste capítulo, por um lado, o surgimento de uma nova classe de trabalhadores assalariados (e de uma nova classe operária), de elevado nível educacional e de alta qualificação e, por outro lado, a sua fragmentação em seus aspectos estruturais, vinculada à organização do complexo de produção de mercadorias.

Entretanto, não podemos deixar de salientar, por outro lado, a importância da fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados em seus aspectos étnicos, de gênero, culturais e etários, que se acentuaram nas últimas décadas, impulsionada não apenas pelo complexo de reestruturação produtiva, mas pela mundialização do capital (Ianni, 1994).

Por exemplo, além do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, cresceu a presença de trabalhadores imigrantes, que incrementam os contingentes de subproletários tardios (por exemplo, os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro nero* na Itália). Contingentes de novos excluídos sociais – desempregados estruturais ou subproletários tardios – tornaram-se patentes entre jovens.

É este novo (e precário) mundo do trabalho, que provoca – e exige – novas estratégias sindicais, políticas e organizacionais de sindicatos (e partidos operários), sob pena de levá-los à ruína.

O complexo de reestruturação produtiva impulsionou a diminuição relativa da classe operária industrial, instalada no núcleo central do complexo produtor de mercadorias. Na medida em que ela diminuiu, incorporou novas qualificações, integrando-se mais, sob a lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista (o que se contrasta com a sua propagação precária pelas bordas do complexo produtor de mercadorias).

Por um lado, observamos a interpenetração, cada vez maior, entre função "produtivas" e funções ditas "improdutivas". Ocorre uma re–constituição do "trabalhador coletivo" no interior da produção do capital, ocasionando, por conseguinte, a diminuição (e metamorfose) do trabalho industrial (Lojkine, 1995).

Por outro lado, em termos relativos, desenvolve-se a economia do trabalho vivo, por meio do desenvolvimento crescente da produtividade (e da intensificação) do trabalho, que tende a "enxugar", cada vez mais, a participação dos operários industriais no núcleo do complexo de produção de mercadorias.

Deste modo, surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de "serviços" (vale dizer, um neoproletariado "pós-moderno" com estatutos sociais precários).

1. A Diminuição da Classe Operária Tradicional

A contração da classe operária tradicional, vinculada a velhas indústrias, pode ser detectada, com maior nitidez, em termos estatísticos, principalmente a partir dos anos 80 e noventa – o período de mundialização do capital, quando tende a predominar a lógica da *lean production*. Com a exceção dos EUA, onde o declínio da classe operária tradicional passou a ocorrer a partir de 1965, e com maior nitidez após 1970, o proletariado industrial clássico continuou constituindo uma parcela considerável da PEA (População Economicamente Ativa), cerca de um terço nos principais países capitalistas centrais, pelo menos até 1980 (uma constatação clara nos países da Europa Oriental e em países do Terceiro Mundo, tais como Brasil, México, Coréia, etc., em rápida industrialização) (Hobsbawn, 1995:297).

Na verdade, é a partir da nova crise do capital, sob o impulso das políticas neoliberais e do complexo de reestruturação produtiva, que a classe operária industrial declina nos principais países capitalistas:

> Entre 1973 e fins da década de 1980, o número total de pessoas empregadas na manufatura nos seis velhos países industriais da Europa caiu 7 milhões, ou cerca de um quarto, mais ou menos metade dos quais entre 1979 e 1983. Em fins da década de 1980, enquanto as classes operárias nos velhos países industriais se erodiam e as novas surgiam, a força de trabalho empregada na manufatura estabilizou–se em cerca de um quarto de todo o emprego civil em todas as regiões desenvolvidas ocidentais, com exceção dos EUA, onde a essa altura estava bem abaixo de 20%. (Hobsbawn, 1995:299)

O complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo surto de concorrência capitalista no mercado mundial, tende cada vez mais a reduzir o proletariado industrial clássico.[1] Procura-se alcançar a competitividade no mercado

planetário, não apenas através do crescimento da produtividade do trabalho, por meio da automação de linhas produtivas, precedida de re–engenharia e *downsizing*, como pré-condições para instaurar a lógica do toyotismo – ou da *lean production* (o que parece predominar a partir nos anos 90 no cenário mundial), mas, principalmente, através da relocalização industrial.

Desde meados dos anos 70, ocorre uma nova divisão internacional do trabalho, que conduziu a uma nova composição do proletariado nos principais países capitalistas desenvolvidos, acirrando algumas tendências estruturais que apontavam para a diminuição da classe operária industrial. A "desindustrialização" de importantes países capitalistas como os EUA, Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha decorre, de certo modo, dos movimentos de relocalização industrial. Muitas indústrias tradicionais mudaram-se para países do Terceiro Mundo de industrialização tardia – por exemplo, produtos têxteis, roupas e calçados migraram em massa (Froebel, Heinrichs e Kreye, 1980).

As novas indústrias que se desenvolveram nos países capitalistas centrais tendem a possuírem um novo perfil produtivo (e tecnológico), com uma nova classe operária industrial, reduzida e desconcentrada, onde se verifica, de modo claro, a interpenetração entre o "material" e o "informático", onde o operário industrial central tende a ser mais qualificado e polivalente. No bojo da nova classe operária industrial se desenvolve um operário industrial periférico, um subproletariado tardio, de estatuto salarial precário.

Por outro lado, nos países do Terceiro Mundo industrializado como o Brasil, a classe operária ainda mantém, pelo menos até os anos 80, uma presença significativa nas indústrias. Entretanto, em virtude da mundialização do capital, as empresas, conglomerados e corporações transnacionais no

Terceiro Mundo, como é o caso da indústria automobilística, tendem a adotar, cada vez mais, em maior ou menor proporção, os mesmos padrões tecnológico–organizacionais do centro capitalista. O complexo de reestruturação produtiva que atinge o Terceiro Mundo tende a debiltar o mundo do trabalho, (re) constituindo – ou meramente extinguindo – através da desindustrialização, os pólos de modernidade industrial, instaurados na época da industrialização emergente.

Os imperativos da competitividade mundial exigem das corporações transnacionais, os verdadeiros agentes da mundialização do capital, seja nos países capitalistas centrais, seja nos países do Terceiro Mundo, uma *lean production*, que tende a conduzir à redução de pessoal empregado na indústria. Ao lado da introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção, em escala mundial, passa-se a adotar um processo intensivo de racionalização produtiva, incorporando os princípios do toyotismo (Shaiken, 1990).

2. O Novo Estranhamento Operário

O proletariado industrial se reduz e, na medida em que se reduz – e não quer dizer que se extinga por completo – assume uma nova forma, adequada à nova materialidade do capital. Ele se complexifica, se heterogeneiza, sofre um processo de diferenciação interna – com um centro e uma periferia interna à estrutura da classe operária, onde se interpenetram produção e serviços interiores à produção do capital (Lojkine, 1993).

Por conseguinte, ocorrem mudanças fundamentais na natureza do trabalho industrial, no fazer (e saber) do operário industrial, que se traduzem numa forte diferenciação dos estatutos, salários, condições e interesses imediatos dos operários, com impactos nada desprezíveis sobre a consciência

contingente de classe (o que explica um dos aspectos da crise do sindicalismo, em sua dimensão político–ideológica).

Na verdade, o que ocorre é a constituição de um novo modo de *existência* do trabalho assalariado que não elimina o seu *ser* como constituinte do antagonismo estrutural do capitalismo - as relações estruturais da sociedade capitalista permanecem fundamentalmente a mesma (Mészaros, 1993:91).

De certo modo, o toyotismo, o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva, através de seus vários dispositivos organizacionais (e institucionais), tais como o *just-in-time/kanban* (que exige, por exemplo, um operário industrial polivalente), apenas impulsiona – e desenvolve – as metamorfoses da classe operária. Por isso, apesar de não podermos considerar o toyotismo como a causalidade central das metamorfoses do operário industrial (vinculadas às próprias determinações, de longa duração, do desenvolvimento da grande indústria), ele, com certeza, contribui para que elas ocorram, com maior intensidade e amplitude, dotando-as da nova lógica de racionalização do trabalho.

A partir daí, ocorre uma cisão na estrutura da classe operária, entre seu núcleo produtivo, constituído pelos operários "polivalentes", com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o subproletariado tardio, que são incorporados à periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores. Temos, portanto, a tendência de constituição de um mercado de trabalho "dual", adequado à lógica do toyotismo.

Com respeito ao conteúdo do trabalho industrial no pólo central da classe operária, ele tende a perder sua materialidade, a desmaterializar–se e a intelectualizar-se (ou

o que Lojkine diria “interpenetrou–se com os ‘serviços’”). As funções de organização tendem a predominar sobre o trabalho manual:

> O homem já não transforma, nem conforma objetos materiais, mas sim vigia operações em uma tela, programa–as e, em caso de necessidade, repara ou ajusta as máquinas que efetuam o trabalho manual. (Gorz, 1990, 28).

É claro que o *trabalho vivo* continua indispensável, mas o que ocorre é que, sob a *pós-grande indústria* – termo utiizado por Ruy Fausto para caracterizar a etapa da organização da produção material do capital em que predominam as novas tecnologias microeletrônicas na produção – o operário polivalente aparece cada vez mais como um *servidor* de um “sistema de máquinas”. Nesse caso, o operário passaria de um guardião que está a serviço da máquina, de um mero vigia da máquina, de um *apêndice* do “sistema de máquina, como na grande indústria, para um guardião que tem por objeto a máquina.[2]

Entretanto, sob a pós-grande indústria *não* desaparece a subordinação material do trabalho ao capital. Pelo contrário, se restabelece uma nova oposição entre o indivíduo e o processo material (o que implicaria considerar o surgimento de um novo estranhamento). A subsunção real do trabalho ao capital assumiria um novo sentido – é a subordinação formal-intelectual (ou espiritual). Deste modo, as novas tecnologias microeletrônicas na produção, objeto de trabalho da nova classe operária sob a pós-grande indústria, permaneceriam operando no interior de um processo de trabalho sob o comando do capital. O que implica em dizer que a negação do trabalho vivo operada durante a subsunção real não é absoluta (ele – o trabalho vivo – não se torna meramente uma coisa supérflua). Pelo contrário, sob a subsunção real,

como observamos, tenderia a ocorrer a própria reposição da subordinação formal, com a instauração de uma oposição de novo tipo entre o indivíduo e as condições objetivas de produção (não mais uma *oposição plena,* como ocorria sob a grande indústria, mas uma *oposição não plena*, tal como ocorria na manufatura - o que pode tornar mais complexo a constituição de uma consciência necessária de classe).

É a persistência do *trabalho vivo* no interior de um processo de produção sob o comando do capital que explica, deste modo, o desenvolvimento do impulso à racionalização do trabalho na era da grande indústria (e da pós-grande indústria), seja com o taylorismo/fordismo, seja com o toyotismo. Por isso, se sob a grande indústria ocorria o que Fausto denomina uma *subordinação formal-material*; na pós–grande indústria, surgiria uma *subordinação formal-intelectual (ou espiritual)* do trabalho ao capital, caracterizada pela nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital (vale salientar que elas ocorrem no interior da subsunção real, sendo, portanto, desdobramentos, no plano da forma, da subordinação real do *trabalho vivo* ao *trabalho morto*).

Deste modo, sob a pós-grande indústria, tende a ocorrer a reposição do estranhamento capitalista. Surge um "estranhamento pós-fordista" que permaneceria ainda na relação entre o operário e o produto do trabalho, na medida em que a concepção do produto e a própria decisão de produzi-lo ainda lhe são estranhas (uma *oposição não plena* entre o indivíduo e as condições objetivas, características da manufatura).

Mas o novo estranhamento ocorre não apenas entre *o operário polivalente e o produto de seu trabalho*, mas ainda, embora de maneira tênue, entre *o operário e o processo de trabalho*, intervertido em processo de produção, pela persistência, em seu interior, de uma "rígida" divisão do trabalho, principalmente entre o "bureau" executivo, que toma as

decisões estratégicas, e os operários de base, que dominam os detalhes operacionais.

O operário polivalente do toyotismo permanece ainda, e mais do que nunca, à mercê do processo de valorização. Ainda que os novos operários polivalentes possuam um alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, tornando-se "guardiães" da máquina, mantendo-se ao lado do sistema de máquinas e não submetidos a ela (como na grande indústria), eles ainda permanecem ligados a um trabalho "estranhado", pois a lógica do capital os impede de controlar o processo produtivo, no sentido geral de estabelecer e autodeterminar os objetivos de suas atividades produtivas (o que surge, através de seus resultados contingentes, como sendo uma irracionalidade social que contrasta com a racionalidade intrafirma). É um aspecto do novo estranhamento sob o toyotismo. É isso que determina o tipo de vínculo de dominação do capital sob a pós-grande indústria (é por isso que o toyotismo tende a operar a hegemonia do capital a partir da fábrica "racionalizada").

Deste modo, quanto mais a transição para a pós-grande indústria desenvolve, no local de trabalho, para os operários vinculados ao núcleo produtivo, uma maior autonomia e poder de decisão sobre os detalhes operacionais (e instrumentais) do processo produtivo, mais as decisões cruciais da atividade produtivas – as decisões estratégicas sobre os objetivos e a alocação de recursos produtivos – se concentram no "bureau" estratégico do capital. É isto que os dispositivos organizacionais – e institucionais – do toyotismo procuram "ocultar": o novo caráter do estranhamento, através da captura da consciência operária pela lógica do capital no interior do processo produtivo.

A concentração do capital, incrementada devido as novas condições da concorrência capitalista, cresceu no plano mun-

dial, enquanto as principais decisões estratégicas da atividades produtivas capitalistas, que afetam bilhões de homens e mulheres em todo o mundo, permanecem concentradas nas mãos de lideranças governamentais e grandes empresas – o “oligopólio global”, como diria Chesnais. Portanto, é mais uma contradição intrínseca à lógica do capital que, sob a era da mundialização, assume um patamar superior.

Na verdade, como salientamos, a *captura da consciência afetiva–intelectual do trabalho vivo*, a busca contínua do consentimento operário, do seu envolvimento com a lógica da produção do capital, tal como é posto sob o toyotismo, é uma necessidade “técnica” – e não apenas política - da pós–grande indústria. A organização do trabalho vivo, ou a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, é tão necessária para a pós-grande indústria, como a própria organização do novo “sistema de máquinas” (apesar de ocorrer, é claro, uma desproporção quantitativa – e qualitativa – entre trabalho morto e trabalho vivo).

Portanto, apesar da redução numérica da classe operária no núcleo central da produção do capital, o seu papel de “guardião” da máquina – e não apenas “suporte”, tal como na grande indústria – demonstra *a centralidade insuprimível da força de trabalho*, comprovada pela desproporção entre o peso quantitativo do trabalho vivo e o arsenal crescente de dispositivos organizacionais (e institucionais) voltados para a manipulação do consentimento operário (que é o cerne do toyotismo, tal como temos salientado).

Notas

1 Os dados estatísticos nos principais países capitalistas centrais, apresentados a partir dos anos 90, são mais impressionantes. Por exemplo, atualmente, menos de 17% da PEA, está empregada no setor industrial nos EUA. Entre 1981 e 1991, sob a “década neoliberal”, mais de 1,8 milhões de empregos na indústria desapareceram nos EUA. Mas, inclusive na Alemanha, entre 1992 e

1993, os capitalistas industriais - seguindo a lógica da economia de trabalho vivo e da intensificação do trabalho (intrínsecos à *lean production*) - eliminaram mais de 500 mil empregos apenas em um período de 12 meses. As projeções de alguns analistas sociais são mais radicais. Por exemplo, segundo um estudo da Federação Internacional dos Metalúrgicos em Genebra, citado por Refkin, dentro de 30 anos, menos de 2% da atual força de trabalho em todo o mundo "será suficiente para produzir todos os bens necessários para atender a demanda total." (Rifkin, 1996:8,9).

2 Um caso extremo de metamorfose do trabalho industrial é a unidade produtiva da Fujitsu Fanuc, onde há robôs que produzem robôs. Mais de 400 robôs funcionam durante 24 horas; os operários, cujo número não chega a 400, trabalham só de dia. Se fossem utilizados métodos tradicionais para se obter a mesma produção nessa fábrica, necessitariam de dez vezes mais de operários e de uma soma de capital dez vezes superiores. Em média, a cada mês estragam-se oito robôs e a tarefa dos operários consiste principalmente em prevenir e reparar os danificados. A carga de trabalho dos operários é descontínua e imprevisível. Além dos 400 operários que possui nas oficinas, a Fujitsu Fanuc emprega 1.700 pessoas nos trabalhos de pesquisa, administração e comercialização (Gorz, 1990)

7

A Fragmentação de Classe
Desemprego Estrutural e Trabalho Precário

O processo de "fragmentação sistêmica" do circuito de produção de mercadorias, em nível intrafirma ou entre empresas, conduzido pelo toyotismo, promove uma série de impactos decisivos na estrutura de classe. Surge o que denominamos fragmentação de classe, cujos principais aspectos sociais são o desenvolvimento, por um lado, de uma subproletarização tardia, e, por outro, do desemprego estrutural.

Estamos diante, portanto, de uma das principais características do novo perfil do mundo do trabalho sob a mundialização do capital, que coloca novas provocações para o trabalho assalariado organizado. Como diria Marx, "hic Rhodus, hic salta".[1]

1. Desemprego Estrutural e Novo Lumpenproletariado

Se, por um lado, sob a mundialização do capital, ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, com a particularidade da redução e metamorfose da classe operária tradicional, do crescimento dos assalariados dos "serviços"

e da proliferação do trabalho assalariado "precário", ou dos subproletariado tardio; por outro lado, instaura–se, como um componente contraditório do desenvolvimento capitalista, o crescimento do desemprego estrutural, com a constituição de um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas.

No plano contingente, o processo de (re)constituição do mundo do trabalho, sob a mundialização do capital, é percebido como uma "desordem do trabalho" (Mattoso). Mas, a "desordem do trabalho" é tão-somente a determinação reflexiva da "nova ordem do capital", sob o complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelas políticas neoliberais.

É preciso salientar que ocorre uma alteração conceitual importante – o novo desenvolvimento do capitalismo mundial impõe um novo sentido à categoria de população trabalhadora "excedente" (utilizado, por exemplo, por Marx, em *O Capital*). Diz ele:

> ...a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando–se, desse modo, excedente. (Marx, 1983: 731)

Sob a mundialização do capital, ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria de "população trabalhadora excedente", capaz de expressar a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital na produção.

O que antes poderia ser considerado "trabalhadores assalariados excedentes", sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós–grande indústria, sob a

mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, "população trabalhadora excluída". O "excedente" interverte–se em "excluído". Deste modo, surgem os novos excluidos da "nova ordem capitalista", que são as massas de desempregados (e subproletários) do sistema de exploração do capital, em decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho, cuja impossibilidade real de serem incluídos pela "nova ordem capitalista" aparece, no plano contingente, meramente como índices do desemprego estrutural (ou ainda da subproletarização tardia) (Forrester, 1996).

Constatamos, de modo claro, o crescimento da produção industrial, sob os auspícios do complexo de reestruturação produtiva. Entretanto, ele ocorre sem o incremento do emprego (é o denominado *jobless growth,* que surge, seja nos países capitalistas centrais, seja no Terceiro Mundo industrializado). Na verdade, o imperativo do capitalismo mundial é, cada vez mais, introduzir novas tecnologias microeletrônicas e novos padrões organizacionais vinculados à lógica do toyotismo (a *lean production*), não apenas na indústria, mas no setor de serviços (inclusive os vinculados à reprodução social), que tendem a não possuir mais a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados que estão a procura de empregos.

O predomínio da financeirização da riqueza, uma das determinações intrínsecas à mundialização do capital, impulsiona o processo de valorização na perspectiva da redução do *trabalho vivo* como estratégia de rentabilidade acionária.

As políticas neoliberais tendem a promover a desigualdade social como virtude de um novo patamar de acumulação e alocação de riqueza (o que demonstra que, antes de ser um mero problema macroeconômico, o desemprego é, antes de tudo, um artefato político neoliberal) (Forrester, 1997; Meneleu, 1996).

2. A Subproletarização Tardia

A subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. Ela surge não apenas em setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas, principalmente, em setores modernos da produção capitalista. Esta é a sua particularidade histórica: ela é decorrente da cisão da classe no interior de seu pólo mais desenvolvido (e organizado).

Deste modo, o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam "informalização" nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado).

O subproletariado tardio é uma parcela importante do "proletariado pós–industrial", um "equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, oprimido e empobrecido" (o que Gorz denomina, por exemplo, "proletariado pós-industrial", é constituído não apenas pela subproletarização tardia, mas pelos desempregados estruturais) (Gorz, 1992). Ela é tão importante para a nova ordem do capital quanto o desemprego estrutural. Na verdade, é um aspecto dissimulado da nova exclusão social, do qual o desemprego estrutural é sua fratura exposta (muitas vezes, a discussão da *quantidade* de empregos sobrepõe-se à da *qualidade* dos novos postos de trabalho, ocultando, portanto, o problema da subproletarização tardia como um dos maiores problemas do mundo do trabalho no limiar do século XXI).

A nova precariedade do trabalho assalariado – a subproletarização tardia – é adequada à lógica da acumulação

flexível. É um componente estrutural de um novo complexo do trabalho que se instaura no bojo do mundo “moderno” do trabalho. Este – o mundo “moderno” do trabalho – é caracterizado por um “centro” produtivo, constituído pelos assalariados em tempo integral, com vínculos permanentes e essenciais para a continuidade, a longo prazo, da organização capitalista:

> Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. (Harvey, 1993, 144)

Uma parte do “núcleo” de assalariados é subcontratada: são trabalhadores avulsos, mesmo para funções de alto nível (que vão, por exemplo, dos projetos à propaganda e à administração financeira), tendo em vista os custos potenciais da dispensa temporária em períodos de recessão, mantendo-se, portanto, apenas um pequeno “núcleo” central de gerentes. Por outro lado, o que poderíamos denominar “periferia” do complexo de produção do capital, seria o receptáculo da subproletarização tardia, possuindo dois subgrupos distintos. Uma parte deles seria constituída pelos

> ...empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. (Harvey, 1993: 144)

Estes trabalhadores assalariados possuiriam menos oportunidades de carreira e se caracterizariam por uma alta taxa de rotatividade. Outra parte deles seria constituída por uma parcela de trabalhadores assalariados em tempo parcial, com

ainda menos segurança no emprego, e que possuiriam uma maior “flexibilidade numérica” – um eufemismo para caracterizar uma maior disponibilidade para ser explorado pelo capital – e que seriam constituídos pelos empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinando com subsidio público. Esses são os núcleos da subproletarização tardia, com um crescimento importante nos últimos anos:

> A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. (Harvey, 1993:144)

O que é diruptivo é o fato de essa cisão do mundo do trabalho ocorrer em seu pólo “moderno”, onde se constituiu um potencial de organização da classe. É a partir daí que são instaurados os verdadeiros pressupostos da crise do sindicalismo moderno.

A rigor, a idéia de uma “sociedade dual” é errônea, visto que, no caso do novo complexo do trabalho, a “dualidade” entre “centro” e “periferia” de produção do capital ou “privilegiados” e “precarizados” do trabalho oculta uma contradição real: sob a lógica do capital, os altos salários precisam dos baixos salários. Além disso, a idéia de um núcleo central “privilegiado” do trabalho assalariado é um mito, pois, como observa Brunhoff, todos são afetados pela crise, “a parte ‘protegida’ do mercado de trabalho, ela própria, fica desestabilizada quando há milhões de desempregados” (ou ainda, exercendo um trabalho precário) (Brunhoff, 1986: 89)

Portanto, o que se observa é que, sob a mundialização do capital, com a exacerbação da concorrência capitalista, desenvolveu–se num novo patamar histórico, uma “cisão”

do mercado de trabalho, sob a posição plena do imperativo da flexibilidade (com impactos decisivos na solidariedade de classe).

A lógica do toyotismo, o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva, impulsiona – com a noção de "fábrica mínima", ou de *lean production* – o desenvolvimento de um complexo de pequenas empresas de fornecedores e subcontratadas, onde o contrato social de trabalho é precário, ou não possui o mesmo estatuto social da empresa principal.

O aumento da *subcontratação* é um indicativo da subproletarização tardia, uma vez que a precariedade do emprego e do salário é o que caracteriza, de certo modo, a condição do trabalho assalariado nas pequenas unidades produtivas que circulam na órbita das corporações transnacionais (por exemplo, no Japão, uma parcela considerável da classe dos trabalhadores assalariados, cerca de 2/3, pertencem a tais pequenas empresas subcontratantes e fornecedores, sem possuírem as mesmas vantagens e benefícios dos assalariados das grandes empresas).

Não obstante o fato de que as corporações industriais sempre precisaram das pequenas empresas, como se observa com a proliferação da subcontratação, onde o espírito do toyotismo impulsiona novos estilos de acumulação capitalistas, a utilização das pequenas empresas tornou-se uma estratégia de organização industrial voltada para o controle de trabalho e de emprego, adequada à nova época de crise de valorização do capital, onde a instabilidade perpétua impõe a constituição, pelas corporações transnacionais, de um "colchão" de pequenas empresas capazes de amortecer as inconsistências dos mercados. É um componente decisivo para instaurar um novo patamar de flexibilidade do capital num cenário de crise de valorização e de concorrência planetária.

Notas

1 "Aqui está Rodes, salta aqui!" - Esta frase é tirada de uma das fábulas de Esopo: Um fanfarrão gabava-se de ter testemunhas para provar que havia certa feita executado um notável salto em Rodes, tendo recebido a seguinte resposta: "Para que citar testemunhas, se é verdade? Aqui está Rodes. Agora salta!". Em outras palavras: Mostra aqui mesmo, na prática, o que és capaz de fazer!. Ou seja, o movimento operário terá que mostrar, na prática, o que é capaz de fazer com aquilo que o capital em processo fez dele.

8

Perspectivas Políticas do Novo(e Precário) Mundo do Trabalho

Uma série de analistas sociais destacam o desemprego como sendo o principal problemas do mundo do trabalho no limiar do século XXI. É a partir daí que surgem, por exemplo, as reflexões sobre a "perda da centralidade do trabalho" e a consituição de "sociedades pós-industriais". Inclusive, admitem a possibilidade da instauração de uma "sociedade do tempo livre" (tais análises sociológicas tendem a desprezar as injunções estruturais do *sistema metabólico do capital)*.

Das elucubrações teóricas de Gorz e Offe, nas décadas de 70, até a de Rifkin, Kurz e De Masi, nos anos 90, a ênfase é sobre um mundo do trabalho desconstituído e negado no interior do próprio desenvolvimento capitalista. Seria como se o próprio capital em processo tendesse a negar os próprios fundamentos de sua valorização (uma *tendência* que é vista, por eles, como sendo uma *realidade efetiva*).[1]

Assim, ao salientarem a *centralidade do desemprego estrutural*, como o maior (e mais relevante) problema do capitalismo mundial, eles deduzem, a partir daí, que o *mundo do trabalho* perdeu o seu lugar no projeto de emancipação social e histórica.

De certo modo, os *teóricos do desemprego estrutural* tendem a incorporar, uns mais do que outros, uma perspectiva estagnacionista do capitalismo mundial. É o caso, por exemplo, de Robert Kurz que salienta a incapacidade do capital em continuar desenvolvendo o processo de modernização. O mundo do desemprego seria, deste modo, a comprovação sócio-histórica do "colapso da modernização". Portanto, não seria mais a partir do processo de modernização e de seu substrato material – o mundo do trabalho - que poderia se constituir, de modo revolucionária, uma nova sociedade para além do capital. O mundo do trabalho não seria mais um "ponto de apoio" para a revolução social. Segundo Kurz, seria necessário constituir novos sujeitos revolucionários capazes de resgatar a utopia social (tal como Rifkin, e muitos outros, Kurz parece identificar os novos sujeitos sociais no "terceiro setor", isto é, algo para além do mundo do trabalho).

É claro que o desemprego estrutural é um dos problemas cruciais da nossa época, sendo, inclusive, objeto de discussão de intelectuais e políticos dos mais diversos espectros políticos e ideológicos. Entretanto, o que poderemos destacar é que, além do desemprego estrutural, que aparece como sendo o estigma da civilização do capital, surge (e se desenvolve) algo que não nega propriamente o mundo do trabalho, mas pelo contrário, o re-afirma cada vez mais, ou seja, surge uma *nova classe de trabalhadores assalariados*, um neoproletariado tardio caracterizado, por um lado, por uma nova classe de trabalhadores assalariados – operários e empregados altamente qualificados, e por outro lado, por uma classe trabalhadora precária, ampliada e multifacética, objeto

de intensa exploração capitalista. Este é o perfil do novo proletariado tardio, a nova (e precária) classe dos trabalhadores assalariados. É sobre ela que devemos nos debruçar.

Procuraremos destacar no vasto *mundo do trabalho* que surge no limiar do século XXI, o que poderíamos denominar de *subproletários tardios*, a massa de jovens, mulheres e homens, muitos deles imigrantes, das mais diversas etnias, que vivem situações de trabalhos precários, completamente à margem da organização política e sindical da classe.

1. Negação e Afirmação do Trabalho

Na medida em que se reproduz, o sistema do capital não apenas impulsiona e desenvolve, até um certo ponto, a promessa de *"negação" negativa do trabalho*, que aparece, em sua dimensão contingente, como desemprego estrutural, mas impulsiona e desenvolve, com uma amplitude planetária, a *promessa da mercantilização universal do trabalho humano*, expressa através do desenvolvimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, diversificado e complexificado.

O movimento do capital, que é a própria "contradição viva", tende a desenvolver cada vez mais as bases materiais da própria *negação "positiva" do trabalho*, através do constante aumento da produtividade da força de trabalho.

Pela primeira vez na história humana, em virtude dos avanços da produtividade do trabalho, pode-se abolir a escassez. Por exemplo, a redução constante da jornada de trabalho poderia fazer com que o *tempo de vida* se tornasse cada vez mais *tempo de não-trabalho* (no sentido de trabalho estranhado), ou ainda, *tempo de fruição humana*.

Entretanto, por si só, sob o sistema metabólico do capital é impossivel converter o tempo de não-trabalho em tempo de

fruição humana. Na sociedade capitalista a riqueza produzida tende a ser apropriada para a *acumulação de mais valor* e não para o desenvolvimento do *tempo livre* da força de trabalho. Portanto, a negação da escassez tende a se interverter em "produção destrutiva" (utilizando a expressão de Mészáros). Por isso, o capitalismo nunca poderá cumprir a promessa da emancipação humana do "labor" cotidiano. A crescente produtividade do trabalho tende a conduzir não à redução do tempo de trabalho, mas pelo contrário, ao desemprego estrutural, à utilização decrescente da força de trabalho humana, à generalização do desperdício social.

Na medida em que se desenvolve o sistema do capital, percebemos que o *tempo de vida* tende cada vez mais a ser reduzido a *tempo de atividade estranhada* (a prova empírica é a proliferação do mundo do trabalho precário). É uma injunção da lei do valor e da própria lógica estrutural do "sujeito" capital. Estamos diante, portanto, de uma *"negação" negativa do trabalho*.

Por outro lado, a base social de valorização do capital tende a ampliar-s, re-construindo a lógica da mercadoria nas mais diversas atividades humanas. Aprofunda-se um processo social apreendido por Marx no "Manifesto Comunista" de 1848. Isto é, o capital tende a "criar um mundo à sua imagem e semelhança". É um mundo social perpassado por intensos paradoxos (e contradições).

Por exemplo, na medida em se desenvolve o *desemprego estrutural* e o *trabalho precário*, que parecem indicar a necrose social da lógica capitalista-mercantil, impulsiona-se, por outro lado, o *mundo dos pequenos negócios*, um imenso campo de reprodução ideológica (e material) do espírito da produção de mercadorias (apontado, inclusive, pelos ideológos da burguesia, como sendo uma das saídas para o desemprego estrutural).

A constituição de uma rede complexa de pequenos negócios na área de indústria e serviços ocorre, por ironia, mas não por acaso, sob a era dos "oligopólios globais". Na verdade, a rede de pequenos negócios é um novo modo de reconstituir as hierarquias capitalistas e instaurar novas formas de transferência de valor para os conglomerados transnacionais.

A partir daí, diante da realidade candente de contradições societárias, se desenvolve um processo de subproletarização tardia que perpassa – e implode, inclusive - os limites tênues entre indústria e serviços. Em nossos dias, a grande indústria torna-se universal, aparecendo inclusive, no seu pólo mais desenvolvido, como "pós-grande indústria" (Fausto) ou "supergrande indústria" (Haddad), dominando, portanto, todas as atividades humanas.

Com a mundialização do capital, realiza-se a promessa da modernidade como uma "imensa acumulação de mercadorias", que circulam agora 24 horas por dia. Por exemplo, até 2005, todo o comércio mundial deverá estar operando 24 horas por dia. Estudos norte-americanos mostram que essa é uma tendência. Nos Estados Unidos, muitos supermercados já abrem dia e noite. Os próximos serão os bancos e, em seguida, o comércio. Diante da *crise estrutural de superprodução*, os capitalistas só possuem uma preocupação: *vender*. Para isso, exacerba-se a manipulação das *subjetividades estranhadas* cada vez mais imersas no fetichismo das mercadorias.

A promessa da *mercantilização universal do trabalho humano,* e, por conseguinte, de um novo salto de proletarização global, da indústria e dos serviços em geral, anuncia o vigor de uma nova era do capital, caracterizada pela barbárie planetária, tendo em vista que, não nos esqueçamos, o capital, deixado por si só, tal como ocorre nos tempos neoliberais, tem como objetivo tão-somente a valorização do valor e não a satisfação das necessidades humanas e sociais. Deste

modo, mais do que nunca, o capital persiste em expandir-se, explorando (e reproduzindo a exploração) em bases sociais mais amplas, da força de trabalho humana.

2. O conteúdo oculto do "sucesso" da economia dos EUA nos anos 90

As bases objetivas (e materiais) da expansão capitalista são postas, de modo pleno, a partir da própria constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho que tende a crescer e assumir uma dimensão global. A *superexploração do trabalho*, um conceito comumente utilizado para a periferia capitalista, tende a assumir plena efetividade no próprio centro capitalista.

De certo modo, é isso que explica o sucesso aparente do crescimento da maior economia do mundo capitalista: os EUA, onde nos anos 90, a taxa de desemprego mantém-se abaixo de 5%. Na verdade, o que Krugman anuncia como "pleno emprego", ocultaria apenas, como observou Forrester e outros, a *ampliação do mundo do trabalho precário*[2].

Por exemplo, o número de *empregos temporários* nos EUA, entre 1980 e 1997, cresceu 500%. Hoje, cerca de 25% dos quase 130 milhões de trabalhadores nos EUA têm *empregos de tempo parcial*. Além disso, como salientam vários economistas, o salário médio no país diminuiu cerca de 20% nos últimos 25 anos, com o conseqüente aumento do fosso entre ricos e pobres[3].

Uma parcela significativa da produtividade responsável pela expansão da economia dos EUA nos anos 90 decorre do aumento de horas trabalhadas. Diz Lawrence Mischel, vice-presidente do *Economic Policy Institute* (EPI), uma entidade liberal privada: "A maior parte dos ganhos na economia dos EUA vem do aumento do número de horas trabalhadas, não

da elevação dos salários por hora". Ele observa ainda que as horas extras criaram novas tensões entre trabalhadores e empresas, já que muitas delas terceirizam alguns serviços para escapar ao pagamento extra, além das 40 horas legais.

O EPI identificou ainda que os casais de classe média nos EUA, isto é, os casais da classe trabalhadora (operários e empregados) trabalharam nos anos 90, em média, 3.335 horas por ano, ante 3.200 horas na década anterior e pouco mais de 3 mil horas na década de 70. Na prática, isso significa *um aumento de oito horas na semana de trabalho* desde 1979, principalmente por causa da incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Até o fim da década de 70 as mulheres que aceitavam empregos fora do lar trabalhavam apenas meio período ("Hora extra deu novo impulso à economia dos Estados Unidos", *O Estado de São Paulo*, Caderno de Economia, 7 de setembro de 1999)

A mudança de foco da economia, do setor industrial para o setor de serviços, é parcialmente responsável pelo aumento das horas trabalhadas, tendo em vista que prestadores de serviço não têm a "cultura do horário", como no setor industrial. No ramo da informática, principalmente no setor de criação de software, por exemplo, o trabalho gira em torno de um projeto com prazo de entrega definido, o que muitas vezes exige 90 horas semanais de trabalho, até sua conclusão (as empresas do ramo de alta tecnologia tiveram nos anos 90 elevadissimas valorizações de suas ações em *Wall Street*, sendo as responsáveis pelo sucesso da economia capitalista americana nesta década).

Portanto, o próprio conteúdo oculto da "nova economia" dos EUA, centrado nas novas tecnologias e na Internet, é o aumento da superexploração da força de trabalho, com a constituição de *uma nova articulação entre mais-valia absoluta (o prolongamento e a intensificação do trabalho) e mais-valia*

relativa (a introdução de novas tecnologias informáticas e telemáticas) no país capitalista mais avançado do mundo.

Os EUA foi o país capitalista avançado que mais cresceu nos anos 90, diante da letargia da Europa Ocidental e da "crise rastejante" do Japão. É considerado pelos oligopólios mundiais - e pela mídia dominante - o exemplo da *civilização do capital* no limiar do século XXI, uma civilização do capital cada vez mais baseada na superexploração do trabalho humano, expressa através da constituição ampliada de um novo (e precário) mundo do trabalho (além, é claro, pela barbarização da vida social e da cultura, dominada pela violência gratuita e pela banalização do sentido da vida).

Portanto, é para o *novo (e precário) mundo do trabalho,* não apenas da indústria, mas principalmente dos serviços, que devemos voltar a nossa atenção, e nele, principalmente para os subproletários tardios, uma fração de classe desprezada pelos *sindicatos fordistas*. É a partir deles – do vasto mundo do trabalho precário - que o sistema do capital tenderá a impulsionar sua expansão. É a nova barbárie social que se constitui através do mundo do trabalho precário que deve ser denunciada. Talvez, amanhã, os índices de desemprego possam até cair, em termos relativos, só que às custas da barbarização da vida social (tal como ocorreu nos EUA nos anos 90).

Deste modo, a luta social deve ser conduzida contra a voracidade do capital que tenta transformar o *tempo de vida* em *tempo de trabalho*, algo que contribuiria tão-somente para a degradação humana. É o que está ocorrendo, hoje, na principal economia capitalista do mundo – vive-se para ser explorado pelo o capital. [4]

3. A tarefa política do século XXI

É claro que o clamor do desemprego é um provocação crucial do capital que ameaça a própria constituição do mundo do trabalho. Ele anuncia a dissolução da promessa de emancipação do trabalho, tendo em vista que, no sentido clássico, para um autor como Marx, por exemplo, a emancipação do trabalho só poderia vir daqueles que são objetos conscientes de exploração do capital – e que apesar disso, preservam sua dignidade moral, instituindo barreiras à voracidade capitalista - e não daqueles que permaneceriam à margem da sociedade salarial, o *lumpen-proletariat*.

Na verdade, a exploração capitalista, em si, teria um sentido civilizatório (santa contradição!) pois é a partir dela que homens e mulheres teriam a possibilidade objetiva da consciência de classe, consciência da própria natureza da exploração do capital, constituindo, através do (e com o) partido da classe, a prévia ideação política e ideológica para a sua emancipação social e política. À classe trabalhadora e sua vanguarda política caberia a tarefa de emancipação humana da civilização do capital. Por isso, o espectro do desemprego massivo implicaria em anunciar a própria dissolução da utopia do trabalho, da revolução social e até mesmo da história (como anunciou Fukuyama).

Entretanto, o novo (e precário) mundo do trabalho, que cresce e se desenvolve numa proporção impressionante desde a década de 70, não estaria anunciando, ao contrário da dissolução da sociedade do trabalho, a afirmação de uma nova sociedade do trabalho, um trabalho precário, superexplorado e imbuído das próprias contradições socio-históricas que contribuíram para constituir movimentos sociais que fundaram as utopias socialistas e revolucionárias ?

Ora, mais do que nunca, a tarefa histórica primordial do século XXI é a aliança política entre *o novo (e precário) mundo do trabalho e os desempregados*. Desde o século XIX, Marx, destacava, como uma necessidade política da classe dos trabalhadores assalariados "o entendimento entre empregados e desempregados", capaz de perturbar o desenvolvimento da lei geral da acumulação capitalista.

Entretanto, uma tarefa prévia é a organização política e sindical do novo proletariado tardio empregado nas indústrias e nos serviços. Perguntemos: por que a mídia – e alguns setores da esquerda socialista - não olham, com cuidado, para este novo "caldo social urbano-industrial" de insatisfação coletiva, de estranhamento universal, que existe sob o precário mundo do trabalho, que parece estar sendo ocultado pelo espectro do desemprego estrutural? Meras manobra (ou cegueira) ideológica para reforçar as ideologias de negação do trabalho? Ou no caso da esquerda socialista, incapacidade de constituir novos projetos político-organizativos (e culturais), capazes de sedimentar uma consciência de classe e organizar, no plano horizontal, um vasto segmentos da classe dos assalariado, tais como jovens, mulheres e homens imigrantes ?

Esta é, para nós, um problema crucial do nosso tempo. É a partir deles, da nova classe operária e dos novos empregados assalariados e, principalmente, dos subproletários tardios, precários, da indústria e dos vários serviços, que devemos pensar o novo patamar de emancipação social.

A tarefa da esquerda revolucionária é, antes de tudo, organiza-los, política e culturalmente. É neles que reside a concepção clássica, matriz das utopias socialistas revolucionárias do século passado, de pensar a revolução social a partir daqueles que são objeto da exploração capitalista e não daqueles que vivem à margem da "sociedade salarial" (os homens e mulheres desempregadas podem, é claro, en-

grossar - e reforçar - a luta revolucionária, mas, por outro lado, como a história tem demonstrado, podem servir como massa de manobra para movimentos neofascistas).

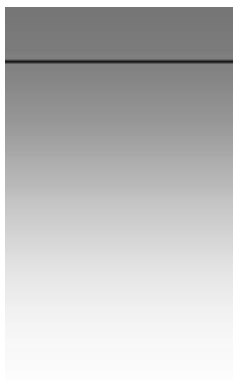
Ao invés do que declara a ideologia dominante, que proclamou, ontem, o "fim da história", e hoje, a democracia como valor global, o próximo século XXI anunciará, pelo contrário, *um novo mundo de contradições sociais* candentes, latente de antagonismos de classe, propicio, portanto, para a agitação (e para movimentos) sociais revolucionários.

Notas

1 André Gorz, "Adeus ao proletariado", Forense editora, 1982; Claus Offe, "Trabalho & Sociedade", v.1, Tempo Brasileiro, 1989; Jeremy Rifkin, "O Fim do Emprego", Makron Books, 1996; Robert Kurz, "O Colapso da Modernização", Editora Paz e Terra, 1993.

2 "Nos Estados Unidos, observa Edmund S. Phelps, o emprego é favorecido em detrimento do salário, enquanto na Europa favorece-se o salário em detrimento do emprego. Talvez. Mas nada, em lugar nenhum, age em detrimento do lucro!" (Viviane Forrester, "O Horror Econômico", editora da UNESP, 1996, p.120)

3 Carlos Eduardo Lins da Silva, "Por que os EUA têm índices tão baixo de desemprego", O Colapso do trabalho, Suplemento Especial, 1 de maio de 1998, *Folha de São Paulo*.

4 Num dos últimos comícios de campanha de 1996, o presidente dos EUA, Bill Clinton, se gabava de terem sido criados 11 milhões de empregos no seu primeiro mandato, quando alguém gritou da platéia: "Só eu tenho três."

Uma Dimensão da Cultura Global : A Internet como arcabouço midiático da era da financeirização

O desenvolvimento do ciberespaço na última década do século XX é um dos resultados da III Revolução Científico-Tecnológica. É um dos importantes avanços no campo da comunicação informatizada, ou telemática, que a partir dos anos 80 contribuiu para impulsionar a mundialização do capital. Uma de nossas hipóteses é que existe uma "afinidade eletiva" entre o avanço do *ciberespaço* e a *lógica da financeirização*, principal característica da nova etapa do capitalismo mundial. A Internet se constituiu no *arcabouço midiático* de uma nova etapa do capitalismo mundial, cuja principal característica é o predomínio da financeirização.

Ao dizermos *financeirização* estamos nos referindo à vigência da plutocracia cosmopolita, à dominação dos mercados financeiros, com sua imensa massa de dinheiro volátil, cujo objetivo primordial é a rentabilidade imediata através de transações com papéis (Braga, 1993).

A lógica do "capitalismo-cassino" não é meramente obra de capitalistas "parasitários" que administram fundos de investimentos e participações, "especuladores" distantes da esfera produtiva da economia capitalista, mas dos próprios capitalistas "produtivos", aqueles que organizam a produção de mercadorias – bens e serviços —, que tendem a se curvar à lógica avassaladora da rentabilidade fictícia. Por isso, um dos maiores sinais da vigência da financeirização é dado pelo fato de que todas as corporações transnacionais, mesmo as tipicamente industriais, têm, em suas aplicações financeiras de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação mundial de riqueza. Deste modo, os departamentos financeiros das corporações transnacionais vêm adquirindo maior importância estratégica que os de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), a ponto de assumirem o perfil de bancos não-bancos, internos às empresas (Braga, 1993).

Na verdade, surgiu nas últimas décadas do século XX um novo modo de definir, gerir e realizar riquezas no capitalismo. Desenvolveu-se um novo regime de acumulação do capital, denominado "regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro" (Chesnais, 1994); ou ainda, denominado por Harvey, "regime de acumulação flexível" (Harvey, 1991).

A elevação estrutural da financeirização como o *novo espírito do capitalismo tardio* tende a promover o *império universal do dinheiro*, com impactos significativos no plano sócio-cultural. Impõem-se, cada vez mais, como um traço da sociabilidade capitalista, a lógica usurária, as regras do

"capitalismo-cassino" (Kurz, 1996).

Existem escassas análises sociológicas a respeito dos impactos do novo espírito do capitalismo tardio – o espírito da financeirização - sobre a dimensão da cultura moderna (um dos mais brilhantes, e raros, ensaios são as análises de Harvey que, no seu livro C*ondição pós-moderna*, vinculou as mudanças culturais que ocorrem em nossa época com um novo regime de acumulação – a "acumulação flexível").

O que tentaremos apresentar neste breve ensaio é a vinculação lógica (e estrutural) entre o novo regime de acumulação capitalista sob a dominância do capital financeiro e a constituição de um novo arcabouço midiático, a Internet, com impactos interessantes na esfera da sociabilidade capitalista.

É do nosso interesse destacar os vínculos estruturais entre a *lógica (e ontologia) da forma-dinheiro*, que se impõe, hoje, sobre todos nós, e a *estrutura lógica (e tecnológica) do novo arcabouço midiático do capitalismo mundial - a Internet*.

Sob a era da financeirização, o que tende a prevalecer é a fórmula geral do capital parasitário: D-D' (o dinheiro que se valoriza conservando a forma dinheiro). Nas últimas décadas do século XX, o capital financeiro fez o mundo socio-cultural do capitalismo tardio a sua imagem e semelhança. Por isso, consideramos que o que veio a denominar-se "ciberespaço" pode ser considerado o arcabouço midiático adequado à era da financeirização. Ele traduz, no campo da sociabilidade capitalista, os principais traços da própria lógica da forma-dinheiro. Consideramos que ela – a Internet — expressa o rebatimento no processo civilizatório capitalista, da forma-dinheiro, tal como tendeu a ser caracterizada por Marx em suas obras clássicas (principalmente *Grundrisse* e *O Capital*).

O ciberespaço como metáfora do dinheiro

O desenvolvimento da informática e da telemática, ou seja, da comunicação informatizada, é uma das principais tendências da III Revolução Tecnológica, atuante há mais de 25 anos (desde os anos 60, como observou Lévy, pioneiros como D. Engelbart e J.C.R. Licklider haviam percebido todo o potencial social da comunicação por meio da rede de computadores) (Lévy, 1998).

O fenômeno da Internet é apenas a "ponta do icerberg" de uma das maiores revoluções da comunicação e da informática que ocorre no final do século XX. A explosão da multimídia decorre de uma grande onda de fundo tecnológico que atinge a esfera da comunicação. Dados, textos, imagens, sons, mensagens de todos os tipos são digitalizados e, cada vez mais, diretamente produzidos sob forma digital. Por outra parte, os instrumentos de tratamento automático – e cibernético – da informação aplicam-se cada vez mais a essas mensagens.

O estabelecimento de conexão telefônica entre terminais e memórias informatizadas e a extensão das rede digitais de transmissão ampliam, a cada dia, um ciberespaço mundial no qual todo elemento de informação encontra-se em contato virtual com todos e com cada um: "o atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas" (Lévy, 1996).

No final dos anos 80, *pari passu* à "explosão" da financeirização, ao lado do "extraordinário desabrochamento e transformação dos mercados financeiros" (Harvey), os PC's – *personal computer* (computadores pessoais), tornaram-se mais potentes e fáceis de utilizar, difundindo-se cada vez mais e diversificando-se o seu uso. Ao mesmo tempo, assistiu-se a um processo sem paralelo de interconexão de redes,

que haviam de inicio crescido isoladamente, e assistiu-se crescimento exponencial dos usuários da comunicação informatizadas (Castells, 1999).

É a partir daí que constituiu-se o que veio a ser denominado de ciberespaço, a expressão palpável da "contração espaço-tempo"(Harvey). Surgiu uma cultura midiática que tendeu a reproduzir, em suas estruturas lógica (e tecnológica), as próprias características do "sujeito" impulsionador da nova etapa do capitalismo mundial – o capital-dinheiro.

Certo pesquisador do MIT observou que "a Internet é a metáfora de Deus". Nós dizemos, pelo contrário, que *a Internet é a própria metáfora do dinheiro*. O ciberespaço aparece, deste modo, como o "meio" técnico adequado à nova cultura da financeirização cosmopolita. Uma homologia estrutural entre instrumentos midiáticos e etapa de desenvolvimento capitalista pode ser verificado, por exemplo, numa observação de Adorno e Horkheimer, no livro *Dialética do esclarecimento* (1944), a respeito do rádio e telefone na era do capitalismo liberal. Além disso, a relação entre recursos tecnológicos e modo de reprodução social surgiu na análise materialista de Marx, quando vinculou, de algum modo, a máquina a vapor com o capitalismo industrial.

Ciberespaço e forma-dinheiro

Através da formula geral do capital, apresentada por Marx – D-M-D' – é possível perceber peculiaridades importantes do *capital-mercadoria* e do *capital-dinheiro*. Enquanto que o capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando o lucro: portanto, significando concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções; o capital-dinheiro (D) significa, por outro lado, liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha

(Arrighi, 1993). Essas são as características constitutivas do capital-dinheiro, mas são, outrossim, as características intrínsecas do ciberespaço.

O ciberespaço, enquanto reflexo midiático da era do capital financeiro, incorpora os traços constituintes (e constitutivos) do capital-dinheiro: é fluido, partilhável, anônimo. É a própria antítese do território. Tal como o dinheiro, o ciberespaço não tem cheiro (nenhum indivíduo usuário da Internet, por mais mal-cheiroso que seja, pode marcar o ciberespaço com sua identidade e seus atos). Tal como o dinheiro, o ciberespaço não tem função econômica positiva a não ser por ser uma mídia privilegiada de circulação. Tal como o dinheiro, no plano econômico, tende o ciberespaço a ser o marcador, o vetor e o regulador de novas relações intersubjetivas (e econômicas). Por isso, compreendermos a natureza da forma-dinheiro significa compreendermos, de certo modo, a própria natureza do ciberespaço.

Uma homologia lógico-estrutural entre a *forma-dinheiro* e o *ciberespaço* pode ser percebida por tais observações de Lévy, um dos mais importantes analistas do ciberespaço em nossos dias:

> O dinheiro não é a riqueza, mas sua virtualidade. Por paradoxal que isto possa parecer, ele é inapropriável, ou melhor, por sua incessante circulação, transforma o público em privado e o privado em público, fazendo cada um, e cada um diferentemente, participar da inteligência coletiva do mercado capitalista. O dinheiro pode ser evidentemente uma alavanca para o poder e a dominação mas catalisa igualmente forças sociais desterritorializantes que não respeitam nenhuma hierarquia instituída. Através das fronteiras, apesar dos antagonismos, o dinheiro contribui, para o melhor e o pior, para coordenar, para regular sem autoridade central inumeráveis atividades. Arrastando atrás de si os meios

> de transporte e de comunicação, é de fato o dinheiro do mercado capitalista, nas mãos de bilhões de seres humanos, que tece atualmente a sociedade mundial (Lévy, 1996).

Ora, onde lê-se *dinheiro*, não poderíamos ler *ciberespaço* (ou Internet), o verdadeiro objeto das reflexões de Pierre Lévy?

Num autor como Marx a análise do dinheiro adquire uma quase-obsessão. Desde os *Manuscritos econômicos-filósoficos de 1844*, onde tece interessantes considerações sobre o dinheiro, até a sua obra *O Capital*, de 1864, passando pelos *Grundrisse*, de 1857-1858, a análise da forma-dinheiro assume importância central nas reflexões marxianas.

Por exemplo, logo na Seção I de *O capital*, antes de chegar ao desvelamento do mecanismo da acumulação capitalista, Marx coloca como tarefa primordial a resolução do enigma do dinheiro, ou o que ele denomina "a ofuscante forma-dinheiro", considerada por ele como a verdadeira chave do "fetichismo da mercadoria", pois "o enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornando visível o ofuscante" (Marx, 1983). No capítulo 1, "A mercadoria", na seção intitulada 'A forma de valor ou valor de troca', Marx nos apresenta uma verdadeira ontologia da sociabilidade capitalista, mediada pelo processo de troca, onde o dinheiro possui uma função fundamental e fundante – ser a *mídia*, ou o meio de circulação da "imensa coleção de mercadorias", que caracteriza riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista.

Na verdade, o dinheiro, a mercadoria universal, a representaçào do universal-concreto, a única mercadoria capaz de representar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias e ser a encarnação direta de todo o trabalho humano, *aparece* – e apenas aparece — como o verdadeiro

instaurador do ser humano-genêrico, que surge, é claro, "estranhado" e submerso no mundo das "coisas".

O dinheiro representaria, num nivel superior, a própria dimensão contraditória do processo civilizatório: por um lado, matéria do estranhamento universal, obstáculo à instauração da verdadeira genericidade humana, e por outro lado, veículo do processo civilizatório capitalista, complexo e universal (o retrato do processo civilizatório do capital descrito por Marx no *Manifesto comunista* é clássico).

A face contraditória do ciberespaço

Não incorporaria o ciberespaço, em sua forma midiática, a estrutura lógica do dinheiro, como observou Lévy, não apenas em sua dimensão de negatividade – ser *o portador do fetiche da mercadoria*, mas em sua dimensão de positividade - ser *o meio constitutivo da sociabilidade universal* , mesmo que numa forma fetichizada ?

Na verdade, eis a dimensão contraditória do processo civilizatório, intrínseca à própria natureza do capital, que, segundo Marx é a própria "contradição viva ". O dinheiro, na medida em que é o marcador, o vetor do processo de troca, é o responsável pelo desenvolvimento da sociabilidade humana, mesmo que tal desenvolvimento humano-social ocorra no plano da "pré-histórica" (Fausto, 1986).

Através do desenvolvimento da forma-dinheiro o ser social tende a adquirir novas percepções do devir humano. O impulso do comércio, através das trocas mercantis mediado pela moeda, contribuiu para impulsionar o complexo de relações socias e dar uma nova direção do processo civilizatório. Ele contribuiu para o desenvolvimento de uma "sociabilidade cada vez mais social", apesar dela ocorrer de modo estranhado (Lukács, 1983).

O ciberespaço é a mídia social cujo arcabouço lógico-material mais se aproxima da estrutura lógica da forma-dinheiro, incorporando, por isso, suas possibilidades objetivas instauradoras de novos modos de sociabilidades, de intercâmbio humano-social. Através dele pode-se constituir novas — e aprofundadas – percepções, tanto no aspecto quantitativo, como qualitativo, de informações, práticas sociais e inclusive de relacionamentos intersubjetivos.

Um dos principais exemplos da utilização do ciberespaço para novas práticas de contestação social é o da resistência social e políticas das ONGs à iniciativas neoliberais. É através da Internet que se organizam os novos movimentos sociais de contestação à globalização. A mais conhecida é a “Ação Global dos Povos” (*People Global Action*), que organizou, na última reunião da Organização Mundial do Comércio, em abril de 1998, em Genebra, na Suiça, um dos primeiros protestos globais contra a nova ordem capitalista (seu site é http://www.agp.org).

A divulgação na Internet dos acordos quase-secretos *do Acordo Multilateral de Investimentos* (AMI) pela OCDE (o clube dos países capitalistas industrializados), contribuiu, em 1998, para a sua não-aprovação. O AMI era, segundo alguns analistas, a “constituição das corporações transnacionais a favor da ganância global e em detrimento da soberania dos Estados-nação”. Através da denúncia do conteúdo antidemocrático e antipopular do AMI na internet, as ONGs e o movimento social organizado de vários países conseguiram sensibilizar a opinião pública mundial e demonstraram que o ciberespaço pode ser um espaço de constituição de um novo patamar de solidariedade global (a utilização da Internet pelo EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional é outro exemplo de utilização criativa do ciberespaço a serviço de novas práticas de transformação social).

Por sua vez, a proliferação de salas de bate-papos no ciberespaço, os *chats*, é o exemplo flagrante das novas possibilidades de relacionamentos intersubjetivos na Internet. Constituem-se novas percepções da comunicação humano-social. Surgem novos canais de aproximação com o *outro*, projetando no campo da sociabilidade estranhada da vida cotidiana, possibilidades novas – e apenas possibilidades – de termos a percepção do componente humano-genérico da comunicação entre homens e mulheres.

É claro que o ciberespaço pode reproduzir, sob novas cores, e com impressionante intensidade, o "fetichismo do outro", tal como ocorre nas intersubjetividades cotidianas estranhadas. Mas o acirramento de novos nexos de relações sociais tende a elevar a tensão humano-genérica, capaz de nos dar uma maior consciência cotiadiana da miséria psicossocial da vida humana sob o mundo burguês.

Por isso, consideramos que o ciberespaço tende a abrir novos horizontes de percepção intercomunicativa, tal como o cinema, uma das mídias privilegiadas da modernidade. Benjamin, em seu ensaio "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica", de 1937, salientou que o cinema nos abriu pela primeira vez a experiência do inconsciente visual, tal como a psicanálise nos abriu a experiência do inconsciente instintivo (Benjamin, 1997).

Perguntaríamos: não abriria o ciberespaço a experiência do *inconsciente coletivo (ou humano-genérico)*, mais do que de uma suposta "inteligência coletiva" (Lévy) ?

Nas salas de bate-papo que permeiam o ciberespaço, através dos *chats*, as subjetividades estranhadas tendem a ir além das suas incapacidades, destilando suas fantasias, projetando seus desejos, muitos deles inconscientes, e ocultando-se através de um *nick name* prosaico e singular.

Não seriam os bate-papos virtuais tão-somente a tradução midiática de uma das características ontológicas da forma-dinheiro, ou seja, a capacidade dele – o dinheiro — de transformar todas as nossas incapacidades em seus contrários.

Esta longa citação de Marx, que iremos transcrever, expressa a peculiaridade ontológica da forma-dinheiro, que, de certo modo, é reproduzida pelo ciberespaço:

> Aquilo que mediante o dinheiro é para mim, o que posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso sou eu, o possuidor do próprio dinheiro. Minha força é tão grande como a força do dinheiro. As qualidades do dinheiro – qualidades e forças essenciais – são minhas, de seu possuidor. O que eu sou e o que eu posso não são determinados de modo algum por minha individualidade. Mas sou feio, mas posso comprar a mais bela mulher. Portanto, não sou feio, pois o efeito da feiúra, sua força afugentadora, é aniquilada pelo dinheiro. Segundo minha individualidade sou inválido, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés, portanto não sou inválido; sou um homem mau, sem honra, sem caráter e sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também seu possuidor; o dinheiro é o bem supremo, logo, é bom o seu possuidor; o dinheiro poupa-me além disso o trabalho de ser desonesto, logo presume-se que sou honesto; sou estúpido, mas o dinheiro é o espírito real de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser um estúpido? Além disso, seu possuidor pode comprar as pessoas inteligentes e quem tem o poder sobre os inteligentes não é mais inteligente do que o inteligente? Eu, que mediante o dinheiro posso tudo a que o coração humano aspira, não possuo todas as capacidades humanas? Não transforma meu dinheiro, então, todas as minhas incapacidades em seu contrário? (Marx, 1983)

Portanto, perguntaríamos: não possuiria o bate-papo no ciberespaço a possibilidade virtual, tal como o dinheiro, de

transformar todas as nossas incapacidade em seu contrário? Ou ainda, de projetarmos, tal como o *capital fictício* que predomina na era da financeirização, tipos de personalidades "fictícias", ocultadas por trás de um *nick name* ?

Antes de uma mera possibilidade objetiva irrealizável nas condições da sociabilidade capitalista, não seria o ciberespaço uma realidade efetiva, ainda que prenhe de fetichizações, capaz de instaurar novos nexos contraditórios na sociabilidade capitalista ?

Quando dizemos ciberespaço dizemos um novo campo midiático onde irão se projetar as contradições sócio-humanas. É tolice cairmos nas unilateralidades, seja do otimismo tecnológico, seja do pessimismo luddista.

O ciberespaço é uma novo recurso sócio-tecnológico capaz de nos fazer perceber as imensas possibilidaes de perda (e emancipação) humano-social, conduzidas pelo processo civilizatório do capital.

Existem no ciberespaço inúmeras possibilidades (e práticas efetivas) de subversão da lógica do valor de troca. Apesar da Internet ser cada vez mais utilizado como um espaço de comercialização planetária, podemos perceber, com igual intensidade, o *locus* de subversão do valor de troca – a pirataria avassaladora (que é a própria negação do direito autoral, ou da arte como mercadoria), a invasão dos *hackers* (com o ciber-terrorismo) e a interface hiperdemocrática, tendem a colocar impressionantes possibilidades da modernidade mercantil ir além de si mesma. Por isso, não seria a Internet um dos campos midiáticos avançados capazes de conter possibilidades reais de "negação do sistema capitalista no interior do próprio sistema" (Fausto, 1987).

É claro que, tendo em vista que o desenvolvimento do

ciberespaço ocorre sob a vigência do capital financeiro, a sua estrutura midiática tende a incorporar novos potenciais de fetichização, intrínsecos à forma-dinheiro. A Internet incorpora, de modo ofuscante, os complexos de estranhamentos subjetivos vigentes na sociedade capitalista.

O *fetichismo do virtual* é, por isso, a expressão da utilização dos recursos midiáticos para a consolidação e aprofundamento do próprio *fetichismo da mercadoria*, o estranhamento real intrinseco à sociabilidade capitalista. Ou melhor: o ciberespaço poderia expressar, refletir, e, portanto, dar uma nova direção à miríade de estranhamentos vigentes na sociedade capitalista.

É a partir desse campo midiático contraditório que surgem, com a mesma intensidade, mas em direção contrária, ao lado dos otimistas utópicos das novas tecnologias da comunicação cibernética, os críticos viscerais do ciberespaço, tal como Jean Baudrillard, que salienta que "o mundo virtual não possui senso do outro. Não há espaço para originalidade. Vivemos num consenso total". Ou ainda: "Mais do que um espaço de conhecimento. É um espaço de desaparecimento, uma forma de perda por excesso que nos submerge." (Jean Baudrillard, Entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, 19/02/1998).

Entretanto, enquanto mero arcabouço mediático, o ciberespaço apenas traduziria, em sua estrutura virtual, as misérias da sociabilidade capitalista. Não é o "mundo virtual"que não possui o senso do outro, e sim o "mundo real", onde prolifera a sociabilidade capitalista. Não é a Internet que é "um espaço de desaparecimento", mas é o cotidiano estranhado do mundo burguês. Desse modo, por que culpar o ciberespaço por "traduzir" algo que é apenas a natureza das sociedades em que dominam o modo de produção capitalista?

Na *Miséria da filosofia* (1847), Marx, certa vez, criticando Proudhon que dizia que a linguagem do economista David Ricardo era cínica, observou:

> Certamente, a linguagem de Ricardo não pode ser mais cínica. Pôr na mesma linha os gastos de fabricação de chapéus e os gastos de manutenção do homem significa transformar o homem em chapéu. Mas não gritemos tanto contra o cinismo. O cinismo está nas coisas e não nas palavras que exprimem as coisas (Marx, s/d).

Na verdade, o cinismo do ciberespaço não é nada mais que o cinismo da sociedade burguesa. A Internet tenderá a expressar, através do novo arcabouço midiático, o vazio espiritual e cultural do mundo capitalista. E não apenas espiritual e cultural, mas um vazio político.

Por exemplo, não seria a "brincadeira" inocente de internautas criativos que constroem "países virtuais", tal como o *Global State of Waveland*, o "Estado virtual" dos ecologistas do *Green Peace*, com uma "cidadania virtual", um sintoma do esvaziamento da democracia real sob as condições capitalistas modernas ?

Na verdade, a instauração de um recurso mediático tal como o ciberespaço, imagem e semelhança do "sujeito" capital-dinheiro, tenderá a expor em toda a sua crueza as relações sociais vigentes sob o capitalismo. Desvendará novos caminhos para a crítica do estranhamento cotidiano, dando-nos percepções de possibilidades negadas pelas relações capitalistas de produção da vida material. A Internet tenderá a anunciar as promessas não-cumpridas – e frustradas – pelo processo civilizatório do capital.

Portanto, a Internet, parafraseando ainda Marx, na *Critica á filosofia do direito de Hegel* (1843), não seria a "fantástica realização da essência humana", uma essência humano-gené-

rica que surge mistificada pela natureza virtual, exatamente "porque a essência humana não possui uma verdadeira realidade"?

Dizendo mais, poderíamos afirmar que a Internet não seria, tal como Marx considerou a religião, a "teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica sob forma popular" (ou diríamos, sob forma tecnológico-cibernética)? Ou ainda, não seria o suposto cinismo da Internet, tal como a miséria religiosa, a expressão do cinismo e da miséria real e, de outro, o protesto contra o cinismo e a miséria real? Marx salientou: "A religião é o suspiro da criatura aflita, o estado de ânimo de um mundo sem coação, porque é o espirito da situação sem espírito [...]" (Marx, 1977). Não poderíamos dizer o mesmo do ciberespaço ?

Se o jovem Marx, partiu da *crítica da religião*, para a crítica da economia política, como um importante passo para o desvelamento do enigma do dinheiro e, portanto, dos mecanismos de acumulação do capital, um importante passo para nós, hoje, em nosso dias, seria, a partir da crítica da forma-mercadoria, da qual o próprio dinheiro é sua expressão universal, desenvolvermos a *crítica da cultura tecnológica*, onde, no caso da Internet, tende a incorporar e ser a materialização da forma-dinheiro, não apenas com todos sua manifestações negativas de fetichizações, mas de realidades (e possibilidades) de denúncia da miséria capitalista e de realização, mesmo que incompleta, da essência humano-genérica.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. e HORKHEIMER, Max (1985). *Dialética do Esclarecimento*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

ANTUNES, Ricardo (1995). Adeus Ao Trabalho? – Ensa*io sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, Editora Cortez, São Paulo.*

__________(1988). A Rebeldia do Trab*alho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/1980)., Editora ensaio, São Paulo.*

__________(1997). "Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro" In ANTUNES, Ricardo et alii, *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*, Editora Boitempo, São Paulo.

AGLIETTA, Michel (1979). Regulación y crisis del c*apitalismo - La Experiencia de los Estados Unidos,* Siglo Veintiuno editores, México.

ALVES, Giovanni (1995). "Nova Ofensiva do Capital, Crise do Sindicalismo e as Perspectivas do Trabalho – o Brasil nos Anos Noventa", In TEIXEIRA, Francisco (org.). e OLIVEIRA, Manfredo (org.), *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho,* Editora Cortez/UECE, São Paulo.

__________(1993). "A Vigência do Capital: Crise Capitalista e Problemas Teórico-metodológicos do Pensamento Social centrado na Categoria do trabalho", *Temáticas*, IFCH, UNICAMP, Ano I, nº 1, Campinas.

_________(1996). "Crise do Fordismo, Sindicalismo e Flexibilidade do Trabalho", *Praxis,* jan-mai 96, nº6, São Paulo.

_________(1997) "A ironia da modernização - o 'sujeito' capital como estranhamento universal", *Estudos de Sociologia,* nº2, Departamento de Sociologia, UNESP, Araraquara.

_________(1993). Marx, Engels e os *Limites do Sindicalismo, Dissertação de Mestrad*o, IFCH/UNICAMP, Campinas.

_________(1998). *Reestruturação produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas.

ARMSTRONG, P., GLYN, A., e HARRISON, J. (1984). *Capitalism since World War II*, Sage, London

ARRIGHI, Giovanni (1996). *O Longo Século XX,* Contraponto/ Editora da Unesp, Rio de Janeiro.

BENJAMIN, Walter (1997), *Obras Escolhidas*, Volume 1, Editora brasiliense.

BERMAN, Marshall (1987). *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar, Editor*a Companhia das Letras, São Paulo.

BIHR, Alain (1998). *Da Grande Noite à Alternativa – O Movimento Operário Europeu em crise*, Editora Boitempo, São Paulo.

BOSI, Ecléa (org.). (1979). A Condição Operária e Outros *Temas Sobre a Opressão, Editora Paz e Terra,* Rio de Janeiro.

BARAN, P. E SWEEZY,P. 1972. *El capital monopolista*. Siglo veintiuno, Madri.

BRAGA, Ruy (1997) *A Restauração do Capital - Um Estudo Sobre a Crise Contemporânea,* Editora Xamã, São Paulo.

BRAGA, José Carlos de Souza (1993). "A Financeirização da Riqueza", *Economia e Sociedade*, Instituto de Economia/ UNICAMP, Agosto/93, nº2, Campinas.

CASTELLS, Manuel (1999). *A Sociedade em Rede*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

CORIAT, Benjamin (1994). *Pensar pelo Avesso - O Modelo Japonês de Trabalho e Organização,* Editora Revan/UFRJ, Rio de Janeiro.

_________(1993). "Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto" In HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "Modelo" Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho,* Edusp, São Paulo.

COUTINHO, Luciano (1992). "A Terceira Revolução Industrial e tecnológica", *Economia e Sociedade*, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas.

CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital,* Editora

Xamã, São Paulo.

__________________(1997). "A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro", *Praga*, 3, editora Hucitec, São Paulo.

__________________(1995). "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século", *Economia e Sociedade*, (5), IE/UNICAMP, Campinas.

__________________ (org.) (1999). *A Mundialização Financeira*, Editora Xamã, São Paulo.

______________________ (1997). "Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política,* Vol.1*,* nº 1, Rio de Janeiro.

DEL ROYO, Marcos (1998) *O Ocidente e seus Antípodas, E*ditora Ícone, São Paulo.

_________(1996) "A Crise do movimento operário", In Marcos Cezar FREITAS (org.), *A Reinvenção do Futuro*, Editora Cortez/USF, São Paulo.

DIAS, Edmundo Fernandes (1996) "Capital e Trabalho: a nova dominação", In Vv.Aa., A Ofensiva Neoliberal, Reestruturação Produtiva e Luta de Classes, Brasilia.

FURTADO, C. *Transformação e Crise na Economia Mundial*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

FAUSTO, Ruy (1987). Marx-Lógica&Política - *Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética, tomo I, Editora brasiliense, São Paulo.*

_________(1989). "A 'Pós-Grande Indústria' nos Grundrisse (e para além deles).", *Lua Nova*, novembro/89, nº 19, CEDEC, São Paulo.

FORRESTER, Viviane (1997). *O Horror Econômico*, Editora da UNESP, São Paulo.

GALVAN, Cesare (1989). Capital – Tecnologia & *Questionamentos,* Shorin, João Pessoa.

GORZ, André (1990). "O Futuro da Classe operária", Revista Internacional, Quinzena, São Paulo, nº 101, 16/09/90, Centro

Pastoral Vergueiro, São Paulo.

____________(1987). *Adeus ao proletariado*, Forense-Universitária, Rio de Janeiro.

HADDAD, Fernando. "Trabalho e Classes Sociais" (1997), *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo.

HABERMAS, J. 1990. *Para a reconstrução do materialismo histórico*, brasiliense, São Paulo.

HELLER, A. 1987. *Sociología de la Vida Cotidiana*, Península, Barcelona.

HOLZ, H., KOFLER, L., ABENDROTH, W. 1969. *Conversando com Lukács,* Paz e Terra, Rio de Janeiro.

HARVEY, David (1992). *Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural, Editora Loyola*, São Paulo.

IANNI, O. 1992. *A sociedade global*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

JAMESON, F. Postmodernism, or the cultural logic of the late capitalism. In: *New Left Review*, nº146, Londres.

KURZ, Robert (1992). *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.*

_________(1997). *Os Últimos combates,* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

KOSIK, K. (1973). *Dialética do Concreto*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

LOJKINE, Jean (1995). *A Revolução Informacional, E*ditora Cortez, São Paulo.

LUKÁCS, Georg (1981). *Ontologia Dell'essere Sociale, Edito*ri Riuniti, Roma.

________________(1978). “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In: *Temas de Ciências Humanas*, nº4, Ciências Humanas, São Paulo.

LUKACS, J. *O Fim do Século 20 e o Fim da Era Moderna*, Círculo do Livro, São Paulo.

LIPIETZ, A. 1987. *Miragens e Milagres - Problemas da industrialização no Terceiro Mundo,* Nobel, São Paulo.

___________. 1991. As relações Capital-Trabalho no Limiar do século XXI. In: *Ensaios FEE,* Ano 12, nº1, Porto Alegre.

MANDEL, Ernest (1990). *A Crise do Capital - Os fatos e sua interpretação marxista,* Editora ensaio, São Paulo.

MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*, Editora Scritta, Campinas.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald (1997). *A Armadilha da Globalização*, Editora Globo, São Paulo.

MARX, Karl (1985). *A Ideologia Alemã* (*Feuerbach).*, *Editora H*ucitec, São Paulo.

___________(1988). *O Capital – Crítica da Economia Política, Livro 1,* Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

___________(1987). *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política (Grundrisse). 1857-1858,* Siglo Veintiuno Editores, México.

__________ . 1986. *O 18 Brumário e Cartas A Kugelmann*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

_________. 1987. *Salário, Preço e Lucro*, Global editôra, São Paulo.

________________________. s/d. *Obras escolhidas*, v.1, Alfa-Ômega, São Paulo.

MENELEU NETO, José (1996). "Desemprego e Luta de classes: As Novas Determinidades do Conceito Marxista de Exército Industrial de Reserva" In TEIXEIRA, Francisco (org.). e OLIVEIRA, Manfredo (org.)., *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*, Editora Cortez/UECE, São Paulo.

MÉSZÁROS, István (1995). *Beyond Capital*, Merlin Press, London.

_________ (1993). *Filosofia, Ideologia e Ciência Social - Ensaios de Negação e Afirmação,* Editora Ensaio, São Paulo.

__________ (1987). The Division of Labour and The Post-Capitalist State. In: *Monthly Review,* v.39/3, Nova York.

MURRAY, Fergus (1983). "The Descentralization of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker?", *Capital & Class*, nº 19, Londres.

MORAES NETO, Benedito (1989). *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*, Editora brasiliense, São Paulo.

NAVARRO, Vicente (1993). "Produção e Estado de Bem-Estar: O Contexto Político das Reformas", Lua Nova, vol.28/29, CEDEC, São Paulo.

OFFE, Claus (1989). Capitalismo Desorgan*izado, Edi*tora brasiliense, São Paulo.

____________(1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental?. In: Trabalho&Sociedade - Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da *Sociedade do Trabalho*, v.1, tempo brasileiro, Rio de Janeiro.

PETRAS, James (1995). *Ensaios Contra a Ordem*, Editora Scritta, Campinas.

POLLERT, Anne (1988). "Dismantling Flexibility", *Capital and Class*, nº32, pp.42-75, Londres.

REVELLI, Marco (1995). "Economia e Modello Sociale Nel Passagio tra Fordismo e toyotismo", In INGRAO, Pietro (org). e ROSSANDA, Rossana (org.)., *Appuntamenti di fine secolo,* Manifestalibri, Roma.

RIFKIN, Jeremy (1995). *O Fim dos Empregos* - O *Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho,* Makron Books, São Paulo.